

RELATÓRIO E CONTAS 2003
CONTAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Exercício de 2003

ÍNDICE

1. Síntese
2. Principais acontecimentos do ano
3. Portugal
 - 3.1. Cimento
 - 3.2. Betão-pronto e inertes.
 - 3.3. Prefabricação em betão
 - 3.4. Aglomerantes e argamassas
 - 3.5. Distribuição de cimento para as Regiões Autónomas
 - 3.6. Operações portuárias e marítimas
 - 3.7. Energia eléctrica
 - 3.8. Sacos de papel
 - 3.9. Valorização e reciclagem de resíduos
4. Tunísia
 - 4.1. Cimento
 - 4.2. Betão-pronto e prefabricação em betão
5. Angola
 - 5.1. Cimento
6. Líbano
 - 6.1. Cimento
7. Cabo Verde
 - 7.1. Inertes
8. Espanha
 - 8.1. Trading
9. Desenvolvimento
10. Área Financeira
11. Proposta de aplicação de resultados

1. Síntese

O desempenho global do **Grupo Semapa** evoluiu positivamente, traduzido num aumento de cerca de 30% do resultado líquido relativamente ao ano anterior.

Esta melhoria é consequência de uma maior apropriação do resultado da **Secil** resultante da compra da participação – adiante descrita - que as sociedades dinamarquesas **Højgaard Holding A/S** e **FLS Industries A/S** detinham no seu capital.

Em termos operacionais, o desempenho das empresas do **Grupo Semapa** no ano de 2003 foi inferior ao verificado no ano anterior o que se deve, essencialmente, à diminuição sensível da actividade do sector da construção em **Portugal** que afectou significativamente os negócios do **Grupo** ligados a esse sector, nomeadamente, o cimento, o betão-pronto, os inertes, a prefabricação em betão e os aglomerantes e argamassas. Estes factos vinham sendo previstos há já alguns anos e deles vinham sendo informados os Srs. Accionistas.

Assinalam-se positivamente as melhorias de produtividade obtidas nas principais fábricas do **Grupo** em **Portugal** e na **Tunísia** que, no entanto, apenas permitiram atenuar ligeiramente o factor negativo acima mencionado.

Em **Portugal**, pelo segundo ano consecutivo, a procura de cimento diminuiu relativamente ao ano anterior estimando-se que tenha atingido 9,5 milhões de toneladas o que representa um decréscimo de 14,5%.

A queda do mercado, que se sentiu de forma equilibrada ao longo de todo o ano, resultou da forte diminuição da actividade do sector da construção quer na área da construção residencial quer na área da construção de obras públicas. Com efeito de acordo com dados estimativos publicados pelo INE o produto do sector de construção e obras públicas diminuiu cerca de 8% em 2003 (Índice de Produção na Construção e Obras Públicas – INE – Fevereiro 2004); também a informação disponibilizada pela AECOPS – Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas confirma esta evolução negativa situando-a em -12%.

Na construção residencial a quebra acentuou-se o que é validado pela diminuição de 12% do número de fogos concluídos face a 2002 (INE – Boletim mensal de estatística).

Relativamente às obras públicas e à construção não residencial a diminuição é consequência do decréscimo da actividade económica resultante, fundamentalmente, de uma conjuntura internacional desfavorável e de uma política económica dominada pela contenção das despesas públicas. De facto, confirma-se uma contracção da actividade económica em **Portugal** traduzida numa diminuição do Produto Interno Bruto de 1,3% (Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Previsionais 2003 – INE – Março 2004)

O mercado interno foi abastecido pela produção nacional e por cimento importado cujo volume aumentou ligeiramente face ao ano anterior e se estima ter sido de 1,4 milhões de toneladas.

As vendas de cimento do **Grupo** para o mercado interno ascenderam a 3,1 milhões de toneladas diminuindo 18% em volume e 20% em valor. Por outro lado salienta-se o aumento expressivo das exportações de cimento e clínquer que ascenderam globalmente a 326 000 toneladas.

Prosseguiu a implementação de acções específicas, definidas pelo Conselho de Administração, com o objectivo de aumentar a produtividade dos vários factores de produção e de reduzir o custo dos bens e serviços adquiridos.

Os custos com a aquisição de energia eléctrica baixaram cerca de 4% em consequência da diminuição do tarifário. No entanto mantém-se elevado o diferencial de preço suportado pela indústria cimenteira nacional em relação à larga maioria das indústrias de outros países europeus, tornando-a mais vulnerável às importações.

Num momento de grande retracção da actividade económica, o Conselho de Administração alerta o Governo Português para a necessidade de prosseguir uma política no sector da energia eléctrica que permita a redução dos enviesamentos competitivos a que a indústria cimenteira está sujeita.

O custo da energia térmica foi sensivelmente inferior - na ordem dos 16% - ao verificado no ano anterior. No fim do ano verificou-se todavia um aumento muito sensível dos fretes marítimos que terá consequências significativas no preço final dos combustíveis sólidos utilizados.

O Conselho de Administração vê com apreensão a implementação da directiva de Comércio de Emissões de Gases de efeito de estufa / CO₂ que trará custos acrescidos aos produtores situados nos estados membros da UE. Estes produtores ficarão em posição desfavorecida face aos produtores localizados em países que não subscreveram o protocolo de Quioto, já que não existem mecanismos compensatórios eficazes.

No domínio da valorização energética, realizaram-se experiências com biomassa vegetal proveniente da limpeza das florestas tendo-se adquirido o conhecimento necessário à operação continuada quer na floresta quer nas fábricas; está prevista, para 2004, a constituição de uma empresa para operar na floresta em que o **Grupo** se vai associar a produtores florestais.

Prosseguiu-se, com grande rigor, a política de controlo ambiental com a realização de avultados investimentos em todas as unidades fabris.

Na fábrica **Secil-Outão**, sublinha-se o início do funcionamento, da Comissão de Acompanhamento que reúne mensalmente os representantes das entidades relevantes da comunidade envolvente. Trata-se de uma iniciativa inovadora cujos objectivos pretendidos foram integralmente atingidos, isto é, manter os nossos "stakeholders" permanentemente informados sobre as actividades da fábrica, nomeadamente nos seus aspectos ambientais e sociais.

A insistência que se verifica no sentido da introdução na União Europeia de taxas penalizadoras para as indústrias que tenham consumos energéticos significativos, sem que taxas equivalentes penalizem os fabricantes dos mesmos produtos situados fora da União Europeia, continua a preocupar o Conselho de Administração. Se não vier a existir um mecanismo equilibrador, como sejam taxas compensatórias incidindo sobre conteúdos energéticos de produtos vindos de terceiros países, criam-se condições para a deslocalização da produção para fora da União Europeia, com consequências sociais significativas pela via da redução do volume de emprego e custos ambientais agravados com a poluição a nível mundial.

Na área da qualidade procedeu-se à transição da certificação da **Secil** e da **CMP** da norma ISO 9002:1995 para a ISO 9001:2000.

De grande importância na motivação dos quadros e na melhoria da cultura do **Grupo** na área dos recursos humanos, prosseguiu-se a implantação do novo sistema de remuneração dos quadros, a todos os níveis, com clara separação das componentes “competência”, “resultados da actuação individual” e “resultados da empresa”.

As empresas subsidiárias da **Secil** que actuam nos sectores do betão-pronto, dos inertes, da prefabricação em betão e das argamassas obtiveram resultados muito abaixo dos conseguidos em 2002 em consequência da retracção da actividade da construção a que atrás se aludiu.

Na actividade de produção de energia eléctrica verificou-se uma evolução muito significativa. A **Enersis** produziu 411 GWh e obteve resultados positivos apreciáveis que superaram sensivelmente os de 2002. Esta empresa realizou e tem em fase de preparação avultados investimentos em parques eólicos.

Merece destaque especial o lançamento do projecto “Integrar progressivamente a sustentabilidade na gestão estratégica do **Grupo Secil**”. O projecto foi aprovado no 3º trimestre de 2003 tendo arrancado já em Janeiro de 2004. Vai ocorrer em todas as empresas do **Grupo Secil** em **Portugal** tendo como objectivo essencial formar os gestores das empresas nos conceitos da sustentabilidade. As vertentes principais serão a eco-eficiência dos processos e o estabelecimento de soluções integradas de produto e serviço com maior valor acrescentado para o cliente. Este último aspecto é crucial dada a natureza, cada vez mais competitiva, dos mercados em que as empresas actuam.

Na **Tunísia**, o consumo de cimento e cal artificial foi de 5,6 milhões de toneladas, o que representa uma diminuição de 3,2% relativamente a 2002.

A diminuição da procura e, sobretudo, do impacto negativo nas operações provocado pelas longas imobilizações das linhas de produção para realização dos investimentos destinados a aumentar a capacidade de produção e a mudar o sistema de combustível para “petcoke” explicam a evolução negativa do EBITDA (- 62%) e dos resultados líquidos (- 106%) da **Société des Ciments de Gabès**.

Refere-se, mais uma vez, o facto de o mercado do cimento na **Tunísia** não ter sido liberalizado ao contrário do compromisso assumido pelo governo deste país e consagrado em todos os cadernos de encargos das privatizações das cimenteiras tunisinas. Essa liberalização deveria ter ocorrido em Maio de 2002, tendo o Governo imposto administrativamente um novo reajuste no preço em Julho de 2003. Tal actuação pode inclusive vir a prejudicar a credibilidade de futuras privatizações, não sendo de excluir em consequência, algum prejuízo para o crescimento económico deste país.

No âmbito do patrocínio de prémios destinados a valorizar e evidenciar os produtos fabricados pela **Secil** e pelas empresas associadas, destaca-se a atribuição do Prémio **Secil** de Engenharia Civil ao Viaduto da Avenida Marginal do parque da cidade do Porto, da autoria do Engenheiro João Pires da Fonseca. Realizaram-se também, em simultâneo, os Prémios de Arquitectura e Engenharia Civil dirigidos a estudantes universitários dos respectivos cursos.

O **Grupo** encerrou o exercício com um resultado líquido consolidado de cerca de 40 milhões de euros. As vendas e prestação de serviços consolidadas foram de 418 milhões de euros. O "cash-flow" atingiu 120 milhões de euros.

Principais Indicadores Físicos

| | | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
|--|----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Capacidade Produtiva de Cimento | 1000 t | 3 784 | 4 934 | 5 006 | 5 281 | 5 631 |
| Vendas | | | | | | |
| Cimento cinzento | 1 000 t | 3 911 | 4 851 | 4 894 | 4 765 | 4 069 |
| Cimento branco | 1 000 t | 90 | 89 | 107 | 95 | 82 |
| Cal artificial | 1 000 t | 29 | 82 | 78 | 84 | 85 |
| Clínquer | 1 000 t | 0 | 0 | 14 | 55 | 208 |
| Betão-pronto | 1 000 m ³ | 1 691 | 2 170 | 2 602 | 2 534 | 2 230 |
| Inertes | 1 000 t | 3 104 | 2 455 | 3 615 | 3 586 | 2 779 |
| Préfabricação em betão | 1 000 t | 376 | 388 | 410 | 368 | 324 |
| Cal hidráulica | 1 000 t | 72 | 69 | 64 | 64 | 50 |
| Cimento-cola | 1 000 t | 12 | 11 | 10 | 10 | 12 |
| Argamassas | 1 000 t | 48 | 59 | 96 | 132 | 161 |
| Energia eléctrica | GWh | 197 | 237 | 287 | 319 | 411 |
| Pessoal* | | 1 577 | 2 129 | 2 150 | 2 095 | 2 008 |

* Número médio do pessoal ao serviço das empresas incluídas nas contas consolidadas

| Principais Indicadores Económico-Financeiros Consolidados | | | | | M.Eur |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| Valor das vendas | 395 | 465 | 501 | 491 | 418 |
| EBITDA | 161 | 165 | 162 | 168 | 120 |
| Amortizações e provisões | 44 | 54 | 54 | 55 | 62 |
| Amortização do goodwill | 8 | 8 | 8 | 12 | 17 |
| EBIT | 109 | 104 | 100 | 102 | 41 |
| Resultados financeiros | 1 | -16 | -10 | -22 | -3 |
| Resultados correntes | 110 | 88 | 90 | 79 | 38 |
| Resultados extraordinários | 3 | 11 | -2 | 2 | 23 |
| Resultados antes de Impostos | 113 | 99 | 88 | 82 | 61 |
| Impostos | 49 | 40 | 4 | 21 | 20 |
| Interesses minoritários | 31 | 29 | 40 | 30 | 0 |
| Resultados líquidos | 33 | 31 | 44 | 31 | 40 |
| "Cash-flow" | 85 | 92 | 106 | 97 | 120 |
| Activos totais | 598 | 953 | 1 003 | 1 068 | 1 225 |
| Capitais próprios | 189 | 194 | 211 | 225 | 238 |
| Dívida líquida | 114 | 253 | 230 | 162 | 461 |
| Margem EBITDA | 41% | 36% | 32% | 34% | 29% |

A dívida líquida foi recalculada relativamente ao apresentado em Relatórios anteriores por forma a torná-la comparável com o valor apresentado para o ano de 2003. Com efeito, as acções da Cimpor, SGPS, SA detidas pelo **Grupo** foram classificadas como "Títulos Negociáveis" e não, como nos exercícios anteriores, em "Imobilizado Financeiro".

A **Secil Investimentos SGPS, SA**, uma subsidiária integral da **Semapa**, celebrou a escritura publica de aquisição das quotas detidas pelas sociedades **Højgaard Holding A/S** e **FLS Industries A/S** no capital social da **FLSHH, SGPS LDA** (que posteriormente alterou a sua denominação para **Cimentospar – Participações Sociais SGPS, Lda**) a qual era, por sua vez, detentora de 21.728.520 acções da **Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.** representativas de 41,06% do seu capital social. Conjuntamente com um grupo de accionistas portugueses, estes grupos dinamarqueses foram os promotores da **Secil**.

A **Semapa**, conforme oportunamente revelado ao mercado, encontra-se a considerar a hipótese de proceder à alienação das acções da **Secil** referidas no parágrafo anterior. Nesse sentido desencadeou no final do exercício de 2003 um processo com a finalidade de proceder à selecção de potenciais interessados na aquisição de participações no capital da **Secil**.

O Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento aos clientes e aos trabalhadores; ao Conselho Fiscal; às instituições financeiras que apoiaram o **Grupo**; aos seus fornecedores e, em geral, aos parceiros que se associaram ao **Grupo Semapa** em iniciativas empresariais.

O Conselho de Administração expressa ainda o seu agradecimento aos accionistas pela confiança que lhe concederam, indispensável que foi para o exercício eficaz da sua actividade com o objectivo essencial de aumentar o valor da **Empresa** de uma forma sustentada, socialmente correcta e de acordo com o interesse nacional.

2. Principais acontecimentos do ano

Janeiro

- Início do funcionamento da Comissão de Acompanhamento da fábrica **Secil-Outão** que reúne mensalmente representantes das entidades relevantes da comunidade envolvente.
- A **Secil Betões e Inertes** adquire uma participação adicional de 8% na empresa **Almeida e Carvalhais**.

Fevereiro

- O entreposto rodoviário de Viana do Castelo muda de instalações.
- Arranque da actividade da central de betão-pronto da **Unibetão** em Cantanhede.
- Arranque da actividade da sucursal da **Argibetão** em Valladolid, Espanha.

Março

- Aquisição de 100% do capital social da empresa **Cimentospar – Participações Sociais SGPS, Lda (ex-FLSHH SGPS, LDA)** detentora de 21.728.520 acções da **Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.** representativas de 41,06% do seu capital social.

Abril

- Aquisição da empresa de betão-pronto **Camilo & Lopez** pela **Secil Betões e Inertes**.
- A **Secil** e a **CMP** realizaram a transição da certificação de qualidade da norma ISO 9002:1995 para a norma ISO 9001:2000.

Maiο

- Participação de empresas do **Grupo Secil** na Tektónica/Simac 2003 – Salão internacional de materiais de construção, realizada em Lisboa.
- A **Secil** inicia a comercialização de cimento ensacado em sacos de 40 kg.

Junho

- A **Société des Ciments de Gabès** obtém certificação de qualidade segundo a norma ISO 9001:2000.
- A fábrica **Maceira-Liz** comemora o seu 80º aniversário e realiza um programa de actividades designado “Semana Aberta”.
- Aquisição, pela **Ciminpart**, de 25% do capital da empresa Nuno Mesquita Pires SGPS, posteriormente redenominada **Setefrete, SGPS**, holding cujas empresas participadas se dedicam a actividades portuárias e marítimas.
- Aquisição, pela **Enersis**, de 50% do capital da empresa **HE70** passando a deter a totalidade do capital dessa empresa.

Julho

- A **Secil Martingança** obtém a certificação da cal hidráulica com a marcação CE.
- Conclusão da remodelação e aumento da capacidade de uma das linhas de produção da fábrica **Cibra-Pataias**.

Agosto

- O entreposto marítimo de Leixões inicia actividade regular.
- A **Secil Prebetão** realiza a transição da certificação de qualidade da norma ISO 9002:1995 para a norma ISO 9001:2000.

Setembro

- Inauguração das novas instalações da Coordenação Norte, no Porto.

Outubro

- Conclusão da remodelação e aumento da capacidade das duas linhas de produção de cimento da **Société des Ciments de Gabès**.
- Participação de empresas do **Grupo Secil** na Feira Concreta, no Porto.

Novembro

- Desencadeamento de um processo com a finalidade de proceder à selecção de potenciais interessados na aquisição de participações no capital da **Secil**.
- Entrada em produção do novo Parque Eólico da Meroicinha (Vila Real).
- Atribuição do prémio **Secil** de Engenharia Civil ao viaduto da Av. Marginal do Parque da cidade do Porto, da autoria do Eng.º João Pires da Fonseca.

Dezembro

- Constituição do Agrupamento de Interesse Económico designado **TCG – Terminal Cimentier de Gabès**, em que participam a **Société des Ciments de Gabès** e mais duas empresas cimenteiras tunisinas, destinado a gerir as infra-estruturas portuárias para descarga e movimentação de “pet-coke” no porto de Gabès.
- Conclusão da construção do parque circular de pré-homogeneização da fábrica **Cibra-Pataias**.

3. Portugal

3.1. Cimento

3.1.1. Mercado e comercialização

Pelo segundo ano consecutivo o consumo de cimento no mercado interno diminuiu relativamente ao ano anterior. Em 2003 estima-se que o mercado tenha atingido 9,5 milhões de toneladas o que representa um decréscimo de 14,5%.

A queda do mercado, que se sentiu de forma equilibrada ao longo de todo o ano, resulta da forte diminuição da actividade do sector da construção quer na área da construção residencial quer na área da construção de obras públicas.

Na construção residencial a quebra acentuou-se. No que concerne às obras públicas e construção não residencial a quebra foi consequência da contracção da actividade económica resultante, essencialmente, de uma conjuntura internacional desfavorável e de uma política económica dominada pela contenção das despesas públicas.

Estima-se que a actividade de importação de cimento tenha aumentado apenas ligeiramente (cerca de 4%), estimando-se que tenha atingido 1,4 milhões de toneladas.

| Mercado de Cimento (1) | M t | | | | |
|-------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-----------------|
| | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 (1) |
| Portugal | 10,6 | 11,3 | 11,6 | 11,1 | 9,5 |
| Portugal (%) | + 5,0 | + 7,3 | + 1,9 | - 3,8 | - 14,5 |
| União Europeia (%) | + 5,1 | + 3,4 | - 0,7 | + 1,3 | - 0,6 |

(1) Estimativa

As vendas da **Secil** totalizaram 3 472 000 t de cimento e clínquer, em quantidade, e 229 milhões de euros, em valor, diminuindo 11% e 18%, respectivamente, face a 2002.

| Vendas de cimento e clínquer | M Eur | | | | |
|-------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| Mercado interno | 266,3 | 272,8 | 284,1 | 275,1 | 220,3 |
| Mercado externo | 2,8 | 3,0 | 4,3 | 5,1 | 8,7 |
| Total | 269,1 | 275,8 | 288,4 | 280,2 | 229,0 |
| Variação (%) | + 3,6 | + 2,5 | + 4,6 | - 2,8 | -18,3 |

| Vendas de cimento e clínquer | 1 000 t | | | | |
|------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| Mercado interno | 3 954 | 3 966 | 4 035 | 3 814 | 3 145 |
| Mercado externo | 47 | 42 | 59 | 99 | 326 |
| Total | 4 001 | 4 008 | 4 094 | 3 913 | 3 472 |
| Variação (%) | + 2,6 | + 0,2 | + 2,1 | - 4,4 | - 11,3 |

Em termos do mix das vendas o decréscimo foi mais acentuado no cimento a granel do que no cimento ensacado.

Em termos comerciais salienta-se o lançamento no mercado de cimento ensacado em sacos de 40 kg, inovação em que a **Secil** foi pioneira no mercado nacional. Este saco responde de forma muito mais adequada às necessidades do mercado actual e antecipa preocupações legítimas em matéria de segurança no trabalho.

Merece também referência a melhoria sensível da qualidade das embalagens de cimento disponibilizadas aos nossos clientes quer ao nível dos pacotões e das paletes quer ao nível dos sacos de papel que passaram a incorporar uma folha de plástico. Salienta-se também o lançamento de uma nova gama de embalagem de cimento branco, com sacos de 25 kg e 40 kg.

As vendas para o mercado externo aumentaram significativamente. As exportações de cimento cinzento atingiram 121 000 t e mais do que duplicaram relativamente a 2002. As exportações de clínquer ascenderam a 206 000 t e mais do que quadruplicaram face a 2002.

Assinala-se a incorporação de cimento das fábricas **Secil** em várias obras relevantes e de prestígio, já concluídas ou em curso de realização, designadamente o estádio de Braga, a biblioteca municipal de Vila Real, o viaduto das Antas no Porto, o complexo Alto do Parque em Lisboa, os arranjos exteriores da Faculdade de Ciências de Lisboa, as estações do Lumiar e da Ameixoeira do Metro de Lisboa e várias obras da rede nacional de estradas e auto - estradas, nomeadamente na A10, na A23, no IP3 e na Vial Scut.

Evolução do custo médio de transporte por tonelada de cimento vendida no Continente (1994=100)

| | 1994 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
|--------------------|------|------|------|------|------|
| A preços correntes | 100 | 78 | 74 | 79 | 87 |
| A preços de 1994 | 100 | 66 | 60 | 62 | 66 |

O sistema de distribuição respondeu cabalmente às solicitações do mercado. Verificou-se, no entanto, um aumento de 7%, em termos reais, do custo médio de transporte por tonelada de cimento vendida no continente.

Ao nível dos preços, os fretes ferroviários e rodoviários mantiveram-se e os fretes marítimos estabilizaram em níveis interessantes.

No que respeita à rede de distribuição salienta-se a inauguração das novas instalações da Coordenação Norte, no Porto.

3.1.2. Produção

A produção de clínquer atingiu 2 595 000 toneladas, diminuindo 16% relativamente ao ano anterior. Por seu lado, a produção global de cimento diminuiu 14% em relação a 2002 e totalizou 3 283 000 toneladas. A diminuição das produções das fábricas decorreu, exclusivamente, da quebra sensível verificada no mercado interno.

Apesar dessa diminuição foi possível manter a produtividade do trabalho das fábricas em níveis interessantes, em resultado do esforço sustentado de racionalização que tem sido empreendido.

| Produção de clínquer por trabalhador (1) | Toneladas | | | | |
|--|-----------|-------|-------|-------|-------|
| | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| Fábricas Secil | 5 077 | 5 330 | 5 408 | 5 646 | 4 896 |

(1) Para o cálculo deste indicador consideram-se somente os trabalhadores afectos à actividade fabril.

| Produção de cimento | 1 000 t | | | | |
|-------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| Cimento cinzento | 3 950 | 3 911 | 3 766 | 3 740 | 3 202 |
| Cimento branco | 91 | 90 | 105 | 97 | 82 |
| Total | 4 041 | 4001 | 3 871 | 3 837 | 3 283 |
| Variação (%) | + 4,2 | - 1,0 | - 3,2 | - 0,9 | - 14,4 |

O cimento produzido nas três fábricas apresenta características finais bastante homogéneas e elevados padrões de qualidade, aspecto que se considera essencial para garantir um reconhecimento geral no mercado sobre o alto nível de exigência por que se pauta a **Secil**.

Na fábrica **Secil-Outão** sublinha-se o início do funcionamento da Comissão de Acompanhamento que reúne mensalmente representantes das entidades relevantes da comunidade envolvente. O objectivo pretendido foi integralmente atingido, isto é, manter os nossos “stakeholders” permanentemente informados sobre as actividades da fábrica nomeadamente nos seus aspectos ambientais e sociais.

Instalaram-se vários equipamentos que permitiram melhorar significativamente a gama de produtos embalados fornecidos pela fábrica designadamente pacotões, paletes plastificadas e big-bags.

Na área dos combustíveis alternativos iniciou-se a utilização da queima de biomassa vegetal, proveniente da limpeza de florestas.

Na fábrica **Maceira-Liz** destaca-se, na área dos combustíveis alternativos, a duplicação da queima de pneus usados

No domínio da qualidade, a **Secil** e a **CMP** realizaram a transição da sua certificação da norma ISO 9002:1995 para a norma ISO 9001:2000.

Desenvolveu-se, ao nível das três fábricas, um projecto para implementação de um sistema de segurança e saúde no trabalho, estando prevista a certificação segundo a OHSAS 18001 até ao final do 1º trimestre de 2004, na fábrica **Secil-Outão**, e até ao final do 2º trimestre de 2004, nas fábricas **Maceira-Liz** e **Cibra-Pataias**.

O ano de 2003 caracterizou-se por uma diminuição sensível dos preços dos combustíveis sólidos, na ordem dos 16%. Manteve-se em funcionamento, com plena eficiência, o sistema de aprovisionamento das três fábricas em coque de petróleo. O abastecimento foi feito sem perturbações e com níveis de stock de segurança adequados.

Ao nível da energia eléctrica verificou-se, também, uma diminuição do preço, na ordem dos 4%.

De registar o notável esforço empreendido pelas três fábricas na redução dos seus custos de produção. Essa acção de racionalização foi fundamental para atenuar os efeitos negativos da diminuição das vendas e dos preços de venda sobre os resultados operacionais da **Empresa**.

No domínio da valorização energética, realizaram-se experiências com biomassa vegetal, proveniente da limpeza das florestas tendo-se adquirido o conhecimento necessário à operação continuada quer na floresta quer nas fábricas. Durante o 1º trimestre de 2004 está prevista a constituição de uma empresa para operar na floresta em que a **Secil** se vai associar a alguns produtores florestais.

3.1.3. Recursos Humanos

Proseguiram as acções visando aumentar a motivação e eficácia dos recursos humanos, bem como proporcionar uma identificação do pessoal com os objectivos da **Secil** e das suas subsidiárias.

Obtiveram-se bons resultados nas vertentes da racionalização do volume de efectivos, do recrutamento de novos colaboradores, da formação profissional e do reconhecimento da contribuição individual e colectiva para os resultados atingidos.

Evolução do Quadro de Pessoal da Secil/CMP

| | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
|------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Efectivos | 762 | 757 | 736 | 724 | 708 |
| Eventuais | 11 | 9 | 22 | 20 | 22 |
| Total | 773 | 766 | 758 | 744 | 730 |
| Variação (%) | - 0,3 | - 0,9 | - 1,0 | - 1,8 | - 1,9 |

No conjunto da **Secil** e da **CMP**, não obstante terem sido admitidos três novos colaboradores, registou-se uma diminuição de dezasseis efectivos.

As acções de formação realizadas na **Secil** e na **CMP** são sumariadas no quadro seguinte.

Formação Profissional

| | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Pessoas | 531 | 933 | 1 357 | 1 519 | 1 045 |
| Horas | 19 907 | 19 095 | 23 339 | 28 061 | 22 084 |

O trabalho suplementar situou-se em níveis aceitáveis tendo diminuído sensivelmente em relação a 2002 50% na **Secil** e 33% na **CMP**.

A média etária é de 47 anos na **Secil** e de 48 anos na **CMP**.

O nível do absentismo diminuiu para 5,8%, na **Secil**, e para 4,0%, na **CMP**.

| Absentismo (%) | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
|----------------|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | Secil | 5,32 | 4,93 | 4,75 | 6,12 |
| CMP | 4,14 | 3,35 | 4,42 | 4,61 | 4,00 |

Em 2003, no âmbito do sistema de gestão de desempenho que se implantou, a **Empresa** atribuiu aos seus colaboradores um prémio variável por cumprimento de objectivos.

Merece destaque especial a realização de uma acção de formação destinada a proporcionar aos quadros superiores do **Grupo** a compreensão do conceito “EVA – Economic Value Added”. A acção foi realizada com o apoio do IDEFE – Instituto para o Desenvolvimento Económico-Financeiro do ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão tendo participado cerca de 70 colaboradores.

3.1.4. Organização e sistemas de informação

No domínio da organização administrativa prosseguiu a realização do **Projecto ARC – arquivo, referenciação e consulta de documentos**, destinado a identificar as necessidades da **Secil** naqueles domínios e a propor um modelo de gestão capaz de responder eficazmente a essas necessidades de arquivo digital se o “business case” que está a ser implementado evidenciar a rentabilidade do projecto. Para além dos problemas correntes da chamada “arquivística”, pretende-se implantar um sistema de controlo e sintonia de procedimentos administrativos mais importantes.

Na área dos sistemas de informação e comunicação releva-se a instituição da Coordinfo que tem por objectivo coordenar de forma integrada todas as actividades desta área. Os resultados foram, até ao momento, muito positivos quer na vertente do desempenho do departamento de sistemas de informação quer na vertente da comunicação com os utilizadores desses sistemas.

3.1.5. Investimento

Lançaram-se e realizaram-se investimentos significativos visando o aumento das performances fabris, a melhoria da qualidade dos produtos e serviços fornecidos, das condições ambientais e do serviço prestado a clientes e a flexibilização dos meios de transporte e sistemas de distribuição. Os investimentos em imobilizado corpóreo e incorpóreo ascenderam globalmente a 21,6 milhões de euros, sendo de destacar as seguintes acções:

Na fábrica **Secil-Outão**, a aquisição de uma paletizadora, de uma empacotadora e de um equipamento de enchimento de big-bags e a instalação de equipamentos permitindo a utilização de biomassa como combustível.

Na fábrica **Maceira-Liz**, o aumento da capacidade e modernização da moagem de cimento nº 8, a montagem de dois novos postos de “self-service” para venda de cimento a granel, a instalação de equipamento para análise contínua por raios gama do material britado a recuperação de três silos de cimento.

Na fábrica **Cibra-Pataias**, o aumento da capacidade e remodelação da linha nº 3, a instalação do parque circular de pré-homogeneização, a instalação do filtro de mangas de exaustão do forno nº 3 e a instalação do silo polar para clínquer cinzento.

Prosseguiu, nas três fábricas, a realização dos programas de investimentos no âmbito dos contratos celebrados com o IAPMEI ao abrigo do SIME-POE. Globalmente os investimentos ascendem a cerca de 99 milhões de euros devendo estar concluídos até ao final do 1º trimestre de 2005.

3.1.6. Resultados

As vendas da **Secil/CMP** não ultrapassaram 241 milhões de euros diminuindo 18,2% relativamente a 2002. Esse decréscimo foi provocado pela quebra sensível das vendas em quantidade e, também, pela diminuição dos preços médios de venda.

O EBITDA atingiu 103 milhões de euros e diminuiu 25,2% relativamente a 2002. Verificaram-se, contudo, alguns acontecimentos que permitiram atenuar os efeitos negativos mencionados nomeadamente, a redução sensível dos custos de produção de clínquer e de cimento e a diminuição dos preços da energia eléctrica e térmica.

Os resultados líquidos imputáveis à actividade cimenteira em Portugal (EBITA após imposto da **Secil/CMP**) atingiram 38,4 milhões de euros, diminuindo 42% relativamente ao ano anterior.

| | M Eur | | | | |
|----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| Volume de vendas | 283,4 | 289,8 | 301,3 | 294,3 | 240,7 |
| EBITDA | 136,9 | 139,4 | 134,6 | 137,5 | 102,8 |
| EBITA ⁽¹⁾ | 102,0 | 105,0 | 101,9 | 101,8 | 59,6 |

(1) EBIT corrigido das amortizações do Goodwill

3.1.7. Perspectivas para 2004

Perspectiva-se uma diminuição da procura interna de cimento, embora em menor grau do que em 2003; antevê-se que o sector de construção residencial continue em queda, embora seja expectável alguma recuperação no sector de obras públicas, sobretudo a partir do 2º semestre do ano.

3.2. Betão-pronto e inertes

O mercado do betão-pronto sofreu uma queda que se estima em cerca de 15%, consequência da forte diminuição da actividade no sector da construção. Contudo o consumo de cimento pela indústria de betão-pronto aumentou ligeiramente para 27% (26,1% em 2002).

| | Consumo de Cimento pela Indústria do betão-pronto no Continente | | | | | % |
|---------|---|------|------|------|----------|---|
| | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 (1) | |
| Consumo | 21,3 | 24,1 | 25,5 | 26,1 | 27,0 | |

(1) Estimativa

O desempenho das empresas do **Grupo**, apesar de positivo, foi bastante inferior ao registado no ano anterior em resultado da retracção da procura e da forte e generalizada agressividade comercial que se fez sentir a partir do 2º trimestre do ano.

Betão-Pronto

| | | 2001 | 2002 | 2003 |
|---------------------|----------------------|---------|---------|---------|
| Centrais | | 38 | 44 | 41 |
| Vendas | 1 000 m ³ | 2 533 | 2 454 | 2 145 |
| Volume de vendas | 1 000 Eur | 146 149 | 141 609 | 118 436 |
| EBITDA | 1 000 Eur | 17 168 | 13 596 | 8 521 |
| EBIT | 1 000 Eur | 11 835 | 8 084 | 3 808 |
| Resultados líquidos | 1 000 Eur | 8 388 | 5 824 | 4 132 |
| "Cash-flow" | 1 000 Eur | 13 721 | 11 336 | 8 845 |
| Efectivos | | 465 | 425 | 378 |

Salientam-se como factos relevantes a aquisição da empresa **Camilo e Lopez** e o arranque de actividade da central de **Cantanhede**. Refere-se também o reforço da participação na empresa **Almeida e Carvalhais** (8%).

Para 2004 prevê-se uma quebra da actividade da construção, embora menos acentuada do que em 2003, que afectará negativamente o desempenho das empresas do **Grupo** que actuam no mercado do betão-pronto.

O mercado dos inertes foi ainda mais afectado do que o do betão-pronto uma vez que a quebra no sector da construção se fez sentir com particular incidência no sub-sector das vias de comunicação.

Nestes termos, o desempenho das empresas do **Grupo**, embora positivo, foi também sensivelmente inferior ao verificado em 2002.

Inertes

| | | 2001 | 2002 | 2003 |
|----------------------|-----------|--------|--------|--------|
| Centrais de britagem | | 6 | 6 | 6 |
| Vendas | 1 000 t | 3 615 | 3 586 | 2 779 |
| Volume de vendas | 1 000 Eur | 20 685 | 21 443 | 16 492 |
| EBITDA | 1 000 Eur | 9 888 | 8 528 | 4 913 |
| EBIT | 1 000 Eur | 6 863 | 5 568 | 2 337 |
| Resultados líquidos | 1 000 Eur | 4 523 | 4 116 | 1 699 |
| "Cash-flow" | 1 000 Eur | 7 548 | 7 075 | 4 275 |
| Efectivos | | 131 | 134 | 122 |

Em termos relativos, a **Secil-Britas** e a **Ecob** mantiveram as posições de liderança de mercado nas regiões onde actuam dado que a quebra do mercado se fez sentir em todo o sector dos inertes.

Para 2004, dado não se prever nenhum investimento de vulto em vias de comunicação nas regiões servidas pelas empresas do **Grupo**, admite-se uma evolução do mercado dos inertes semelhante à do betão-pronto; perspectiva-se, contudo, um aumento substancial da venda de areia britada em virtude da entrada em produção da nova linha da **Ecob**.

3.3. Prefabricação em betão

As empresas que actuam neste mercado foram, também, negativamente afectadas pela diminuição da actividade da construção. No seu conjunto, a **Secil Prebetão** e a **Argibetão**, registaram uma diminuição nas vendas na ordem dos 10%, em valor, e quebras no EBITDA e nos resultados relativamente a 2002. Globalmente obtiveram prejuízos na ordem de 1,9 milhões de euros. De referir que os resultados foram onerados com custos com rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo que ascenderam a cerca de 800 000 euros.

| | | 2001 | 2002 | 2003 |
|---------------------|-----------|--------|--------|--------|
| Fábricas | | 9 | 9 | 9 |
| Vendas | 1 000 t | 392 | 353 | 305 |
| Volume de vendas | 1 000 Eur | 24 316 | 22 524 | 20 307 |
| EBITDA | 1 000 Eur | 3 028 | 2 409 | 183 |
| EBIT | 1 000 Eur | 859 | -111 | -2 096 |
| Resultados líquidos | 1 000 Eur | 2 015 | 37 | -1 852 |
| "Cash-flow" | 1 000 Eur | 4 184 | 2 582 | 427 |
| Efectivos | | 341 | 332 | 280 |

Na **Secil Prebetão** salienta-se a transição da certificação de qualidade para a norma ISO 9001:2000, a ampliação de uma nave da fábrica do Montijo permitindo a produção de cabines para postos de transformação e a concepção e execução de protótipos para uma nova linha de mobiliário urbano.

Na **Argibetão** sublinha-se a profunda reestruturação das áreas produtiva e administrativa que permitiu uma redução dos efectivos de 26% e, ainda, a abertura de uma sucursal em Valladolid, Espanha.

Merece também referência especial a integração da Direcção Administrativa e Financeira das duas empresas que passou a localizar-se nas instalações da **Secil Prebetão** no Montijo.

Para 2004 perspectiva-se uma evolução desfavorável das vendas pelas razões já apontadas e a manutenção da tendência de degradação dos preços decorrente do agravamento das condições de concorrência neste sector de actividade.

3.4. Aglomerantes e argamassas

No mercado da cal hidráulica mantém-se a tendência de declínio que, em 2003, se acentuou. Em contrapartida, o mercado das argamassas continua a crescer de forma sustentada, em resultado da substituição progressiva dos rebocos tradicionais. Em ambos os mercados se sentiram os efeitos da diminuição da actividade do sector da construção com repercussão nas margens obtidas.

Nestes termos a **Secil Martingança**, apesar de ter obtido resultados líquidos positivos, diminuiu significativamente a sua performance face a 2002, espelhada na diminuição do EBITDA (- 32,8%) e dos resultados líquidos (- 86,4%).

| | | 2001 | 2002 | 2003 |
|---------------------|-----------|-------|--------|-------|
| Fábricas | | 2 | 2 | 2 |
| Cal hidráulica | 1 000 t | 64 | 64 | 50 |
| Argamassas | 1 000 t | 96 | 132 | 161 |
| Cimento-cola | 1 000 t | 10 | 10 | 12 |
| Vendas | 1 000 Eur | 9 285 | 10 105 | 9 728 |
| EBITDA | 1 000 Eur | 1 903 | 2 377 | 1 598 |
| EBIT | 1 000 Eur | 670 | 1 104 | 256 |
| Resultados líquidos | 1 000 Eur | 199 | 705 | 96 |
| "Cash-flow" | 1 000 Eur | 1 432 | 1 979 | 1 438 |
| Efectivos | | 88 | 80 | 83 |

Sublinha-se a obtenção da Marcação CE na cal hidráulica, concedida pelo LNEC, segundo a norma EN 459 e o lançamento de novos produtos – a pasta de reabilitação de superfícies e a argamassa de reabilitação de rebocos.

Ao nível dos investimentos, releva-se a aquisição de uma paletizadora, a instalação de filtros de mangas nos fornos de cal hidráulica da fábrica da Maceira e a instalação de dois novos silos na fábrica de argamassas de Pataias.

Refere-se ainda a realização de estudos preparatórios e de negociações com vista à aquisição de duas empresas que actuam na área das argamassas e que, assim, permitirão ampliar fortemente a presença da **Secil Martingança** neste mercado.

Para 2004 perspectiva-se um comportamento dos mercados desta empresa de acordo com o padrão revelado nos últimos anos, isto é, declínio na cal hidráulica e aumento expressivo nas argamassas.

3.5. Distribuição de cimento para as Regiões Autónomas

As empresas cimenteiras das Regiões Autónomas, **Cimentos Madeira** e **Cimentaço**, obtiveram resultados líquidos francamente positivos. Os consumos regionais de cimento permanecem em níveis excepcionalmente elevados, em particular na Região Autónoma da Madeira.

O mercado da Madeira cresceu 22% relativamente a 2002 e atingiu 600 000 t. As vendas da **Cimentos Madeira** aumentaram 2,5% e situaram-se em 360 000 t o que representa, todavia, uma perda de quota face à empresa sua concorrente naquela Região. Os resultados líquidos foram de 2,4 milhões de euros, apenas ligeiramente melhores que os obtidos em 2002, e a margem EBITDA situou-se em 7,9%, ligeiramente acima de 2002 (7,5%).

O mercado dos Açores, apesar de se situar num nível elevado, diminuiu sensivelmente face a 2002 (11%) situando-se em 332 000 t. A **Cimentaço** atingiu resultados líquidos de 3,5 milhões de euros o que representa um aumento de 2% relativamente a 2002 e obteve uma margem EBITDA de 20%, acima de 2002 (17%).

3.6. Operações portuárias e marítimas

A **Secil**, através da **Ciminpart**, adquiriu em Junho de 2003 uma participação de 25% na empresa **Setefrete, SGPS**, na altura denominada Nuno Mesquita Pires, SGPS.

A **Setefrete, SGPS** é accionista dominante (93%) na **Setefrete – Sociedade de Tráfego e Carga** que se dedica a operações de estiva e desestiva de mercadorias no Porto de Setúbal tendo a exclusividade das operações do terminal da Eurominas.

É, também, accionista dominante (95,2%) na **Seteshipping – Transportes Internacionais** que se dedica ao agenciamento de navios, como representante dos armadores, desenvolvendo igualmente, em nome dos carregadores, a actividade de “broker” para afretamento de navios.

Em 2003 este conjunto de empresas incrementou a sua actividade nos diversos segmentos de mercado em que actua, designadamente, no agenciamento e fretamento de navios e nas operações portuárias de movimentação de produtos e mercadorias.

Apesar de uma envolvente adversa, resultante da recessão económica, da contenção geral dos mercados e da forte pressão sobre os preços, a **Setefrete, SGPS** obteve resultados líquidos positivos superiores a 2002, na ordem de 1,1 milhões de euros.

Para 2004 espera-se um aumento das actividades desenvolvidas por este conjunto de empresas, nomeadamente através da realização de operações de âmbito internacional.

3.7. Energia eléctrica

No âmbito da Directiva 2001/77/CE, Portugal assumiu, indicativamente, o ambicioso compromisso de, em 2010, se atingir a meta de produção de 39% de electricidade através de energia de origem renovável.

O ano de 2003 foi caracterizado, essencialmente, pela consolidação das actividades dos principais promotores de projectos na área das energias renováveis. A morosidade dos processos de licenciamento e o carácter plurianual dos investimentos em centrais hidroeléctricas e em parques eólicos conduziu a um atraso significativo no arranque da exploração dos principais empreendimentos.

As empresas subsidiárias da **Enersis** tiveram uma produção record de 411 GWh. As vendas ascenderam a 33,7 milhões de euros, tendo os resultados líquidos atingido o valor de 8,7 milhões de euros (+ 42% que em 2002).

| | | 2001 | 2002 | 2003 |
|----------------------|-----------|--------|--------|--------|
| Capacidade Instalada | MW | 100 | 143 | 152 |
| Hídrica | MW | 58 | 80 | 80 |
| Eólica | MW | 41 | 63 | 72 |
| Produção | GWh | 287 | 319 | 411 |
| Volume de vendas | 1 000 Eur | 19 377 | 24 489 | 33 701 |
| EBIT | 1 000 Eur | 7 748 | 8 933 | 16 663 |
| Resultados Líquidos | 1 000 Eur | 2 965 | 6 096 | 8 637 |
| Efectivos | | 54 | 65 | 85 |

Como factos relevantes ocorridos com repercussão na actividade da **Energis** assinalam-se:

- Aquisição de 50% da empresa **HE70** e sua plena integração na **Energis**;
- Entrada em produção do parque eólico da Meroicinha, com uma potência total de 9 MW;
- Lançamento do concurso e adjudicação de 182,5 MW de parques eólicos, no valor de 165,5 milhões de euros;
- Mudança da localização dos escritórios centrais para Lisboa;
- Excessiva morosidade no licenciamento ambiental que poderá colocar em risco o cumprimento da Directiva das energias renováveis e do Protocolo do Quioto;
- Crescentes dificuldades nas relações com as entidades responsáveis pelos licenciamentos dos parques eólicos;
- Início do desenvolvimento de dois novos projectos, o “Projecto Ondas” e o “Projecto Biodiesel”.

Para 2004 perspectiva-se a conclusão de parques eólicos que totalizam cerca de 182,5 MW de potência instalada.

3.8. Sacos de Papel

A produção da linha de sacos de papel instalada na fábrica **Maceira-Liz** teve um ligeiro acréscimo, de 1.3% em relação a 2002, decorrente da introdução, a partir de Maio, dos sacos de 40 kg em substituição dos de 50 kg.

O EBIT da fábrica diminuiu 18,5% relativamente ao ano anterior devido ao aumento do preço médio de aquisição do papel e à incorporação de uma folha de plástico nos novos sacos de 40 kg.

| | | 2001 | 2002 | 2003 |
|-----------------------|-------------|--------|--------|--------|
| Fábricas | | 1 | 1 | 1 |
| Produção | 1 000 Sacos | 48 796 | 47 069 | 47 665 |
| Vendas ⁽¹⁾ | 1 000 Eur | 7 581 | 7 365 | 7 647 |
| EBIT | 1 000 Eur | 1 999 | 2 103 | 1 713 |

(1) Estão incluídas as cedências de sacos de papel às fábricas Maceira-Liz e Cibra-Pataias

3.9. Valorização e Reciclagem de Resíduos

A **Ecoresíduos** adquiriu a participação de 50% da **Scoreco** detida pela Ecocat. Esta decisão resultou da necessidade de adequar a actuação da **Ecoresíduos** à realidade da suspensão do processo de co-incineração de resíduos industriais perigosos e, assim, poder reequacionar os objectivos da **Scoreco**, criada para o tratamento e eliminação de resíduos industriais perigosos pela via do sector cimenteiro.

A **Scoreco**, muito limitada pelo insucesso do projecto de co-incineração e pela consequente redução de meios, realizou, ainda assim, actividades na valorização de matéria-prima secundária com um volume de negócios de 306 000 euros e a consequente eliminação de 24 000 t de resíduos industriais banais.

Prosseguiu a instalação da **Ecometals**, empresa criada para o tratamento de veículos em fim de vida, com vista ao tratamento no sector cimenteiro dos resíduos banais resultantes do desmantelamento dos referidos veículos, prevendo-se que a empresa esteja instalada em Abril de 2004.

A **Prescor** apresentou um bom desempenho, ultrapassando as previsões de produção em cerca de 9,2%, com a eliminação de um resíduo industrial acumulado há décadas no perímetro fabril da Siderurgia Nacional através da sua valorização por incorporação directa na produção de cimento e betão.

4. Tunísia

4.1. Cimento

4.1.1. Mercado e Comercialização

O consumo total de ligantes atingiu 5,6 milhões de toneladas o que representa um decréscimo de 3,2% relativamente ao ano anterior.

Esta diminuição, a primeira após uma década de crescimento sustentado, reflecte o abrandamento verificado na actividade da construção que é consequência das políticas restritivas, nos domínios orçamental e monetário, que tiveram efeitos negativos sobre a evolução da procura interna.

Em termos globais estima-se que a economia tunisina tenha retomado o seu crescimento com um aumento, na ordem dos 5%, basicamente devido ao excelente desempenho da agricultura após um longo período de seca e ao crescimento das exportações. Manteve-se, contudo, a tendência da desvalorização do dinar tunisino face ao euro que, em 2003, se cifrou em 8,7%.

| Mercado | 1 000 t | | | | |
|----------------|---------|--------|-------|-------|-------|
| | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| Cimento | 4 387 | 4 948 | 5 178 | 5 300 | 5 134 |
| Cal artificial | 398 | 465 | 456 | 455 | 438 |
| Ligantes | 4 785 | 5 413 | 5 634 | 5 755 | 5 572 |
| Ligantes (%) | + 6,3 | + 13,1 | + 4,1 | + 2,1 | - 3,2 |

| Consumos “per capita” | Kg | | | | |
|-----------------------|------|------|------|------|------|
| | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| Ligantes | 541 | 601 | 617 | 618 | 563 |

Neste contexto, as vendas da **SCG** para o mercado interno tiveram uma evolução mais favorável que a do mercado total já que atingiram 1 048 000 t o que representa uma diminuição de 1,2% face a 2002. Em valor, as vendas ascenderam a 56,3 milhões de dinares o que representa um aumento de 3,2% devido, fundamentalmente, ao aumento dos preços. Em euros, verificou-se uma diminuição do volume de vendas de 4% explicada pela desvalorização do dinar tunisino.

| Vendas | 1 000 Eur | | | | |
|-----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| Ligantes | 30 372 | 36 479 | 37 258 | 40 214 | 38 558 |
| Mercado interno | 29 461 | 36 479 | 37 258 | 40 214 | 38 505 |
| Mercado externo | 910 | 0 | 0 | 0 | 53 |
| Outros | 1 545 | 1 788 | 2 109 | 2 671 | 2 197 |
| Total | 31 917 | 38 267 | 39 367 | 42 885 | 40 755 |
| Variação (%) | + 7,0 | + 19,9 | + 2,9 | + 8,9 | - 5,0 |

| Vendas | 1 000 t | | | | |
|------------------------|------------|--------------|------------|--------------|--------------|
| | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| Mercado interno | 841 | 1 012 | 990 | 1 060 | 1 048 |
| Mercado externo | 35 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Total | 876 | 1 012 | 990 | 1 060 | 1 049 |
| Variação (%) | + 3,2 | + 15,6 | - 2,2 | + 7,1 | - 1,1 |

Em Julho de 2003, ao abrigo do sistema de preços homologados que permanece em vigor, o governo estabeleceu um aumento de 6% para os preços da cal hidráulica e dos cimentos tipo I e II. Em Outubro, a empresa actualizou, também em 6%, o preço do cimento HRS não sujeito ao regime atrás referido.

Mais uma vez, e contrariamente às expectativas e aos compromissos solenemente assumidos, os preços do cimento não foram liberalizados. Relembra-se que no processo de privatização da indústria cimenteira a liberalização de preços constava, expressamente, do respectivo caderno de encargos.

4.1.2. Produção

No que respeita à produção de clínquer o ano foi marcado pelos cerca de 100 dias de imobilização dos fornos para a concretização do investimento de aumento de capacidade. Não obstante essas paragens, a produção de cerca de 726 000 toneladas de clínquer, embora inferior à de 2002, está dentro da média da produção dos últimos cinco anos. Espera-se que 2004 seja um ano de consolidação das performances já obtidas em Dezembro de 2003 (produção mensal de 85 000 t) e de optimização dos novos equipamentos com resultados visíveis ao nível da redução dos consumos específicos energéticos.

O défice de clínquer em relação às necessidades da empresa para fazer face às vendas de 2003 foi compensado com o recurso à compra de 140 000 t a outras cimenteiras tunisinas.

A produção de ligantes atingiu 1 046 000 t (- 1,7% que no ano anterior) evoluindo assim em conformidade com o ligeiro decréscimo das vendas. Finalizaram-se as intervenções de optimização e modernização dos equipamentos e do sistema de comando e controlo dos dois moinhos de cimento, que proporcionaram um aumento de capacidade anual de produção de 250 000 t.

| Produção de ligantes | 1 000 t | | | | |
|-----------------------|------------|--------------|------------|--------------|--------------|
| | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| Cimento | 781 | 940 | 904 | 980 | 961 |
| Cal artificial | 29 | 82 | 80 | 84 | 85 |
| Total | 810 | 1 023 | 983 | 1 064 | 1 046 |
| Variação (%) | + 6,4 | + 26,3 | - 3,9 | + 8,2 | - 1,7 |

Foi concluída a certificação segundo a norma ISO 9001:2000, no seguimento das auditorias realizadas pela TUV CERT e pelo INNORPI. Foi também concluído com êxito o processo de certificação, em Espanha, de alguns dos tipos de cimento fabricados em Gabès.

4.1.3. Recursos Humanos

O efectivo total da **SCG** ascendia, no final de 2003, a 463 trabalhadores (incluindo contratados a prazo), menos 12 que no final de 2002, prosseguindo-se assim uma política de racionalização dos recursos humanos, em simultâneo com o processo de recrutamento de técnicos qualificados, aspecto que se considera fundamental para a modernização da empresa e para o processo de reconversão tecnológica em curso.

| Evolução do Quadro de Pessoal | | | | | |
|-------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| Efectivos | 537 | 515 | 497 | 475 | 463 |
| Variação (%) | - 0,6 | - 4,1 | - 3,5 | - 4,4 | - 2,5 |

No mesmo sentido foram desenvolvidas acções no âmbito do contrato de assistência técnica e de transferência de tecnologia estabelecido com a **Secil**. Neste domínio, realçam-se as acções de acompanhamento dos investimentos já realizados e as acções de optimização ainda em curso.

Manteve-se o apoio às actividades sociais e a vários fundos de âmbito regional e nacional.

Em Junho de 2003, foi assinado com os representantes dos trabalhadores o primeiro Acordo de Empresa (“Convention d’Etablissement”). Este importante documento, além de sistematizar e enquadrar os aspectos sociais e administrativos das relações que regulam a **SCG** e os seus trabalhadores estabelece também as grelhas salariais e respectivas actualizações até ao final de Maio de 2005.

4.1.4. Investimento

O investimento realizado em 2003 ascendeu a cerca de 29,4 milhões de dinares incluindo os projectos em curso no final do ano. Assim, os investimentos realizados após a aquisição da empresa pela **Secil** totalizam cerca de 55 milhões de dinares, valor que representa mais de 90% do programa de modernização da empresa submetido às autoridades tunisinas no quadro do programa nacional de apoio à modernização da indústria (designado “Programme de Mise à Niveau”) no âmbito do qual a empresa receberá um incentivo a fundo perdido o qual poderá atingir um montante máximo de 6 milhões de dinares.

No 1º semestre de 2004 deverá entrar em funcionamento o moinho de coque sendo que as infra-estruturas portuárias para a descarga e movimentação do coque no porto de Gabès deverão estar concluídas em Março. A **SCG** tem liderado este processo no âmbito do Agrupamento de Interesse Económico que está em constituição e cuja designação é **TCG – Terminal Cimentier de Gabès**. Os estatutos deste agrupamento foram assinados, pela **SCG** e por mais duas cimenteiras tunisinas, no passado mês de Dezembro.

Concretizou-se a constituição, em Zarzis, de uma nova empresa de betão-pronto - a **Zarzis Béton** - em conjunto com a **Sud Béton** e um empresário local. A empresa deverá entrar em operação no final do 1º trimestre do corrente ano.

Subscreveu-se a participação no capital social do **TCG – Terminal Cimentier de Gabès**, referente a um terço do capital global de 600 000 dinares.

Do empréstimo contratado com o Amen Bank, no montante de 15 milhões de dinares, foram utilizados 13,3 milhões ao longo de 2003. A parte restante deverá ser utilizada durante o 1º semestre de 2004 para financiar os custos finais do projecto do moinho de coque. A valorização do euro face ao dinar tunisino – a maioria dos investimentos é expressa em euros – a redução do “cash-flow” devida às paragens dos fornos e o pagamento do IVA respeitante aos investimentos, implicaram necessidades adicionais de financiamento alheio na ordem de 8 milhões de dinares.

Em resumo, dos cerca de 55 milhões de dinares investidos até ao final de 2003 mais de 60% foram financiados por fundos próprios o que tem permitido à empresa manter um adequado equilíbrio financeiro.

4.1.5. Resultados

A **SCG** teve uma performance bastante inferior a 2002. Com efeito, o valor das vendas diminuiu 5,3%, relativamente a 2002, e o EBITDA e os resultados líquidos atingiram, respectivamente, 2,8 milhões de euros e -151 000 euros, ou seja, decréscimos de 62% e de 106% face ao ano anterior.

A quebra significativa da performance operacional da empresa é naturalmente resultado das longas imobilizações das linhas de produção. É, também, consequência do aumento significativo do preço da energia eléctrica e do atraso de um mês e meio na entrada em vigor dos novos preços do cimento e da cal artificial.

A redução das aplicações financeiras, o aumento dos encargos financeiros e o aumento das amortizações espelham de forma clara o impacto dos investimentos realizados nas contas de 2003.

| | 1 000 Eur | | | | |
|---------------------|-----------|--------|--------|--------|--------|
| | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| Vendas | 31 943 | 42 324 | 43 099 | 46 598 | 44 121 |
| EBITDA | 4 623 | 7 028 | 4 282 | 7 414 | 2 809 |
| EBIT | 519 | 3 352 | 603 | 2 564 | - 383 |
| Resultados líquidos | 1 214 | 2 796 | 1 085 | 2 443 | - 151 |
| "Cash-flow" | 5 317 | 6 472 | 4 763 | 7 293 | 3 040 |

4.1.6. Perspectivas para 2004

Prevê-se a continuidade das políticas restritivas estimando-se uma recuperação lenta da actividade da construção e, conseqüentemente, uma estagnação do consumo de cimento.

Caso esta situação se confirme, a concorrência entre os diversos produtores tenderá a acentuar-se em resultado dos investimentos de expansão da produção realizados pela generalidade das empresas cimenteiras tunisinas.

A evolução das vendas em valor será condicionada pela atitude do governo tunisino no que respeita à liberalização dos preços: ou confirma a liberalização, adiada desde há três anos, ou mantém o regime de homologação dos preços, definindo administrativamente o seu aumento. Se for este o caso, espera-se que venha pelo menos compensar a evolução negativa registada nos principais custos ao longo do último ano.

4.2. Betão-pronto e prefabricação em betão

A **Sud Béton** obteve um aumento de volume de vendas em valor de cerca de 1% (em euros).

| | | 2001 | 2002 | 2003 |
|-------------------------|----------------------|-------|-------|-------|
| Centrais de betão | | 2 | 2 | 2 |
| Linhas de prefabricação | | 2 | 2 | 2 |
| Vendas de betão-pronto | 1 000 m ³ | 69 | 80 | 85 |
| Vendas de préfabricados | 1 000 t | 18 | 15 | 19 |
| Volume de vendas | 1 000 Eur | 3 795 | 4 024 | 4 057 |
| EBITDA | 1 000 Eur | 522 | 654 | 516 |
| EBIT | 1 000 Eur | 332 | 413 | 169 |
| Resultados líquidos | 1 000 Eur | 172 | 278 | 116 |
| “Cash-flow” | 1 000 Eur | 362 | 518 | 463 |
| Efectivos | | 87 | 84 | 84 |

O aparecimento de novos operadores nos mercados de Sfax e de Gabès, provocou um agravamento da situação concorrencial dos mercados em que actua a empresa pelo que a sua performance diminuiu relativamente a 2002; com efeito o EBITDA e o EBIT decresceram 21% e 59% respectivamente. Os resultados líquidos foram positivos – na ordem de 116 000 euros – embora se tenham situado abaixo de 2002 (- 58%).

Ao nível dos investimentos industriais salienta-se a aquisição de uma autobomba e de uma central de betão instalada em Gabès.

Para 2004, perspectiva-se um ligeiro aumento da actividade nos mercados em que a empresa actua.

Relativamente à **Zarzis Béton**, empresa detida maioritariamente pela **Sud Béton** e pela **Société des Ciments de Gabès**, destinada a actuar no mercado do betão-pronto em Zarzis realizaram-se os investimentos preparatórios nas áreas produtiva e administrativa estando previsto o início da actividade para Março de 2004.

5. Angola

5.1. Cimento

Em 2003 registaram-se alguns sinais de reanimação da economia angolana associada à reconstrução do país que tiveram como consequência um ligeiro aumento do consumo de cimento. Esse aumento do consumo foi satisfeito por produtores nacionais e, também, por cimento importado que se estima na ordem das 300 000 toneladas.

| | | 2001 | 2002 | 2003 |
|---------------------|-----------|-------|-------|-------|
| Fábricas | | 1 | 1 | 1 |
| Vendas | 1 000 t | 9 | 26 | 43 |
| Vendas | 1 000 Eur | 1 340 | 3 861 | 5 485 |
| EBITDA | 1 000 Eur | - 16 | 910 | 1 771 |
| EBIT | 1 000 Eur | - 850 | - 302 | 503 |
| Resultados líquidos | 1 000 Eur | - 884 | - 310 | - 618 |
| “Cash-flow” | 1 000 Eur | - 49 | 902 | 650 |
| Efectivos | | 178 | 171 | 157 |

As vendas da **Tecnosecil** ascenderam a 43 000 t aumentando 62% relativamente a 2002; em valor, as vendas atingiram 5,5 milhões de euros, crescendo 42% face a 2002.

Em termos operacionais a performance da empresa melhorou sensivelmente, conseguindo obter aumentos do EBITDA e do EBIT de 95% e de 267%, respectivamente.

No entanto os resultados líquidos foram ainda negativos (- 618 000 euros) e abaixo dos verificados em 2002 sendo de referir que uma parte substancial dos prejuízos respeitam à contabilização de diferenças cambiais de valor elevado.

Os investimentos atingiram cerca de 7,6 milhões de euros e respeitam sobretudo à construção, ainda em curso, de um novo moinho de cimento que permitirá obter uma capacidade de produção de 240 000 t por ano.

Para 2004, as perspectivas de evolução do mercado do cimento são moderadamente boas quer ao nível do país quer ao nível da região Sul, que é o mercado natural da **Tecnosecil**, dado existirem fundadas expectativas na realização de um vasto conjunto de obras associadas ao processo de reconstrução do país.

6. Líbano

6.1. Cimento

Em 2003, o mercado libanês de cimento foi praticamente igual ao do ano anterior tendo permanecido em 2,6 milhões de toneladas.

A estagnação do mercado ficou a dever-se a uma nova regulamentação para a exploração das pedreiras emitida pelo governo libanês que, ao reduzir o fluxo de agregados, reduziu a actividade de construção. A prova-lo está o facto de terem sido emitidas licenças de construção num total de 6,4 milhões de m² contra apenas 4,3 milhões em 2002. Naturalmente, o impacto destas licenças far-se-á sentir em 2004.

Com os acontecimentos ocorridos no Iraque e a liberalização da sua economia, o Líbano emergiu como um parceiro importante na exportação de cimento para aquele país. Desde Junho 2003 que uma forte procura de cimento se faz sentir no Iraque, com o conseqüente aumento do preço. A **Sibline** aproveitou esta situação, exportando cerca de 200 000 t, tendo para tal reactivado o forno 1 que se encontrava parado.

| | | 2001 | 2002 | 2003 |
|------------------------|-----------|--------|--------|--------|
| Fábricas | | 1 | 1 | 1 |
| Vendas mercado interno | 1 000 t | 551 | 500 | 506 |
| Vendas mercado externo | 1 000 t | 0 | 0 | 200 |
| Volume de vendas | 1 000 Eur | 34 995 | 33 575 | 33 002 |
| EBITDA | 1 000 Eur | 14 265 | 14 076 | 8 668 |
| EBIT | 1 000 Eur | 6 868 | 5 980 | 1 735 |
| Resultados líquidos | 1 000 Eur | -3 066 | -1 024 | -1 909 |
| "Cash-flow" | 1 000 Eur | 4 332 | 7 072 | 5 024 |
| Efectivos | | 351 | 341 | 342 |

O desempenho do ano, apesar de superior em termos de vendas, em quantidade, foi inferior em termos de EBITDA e de resultados líquidos porque os preços no mercado interno estiveram deprimidos nos primeiros meses do ano e porque os preços de exportação foram inferiores aos praticados no mercado interno.

Prosseguiram os dois grandes investimentos em que a empresa está envolvida, ou seja, a expansão do Porto de Jieh e a conversão do combustível utilizado. São dois projectos muito importantes por permitirem uma redução significativa nos custos de produção.

Em relação a 2004 é importante referir o lançamento de um mega projecto comercial na área de Beirute. Por outro lado, no que respeita a investimentos públicos, é de esperar ainda uma certa retracção motivada pelo deslizar do processo de privatizações e das eleições presidenciais e autárquicas. Espera-se, contudo, que o mercado se mantenha e possa mesmo crescer ligeiramente para 2,7 milhões de toneladas.

Em relação às exportações deverá manter-se a pressão compradora por parte do Iraque, podendo igualmente tornar-se interessante a exportação para a Síria. Por essas razões espera-se que a empresa exporte cerca de 400 000 t em 2004.

Com a entrada em funcionamento das melhorias provenientes dos investimentos já referidos, os resultados deverão ter um crescimento significativo, a partir de Setembro, em linha com o que se previa aquando da decisão de investir neste país.

7. Cabo Verde

7.1. Inertes

O mercado evoluiu favoravelmente e a **ICV – Inertes de Cabo Verde** aumentou a sua quota de mercado estimando-se que seja superior a 50%.

| | | 2001 | 2002 | 2003 |
|------------------------|-----------|-------|------|-------|
| Centrais de britagem | | 1 | 1 | 1 |
| Vendas | 1 000 t | 60 | 78 | 102 |
| Volume de vendas | 1 000 Eur | 644 | 824 | 1 299 |
| EBITDA | 1 000 Eur | 158 | 354 | 710 |
| Resultados financeiros | 1 000 Eur | - 103 | - 85 | - 68 |
| Resultados líquidos | 1 000 Eur | - 176 | 42 | 365 |
| “Cash-flow” | 1 000 Eur | 61 | 274 | 608 |
| Efectivos | | 21 | 21 | 29 |

Neste contexto a **ICV** teve uma performance bastante boa, espelhada no aumento das vendas (58%), do EBITDA (100%) e dos resultados líquidos (770%) que ascenderam a 365 000 euros.

Como acontecimentos significativos do ano salientam-se:

- A aquisição duma escavadora;
- A instalação de uma pequena unidade de prefabricação em betão (blocos e pavês) que iniciou a sua produção a partir do final do 1º semestre;
- A construção dos escritórios da empresa na pedreira que permitirá melhorar o controlo interno da empresa e reduzir os custos.

Para 2004 perspectiva-se uma evolução muito moderada dos mercados em que actua a **ICV**.

8. Espanha

8.1. Trading

A **Secilpar** transaccionou 604 000 toneladas de mercadorias que correspondem a um volume de vendas na ordem de 26,7 milhões de euros. Face a 2002, as vendas aumentaram 40% em quantidade e 60% em valor. O EBITDA cifrou-se em 957 000 euros.

| | | 2002 | 2003 |
|-----------------------|-----------|--------|--------|
| Vendas de mercadorias | 1 000 t | 432 | 604 |
| Volume de vendas | 1 000 Eur | 17 714 | 26 683 |
| EBITDA | 1 000 Eur | 1 150 | 957 |
| Efectivos | | 3 | 3 |

9. Desenvolvimento

Continuaram a promover-se projectos empresariais autónomos no domínio do cimento e em áreas complementares da indústria, particularmente no que respeita a produtos de inovação para a construção civil.

Destacam-se como acções mais significativas:

- Constituição de sociedades detidas a 100% pela **Semapa**, no âmbito do processo de reestruturação das participações do **Grupo** em **Portugal** e no estrangeiro.
- Aquisição, pela **Secil Betões e Inertes**, de empresas que actuam no mercado do betão-pronto, nomeadamente:
 - **Camilo e Lopez, Lda** (100%)
 - **Almeida e Carvalhais** (reforço da participação em 8%, passando a deter uma participação de 100%)
- Realização de negociações, ainda em curso, para aquisição, através da **Secil Martingança**, de duas unidades de produção de argamassas.
- Aquisição, pela **Ciminpart**, de 25% da empresa Nuno Mesquita Pires, SGPS, posteriormente designada **Setefrete, SGPS, SA** cujas subsidiárias desenvolvem actividades na área portuária e marítima;
- Aquisição, pela **Enersis**, de 50% da empresa **HE70, SGPS**, passando a deter a totalidade do capital;
- Entrada em produção do Parque Eólico de **Meroicinha** (Vila Real), com uma potência instalada de 9 MW;
- Estudo de várias oportunidades de investimento, na indústria cimenteira, em países do norte de África, do Médio-Oriente, da Ásia e da Europa.

10. ÁREA FINANCEIRA

10.1. Conjuntura macroeconómica

10.1.1. A conjuntura económica na zona euro

Em 2003, a inflação na área do euro medida pela variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) situou-se em 2,1%, o que compara com 2,3% nos dois anos anteriores. Em contraste, os bens energéticos registaram um crescimento médio de 3%, depois de uma queda de 0,6% em 2002.

No final de 2003, a taxa de câmbio efectiva nominal do euro encontrava-se apreciada em 11,3% relativamente ao valor observado um ano antes, traduzindo apreciações de 20,4%, 8,6%, 8,3% e 7,3% em relação ao dólar, ao iene, à libra e ao franco suíço, respectivamente.

10.1.2. A conjuntura económica em Portugal

Em termos globais a actividade económica em **Portugal** evoluiu negativamente. De acordo com dados muito recentes publicados pelo INE o Produto Interno Bruto registou, em 2003, uma contracção de 1,3% em 2003 (Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares 2003 – INE – Março 2004).

Conforme já anteriormente se referiu a actividade do sector da construção decresceu sensivelmente. Também de acordo com o INE o produto do sector de construção e obras públicas diminuiu 8% em 2003 (Índice de Produção na Construção e Obras Públicas – INE – Fevereiro 2004).

Segundo a AECOPS – Associação de empresas de construção e obras públicas, a avaliação da evolução do produto da construção em 2003 é ainda mais negativa e situa-se em -12%.

Quanto ao IPI – Índice de Produção Industrial na indústria transformadora, verificou-se um aumento de 1% na segunda metade de 2003, após uma queda de 1,7% no primeiro semestre. No conjunto do ano, as variações do IPI e do IVN – Índice do Volume de Negócios na indústria transformadora, foram de -0,4% e -1,5%. A taxa de utilização da capacidade produtiva situou-se em termos médios em 78,7% em 2003, contra 79,5% em 2002 e 80,4% no último trimestre de 2003.

Quanto à inflação, a taxa de variação média anual do IHPC em Portugal foi de 3,3 % (3,7% em 2002).

Fonte: Banco de Portugal – Indicadores de conjuntura Dezembro de 2003 e Janeiro de 2004; Boletim Económico de Dezembro de 2003.

10.2. Gestão de recursos financeiros

Como foi oportunamente divulgado, em Março de 2003, a **Secil Investimentos SGPS, SA**, uma subsidiária integral da **Semapa**, celebrou a escritura publica de aquisição das quotas detidas pelas sociedades **Højgaard Holding A/S** e **FLS Industries A/S** no capital social da **FLSHH, SGPS LDA** (que posteriormente alterou a sua denominação para **Cimentospar – Participações Sociais SGPS, Lda**) a qual era, por sua vez, detentora de 21.728.520 acções da **Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.** representativas de 41,06% do seu capital social.

Esta aquisição representou um investimento de cerca de 300 milhões de Euros.

Tendo em vista a obtenção dos fundos necessários a esta aquisição, foi celebrado um contrato de financiamento no montante de 290 milhões de Euros, com maturidade até 7 anos, em condições normais de mercado, com um Banco Internacional.

Conforme referido anteriormente, a **Semapa** encontra-se a considerar a hipótese de proceder à alienação das acções da Secil adquiridas no exercício. Nesse sentido desencadeou no final de 2003 um processo com a finalidade de proceder à selecção de potenciais interessados na aquisição de participações no capital da **Secil**.

A participada da **Semapa – CMP** – procedeu à renegociação do empréstimo obrigacionista CMP/97 tendo sido eliminada a possibilidade de exercício da Call Option e da Put Option a partir do cupão de Outubro de 2003. Assim sendo, mantém-se os reembolsos contratuais sendo o último em 2007.

No final do terceiro trimestre a **Semapa** apresentou aos sócios livres da **Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.**, uma oferta de aquisição tendente ao domínio total da sociedade. Desta oferta foram feitas as devidas publicações, a 27 de Agosto e 2 de Setembro, respectivamente no jornal “O Setubalense” e no D.R. nº 202 III Série.

Já depois de terminado o 3º trimestre, por via da escritura pública de aquisição potestativa outorgada a 8 de Outubro, a **Semapa** adquiriu as 1.800 acções que faltavam para que detivesse - por si e através de sociedade que com a **Semapa** se encontram em relação de domínio ou de grupo - 100% dos direitos de voto da **Secil** e 92,6% do seu capital social (a **Secil** detém 7,4% de acções próprias).

A dívida líquida consolidada do Grupo a 31 de Dezembro de 2003 totalizou 461 milhões de Euros versus os 162 milhões de Euros no ano anterior. A alteração do montante da dívida líquida deveu-se essencialmente à contratação e utilização de uma facilidade de crédito de 290 milhões de Euros para financiamento da aquisição de 41,06% do capital social da **Secil** referida anteriormente, aos investimentos adicionais efectuados pelo Grupo e ao cash flow gerado no período.

A economia europeia e em especial a portuguesa tardam em dar sinais de recuperação o que levou à prossecução de uma política monetária expansionista por parte do Banco Central Europeu que não prevemos que venha a ser alterada brevemente. Assim sendo, optámos pela manutenção da totalidade da dívida em regime de taxa de juro variável com o consequente benefício derivado da redução do indexante Euribor.

Os financiamentos bancários estão expressos em Euros à excepção dos contraídos na Tunísia que estão na moeda local.

Na continuação da política de optimização de alocação de risco de activos e passivos, foi contratado um financiamento, no montante de 5 milhões de dinares tunisinos, pelo prazo de até sete anos com um banco Tunisino, e iniciaram-se conversações com outra Instituição Bancária Tunisina no sentido de se contratar um outro financiamento no montante de 3 milhões de dinares tunisinos pelo prazo de um ano renovável, as quais foram concluídas com sucesso já após o encerramento do exercício. Assim, o stock de financiamentos em dinares tunisinos eleva-se a 23,8 milhões, prosseguindo-se a política oportunamente delineada de uma melhor alocação de risco de activos e passivos

Em termos consolidados o investimento realizado pelo **Grupo** durante o ano de 2003 ascendeu a cerca de 368 milhões de Euros, dos quais 316 milhões de Euros em aquisição de participações sociais e 52 milhões de Euros em investimentos operacionais (optimização, melhoria sustentada e manutenção).

10.3. Fundos de Pensões

O processo interposto pela **Secil** contra o Estado Português para ressarcimento dos danos causados pela incorrecta avaliação das responsabilidades do Fundo de Pensões da **CMP** contida na informação confidencial do concurso de reprivatização da **Secil** e da **CMP** continua a correr os seus termos no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa não tendo tido qualquer evolução desde Abril de 2000.

A gestão dos Fundos de Pensões Autónomos constituídos pelas empresas do **Grupo** tem sido, desde a respectiva constituição, confiada a entidades independentes.

Em virtude de ter sido alterada a política de afectação de activos dos fundos de pensões obteve-se uma rentabilidade anual superior à esperada, 9,2% no caso da **Secil**, 7,8% no caso da **CMP** e 6,5% no caso da **Secil Betões e Inertes**. Com efeito, decidiu-se adoptar uma política mais conservadora, privilegiando activos de menor risco. Assim sendo, após conversações com as entidades gestoras dos fundos de pensões, tomou-se a decisão de privilegiar o investimento em obrigações nomeadamente em taxa fixa, que registaram uma valorização em virtude do movimento descendente das taxas de juro, em detrimento das acções.

À data de 31 de Dezembro de 2003 os Fundos de Pensões apresentavam, no global, uma situação financeira excedentária em cerca de 2,7 milhões de Euros relativamente às responsabilidades actuariais calculadas por entidades independentes e reportadas à mesma data.

10.4. A Gestão de Riscos

A Gestão de Riscos do **Grupo** tem como prioridade a detecção e cobertura dos riscos que possam ter um impacto materialmente relevante no Resultado Líquido e nos Capitais Próprios ou que criem restrições significativas à prossecução do desenvolvimento dos negócios do **Grupo**.

As desvalorizações cambiais face ao euro verificadas durante o ano de 2003 na Tunísia, Líbano e Angola tiveram um impacto negativo nos capitais próprios da **Semapa** no montante global de 7,0 milhões de euros: 2,9 milhões de euros correspondentes à proporção do **Grupo** na redução do capital próprio da **Société des Ciments de Gabés**; 3,5 milhões de euros correspondentes à proporção do **Grupo** na redução do capital próprio da **Ciment de Sibline**; e 600.000 euros provenientes da actualização dos financiamentos concedidos à **Tecnosecil**.

10.4.1. Riscos de Crédito da Carteira de Clientes

Diligenciou-se desde há algum tempo a esta parte, a contratação de apólices de seguro de crédito para as áreas de negócios de Cimento, Betão Pronto e Inertes, e Pré-fabricação, com coberturas diferenciadas em função do risco inerente a cada uma das áreas de negócios.

Durante o exercício, procedeu-se à renegociação daquela Apólice, que sofreu um agravamento da respectiva taxa devido por um lado ao aumento da sinistralidade ocorrida sobretudo nas áreas do Betão Pronto e Pré-fabricação em betão mercê da conjuntura económica desfavorável e por outro, pela tendência verificada de agravamento dos prémios na indústria seguradora.

10.4.2. Riscos Patrimoniais, Responsabilidade Civil, Acidentes Pessoais e Doença

Relativamente a estes ramos procedeu-se igualmente à renegociação da carteira de seguros para o exercício de 2003, para as áreas de negócios de Cimento, Betão-Pronto e Inertes e Pré-fabricação em betão, em que por força das dificuldades impostas pelo mercado ressegurador e segurador, houve também um aumento das taxas de prémio, tendo sido mais acentuada na área dos patrimoniais.

No decorrer do 1º semestre procedeu-se, em conjunto com a seguradora líder do co-seguro, a uma análise de risco das fábricas de cimento **Secil-Outão, Maceira-Liz e Cibra-Pataias** feita por uma entidade externa. As recomendações sugeridas no relatório – em número reduzido e de pormenor - foram objecto de implementação no decurso de 2003.

Quanto às empresas produtoras de energia eléctrica subsidiárias do grupo **Enersis**, a renovação das apólices de responsabilidades patrimoniais sucedeu em 1 de Julho de 2003, data do vencimento das respectivas anuidades, tendo sido registado um aumento da respectiva taxa de prémio, o qual foi superior ao das outras áreas de negócio devido ao aumento verificado das taxas praticadas na indústria seguradora por um lado e por outro devido a um aumento da sinistralidade ocorrida neste grupo de empresas.

10.5. Participação Financeira na Cimpor

A participação financeira, de cerca de 9% do capital da **Cimpor SGPS, S.A.**, representada por 60.459.700 acções, anteriormente relevada em investimentos financeiros, foi reclassificada a 30 de Junho de 2003 como títulos negociáveis, por forma a reflectir mais apropriadamente a natureza do referido investimento.

No que respeita às acções judiciais que se entenderam pertinentes para fazer valer os direitos da Sociedade **Secilpar** enquanto accionista e administradora da **Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.**, já suficientemente descritas nos anteriores relatórios, não se conheceram evoluções conclusivas ou significativas.

No entanto, sublinhe-se que a morosidade da máquina judicial e a complexidade jurídica de algumas das matérias controvertidas não impedirão a **Secilpar** de fazer valer os seus direitos – como a não têm até aqui impedido - sempre na perspectiva de que o investimento na Cimpor seja fonte de criação de um justo valor para todos os accionistas.

10.6. Diversos

Durante o ano de 2003 verificaram-se as seguintes alterações no perímetro da consolidação de contas:

- Aquisição de 100% do capital social da empresa **Cimentospar – Participações Sociais SGPS, Lda (ex-FLSHH SGPS, LDA)**;
- Aquisição de 100% do capital social da empresa **Camilo & Lopez, Lda**;
- Reforço da participação financeira em 8,05% no capital social da empresa **Almeida & Carvalhais, Lda**;
- Aquisição potestativa de 0,04% do capital social da **SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.**.

Registou-se igualmente :

- Aquisição de 25% da empresa **Nuno Mesquita Pires, SGPS, SA** posteriormente redenominada para **Setefrete, SGPS, SA** ;
- Alienação da participação de 40% do capital social da empresa **Cimianto-STH, SA**.

Após lançamento de um concurso para a selecção de uma empresa internacional de Auditoria, foi seleccionada a firma PriceWaterhouseCoopers para auditar as Demonstrações Financeiras da **Sociedade** e de empresas do **Grupo** para o triénio 2003 - 2005.

Conforme informação oportunamente divulgada ao mercado, procedeu-se à alteração da composição dos Órgãos Sociais, tendo sido nomeado para Revisor Oficial de Contas efectivo a Sociedade Belarmino Martins, Eugénio Ferreira e Associados, SROC.

10.7. Factos ocorridos após o termo do exercício de 2003

Considerando a oportunidade da dispersão do risco tanto de actividade como geográfico, a Semapa através da sua participada **Seinpart – Participações, SGPS, S.A.**, apresentou, em 25 de Fevereiro de 2005, uma proposta de compra de um lote de 230.250.000 acções nominativas, com valor nominal de € 1 cada uma, representativas de 30% do capital social da **Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S. A** no âmbito do Concurso Público destinado a executar a segunda fase de reprivatização do capital desta sociedade.

A **Semapa** procedeu à renegociação do empréstimo obrigacionista Semapa / 98 tendo sido eliminada a possibilidade de exercício da Call Option e da Put Option a partir do cupão de Setembro de 2004. Mantém-se os reembolsos contratuais ocorrendo o último em 2008.

Foi renegociada com sucesso e em condições mais favoráveis que as ocorridas no ano de 2003, a carteira de seguros dos ramos Patrimoniais, Responsabilidade civil, Acidentes Pessoais e Doença para o ano de 2004 das empresas do Grupo à excepção das da Enersis e da Societé des Ciments de Gabès cujas Apólices vencem-se em 30 de Junho.

Iniciaram-se conversações para renegociação das condições da Apólice de seguro de crédito para as áreas de negócios de Cimento, Betão Pronto e Inertes, e, Pré-Fabricação, sendo de prever a obtenção de condições mais favoráveis para vigorar ao longo do ano de 2004.

10.8. Dividendos pagos em 2003 relativos ao exercício de 2002

A **Semapa** pagou aos seus accionistas dividendos relativos aos resultados do exercício de 2002 no montante de 11 567 916,50 Euros, a que correspondeu 0,10 Euros por acção em circulação.

10.9. Resultado Líquido

A **Semapa** encerrou com um resultado líquido consolidado, depois de interesses minoritários, de 40 072 775 Euros. As vendas e prestação de serviços consolidadas foram de 417 821 245 Euros. O “Cash-Flow” consolidado da **Semapa** foi de 119 674 824 milhões de Euros.

11. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que a Sociedade deve manter uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do **Grupo** que tutela nas diversas áreas de negócio em que este opera;

Considerando que a independência da **Empresa** perante o sistema financeiro passa pela preservação no curto, no médio e longo prazos de níveis de endividamento consolidados que permitam a manutenção de indicadores sólidos de solvabilidade;

Considerando ainda que a **Semapa** através de uma sua participada decidiu concorrer à segunda fase do concurso de reprivatização de 30% do capital social da **Portucel** o que implica um esforço financeiro considerável,

Vai ser proposta a seguinte aplicação para o saldo da conta de resultados líquidos de 40 072 775,06 Euros:

| | |
|------------------------------------|---------------|
| Dividendos às acções em circulação | 11 833 244,50 |
| Reservas legais | 2 003 638,75 |
| Reservas livres | 26 235 891,81 |

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira
Presidente

Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos
Vogal

Carlos Eduardo Coelho Alves
Vogal

José Alfredo de Almeida Honório
Vogal

Frederico José da Cunha de Mendonça e Meneses
Vogal

Gonçalo Allen Serras Pereira
Vogal

Francisco José de Melo e Castro Guedes
Vogal

Paulo Jorge Barreto de Carvalho Ventura
Vogal

Luís Manuel Pego Todo Bom
Vogal

Lisboa, 10 de Março de 2004

Relatório sobre as Práticas do Governo Societário

CAPÍTULO 0

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

À semelhança do que tem vindo a ser o movimento geral do mercado, também a Semapa tem vindo a implementar mais soluções no âmbito das recomendações da CMVM, atendendo sempre às suas especificidades e às solicitações concretas que sente da parte dos investidores. Foram dados este ano mais alguns passos significativos, designadamente na fulcral questão do acesso à informação.

Recomendação nº 1

A sociedade assegura a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade de tratamento dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Funciona para o efeito na sociedade um gabinete de apoio ao investidor.

A recomendação é pois integralmente adoptada.

Recomendação nº 2

A recomendação é adoptada no que respeita ao voto por correspondência, sendo disponibilizado no sítio da sociedade na *internet* o boletim de voto e exigida uma antecedência para recepção dos votos de apenas três dias úteis, sem qualquer outra limitação estatutária ao exercício do voto por esta forma.

Quanto a restrições ao voto por representação, os estatutos da sociedade consagram só a restrição para a representação de pessoas singulares a que se refere o artigo 380º nº 1 do Código das Sociedades Comerciais.

A recomendação para que a exigência de antecedência do depósito ou bloqueio das acções não seja superior a cinco dias úteis não é adoptada pela sociedade, que exige 8 dias de calendário de antecedência para recepção dos documentos comprovativos do bloqueio. Trata-se pois de uma diferença de um dia que, precisamente por se tratar de apenas um dia, não corresponde a uma divergência dos princípios que se pretendem defender na recomendação em causa.

Nota-se que este prazo foi sufragado na assembleia geral anual de 2003 por unanimidade dos accionistas presentes, que apoiaram da mesma forma a exigência de um prazo de detenção das acções de pelo menos 30 dias antes da assembleia geral, prazo esse que pode ser atestado pela entidade depositante sem obrigar a qualquer bloqueio durante a parte desse tempo que excede os 8 dias de calendário da comunicação.

Esta recomendação não foi integralmente adoptada devido à referida divergência de um dia no prazo de bloqueio.

Recomendação nº 3

A recomendação no sentido de criar um sistema interno de controlo de riscos é adoptada pela sociedade. A nível da sociedade as funções estão confiadas ao próprio Conselho de Administração e só na dominada Secil, onde a dimensão e complexidade da exposição o justifica, existem outras pessoas afectas a essa função.

Recomendação nº 4

Não existem quaisquer medidas adoptadas com o objectivo de impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição, sendo por isso esta recomendação plenamente acolhida.

Recomendação nº 5

O órgão de administração é composto por uma pluralidade de membros que exercem uma orientação efectiva em relação à gestão da sociedade e aos seus responsáveis. A recomendação neste sentido é pois adoptada pela sociedade.

Recomendação nº 6

Esta recomendação não é adoptada por nenhum dos actuais administradores da sociedade se enquadrar no conceito de administrador independente tal como definido no nº 2 do artigo 1 do Regulamento CMVM 11/2003.

Entende o Conselho de Administração que a sua composição reflecte uma diversidade adequada a maximizar a prossecução do interesse social pelo que não se justifica a alteração imediata da composição do órgão para inclusão de um administrador que respeite os critérios agora adoptados pelo referido regulamento, sem prejuízo da oportuna evolução no sentido recomendado.

Recomendação nº 7

Não foi adoptada pela sociedade a recomendação de criação de comissões de controlo internas com atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários.

O conselho de administração reconhece a conveniência da permanente reflexão e aperfeiçoamento da estrutura e modelo de governo, não obstante, tem vindo a entender que não se justifica ainda a criação de uma comissão com essas atribuições específicas. É o próprio conselho que mantém esse controlo no âmbito de uma grande abertura às opiniões e sugestões dos restantes órgãos e estruturas da sociedade.

Recomendação nº 8

A estrutura da remuneração do Conselho de Administração, que nos termos estatutários pode ser constituída por uma parte fixa e outra variável, sendo que a parte variável pode compreender uma participação nos lucros, permite um alinhamento dos interesses dos administradores com os da sociedade.

Não é adoptada a recomendação no sentido da divulgação da remuneração dos administradores em termos individuais. A não adopção fica a dever-se à ponderação de todos os interesses em causa que, no entender da Administração, para além de outros potenciais efeitos negativos, aponta no sentido de não serem os ganhos resultantes dessa divulgação superiores ao direito de reserva e privacidade de cada administrador.

Recomendação nº 9

A Comissão de Remunerações da sociedade é composta apenas por pessoas colectivas o que, face ao conceito de independência seguido pela recomendação, leva a que não possa deixar de se considerar plenamente adoptada.

Recomendação nº 10

Esta recomendação não é aplicável por não ter sido, até hoje, adoptado pela sociedade qualquer plano de atribuição de acções e/ou opções de aquisição de acções.

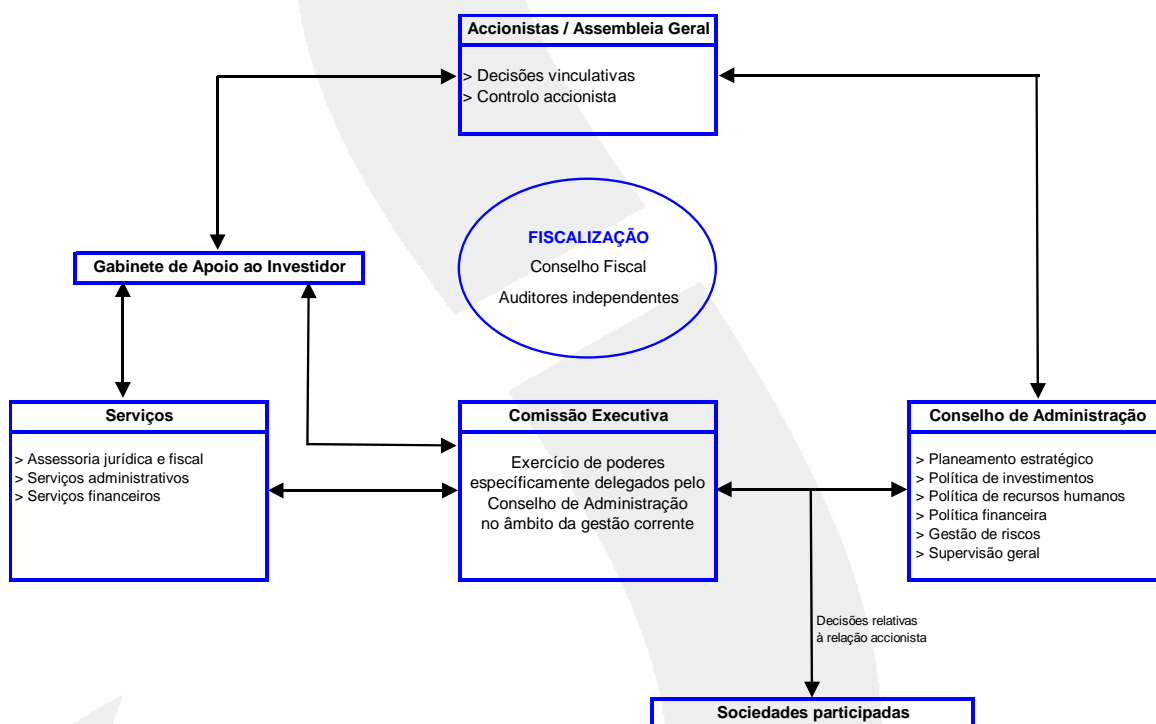
Recomendação nº 11

Também esta recomendação não é aplicável à sociedade por ser dirigida apenas a investidores institucionais.

CAPÍTULO I DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

1. Mapas Funcionais

Apresenta-se de forma gráfica simplificada o organigrama relativo à repartição de competências no quadro do processo de decisão empresarial:



2. Comissões Específicas

No âmbito da própria sociedade só funciona de forma autónoma a Comissão de Remunerações, que é composta pelas seguintes sociedades accionistas da Semapa:

- Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A.
- Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.
- Longapar, SGPS, S.A.

As funções usualmente atribuídas a outras Comissões, como sejam a avaliação de estrutura e governo societário ou as questões éticas, estão aqui confiadas ao próprio Conselho de Administração. No caso das questões éticas, a responsabilidade do Conselho de Administração foi mesmo especificamente consagrada com a aprovação em 2002 dos “Princípios Deontológicos” da sociedade.

Lembra-se aqui que, pelo facto da sociedade ser uma sociedade gestora de participações sociais, a sua estrutura é relativamente simplificada, funcionando por isso diversas comissões ao nível das sociedades dominadas sem reflexo directo na Semapa.

3. Controlo de Riscos

O controlo de riscos na sociedade é efectuado através da existência de auditorias independentes, através dos órgãos sociais e de serviços com funções específicas nessa área.

A auditoria independente é realizada na Semapa e nas sociedades em relação de domínio pela PriceWaterhouseCoopers.

Na vertente interna, para além da relevância nesta área das funções desempenhadas pelo Conselho Fiscal, o controlo de riscos é efectuado de forma diversa na Semapa e na sua principal dominada Secil, atendendo à diferente natureza e exposição destas duas sociedades.

No caso da Semapa o controlo cabe à própria Administração, sob a responsabilidade do Dr. José Alfredo de Almeida Honório, e tem especial ênfase na componente da gestão de recursos financeiros uma vez que as restantes vertentes de risco, nomeadamente risco de crédito da carteira de clientes e riscos patrimoniais, responsabilidade civil e doença, estão em parte significativa acauteladas pelo trabalho desenvolvido nas participadas.

No caso da Secil, que assume destacada relevância quanto aos potenciais efeitos dos riscos sobre a Semapa, o controlo é ainda mais abrangente, envolvendo designadamente a

componente ambiental, e é efectuado por serviços próprios que reportam directamente a diferentes administradores consoante a área em causa.

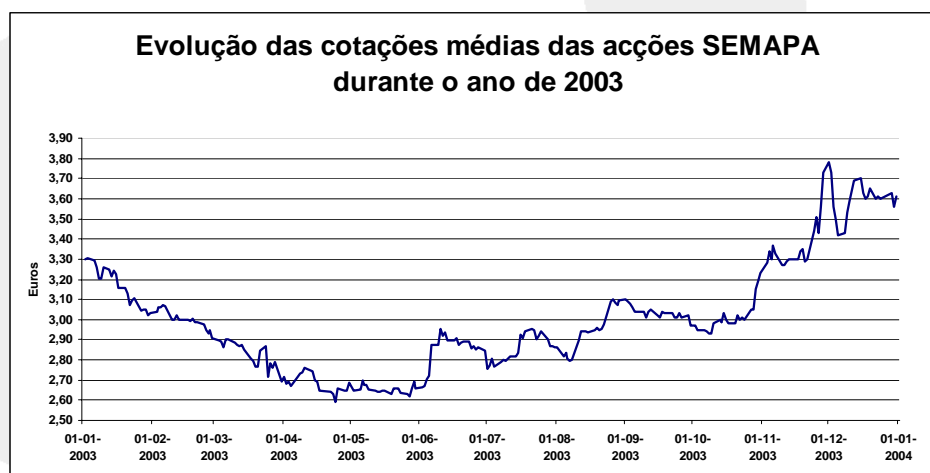
4. Evolução da Cotação

Na primeira sessão de bolsa do ano de 2003 o título Semapa transaccionou-se com uma cotação média de EUR 3,30, tendo na última sessão do ano a cotação média sido de EUR 3,61. A cotação média diária das acções Semapa variou durante o ano entre um mínimo de EUR 2,59 e um máximo de EUR 3,78, acompanhando no essencial a movimentação do PSI-20. Transaccionaram-se em média, por dia, 51.686 títulos nas sessões de Bolsa ocorridas durante o período em análise.

Em 18 de Março de 2003, dia em que a Sociedade comunicou ao mercado os seus resultados relativos ao exercício de 2002, não houve alteração em relação à cotação média de EUR 2,80 que já se tinha verificado na véspera.

Também a distribuição de 10 cêntimos de Euro por acção em circulação, que representou em termos líquidos, para os accionistas sujeitos a tributação, cerca de 8 cêntimos de Euro por acção para accionistas residentes e 7 cêntimos de Euro por acção para accionistas não residentes, não teve impacto relevante na formação do preço.

A apresentação gráfica da evolução da cotação durante o exercício é a seguinte:



5. Política de Distribuição de Dividendos

No que se refere à distribuição de dividendos, a Sociedade tem seguido a política de distribuir um montante elevado sem recorrer a endividamento adicional para o efeito e sem pôr em causa a sua solidez financeira. Entende o Conselho de Administração:

- que a Sociedade deve manter uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do Grupo que tutela nas diversas áreas de negócio em que este opera, e
- que a desejável independência da Empresa perante o sistema financeiro passa pela preservação no curto, no médio e longo prazos de níveis de endividamento consolidados que permitam a manutenção de indicadores sólidos de solvabilidade.

Salientamos ainda, no que respeita à proposta de distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2003, o esforço financeiro que representou a aquisição de 21.728.520 acções da Secil através da FLSHH, SGPS, Lda, actualmente CIMENTOSPAR Participações Sociais, Lda, traduzido no pagamento de cerca de 300 milhões de euros, e o esforço financeiro que pode igualmente resultar para a sociedade da decisão tomada de concorrer à segunda fase do concurso de reprivatização de 30% do capital social da Portucel.

Informamos que o rácio dividendos distribuídos / resultados líquidos do ano (pay-out) tem sido elevado tendo registado o máximo de 94% em 1995 e o mínimo de 26% em 2001.

Nos últimos três exercícios foi distribuído o seguinte dividendo por cada acção em circulação:

| | |
|--------------------------------------|-----------------|
| 2001 (relativo ao exercício de 2000) | 0,32€ por acção |
| 2002 (relativo ao exercício de 2001) | 0,10€ por acção |
| 2003 (relativo ao exercício de 2002) | 0,10€ por acção |

6. Planos de atribuição de Acções e Opções

Não existem na sociedade planos de atribuição de acções nem planos de atribuição de opções de aquisição de acções.

7. Negócios com Titulares de Órgãos Sociais e Sociedades Dominadas

Só há neste âmbito a apontar compras e vendas de participações sociais que se encontram explicadas no anexo do Relatório do Conselho de Administração relativo aos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais.

8. Serviço de Apoio ao Investidor

O serviço de apoio ao investidor funciona num gabinete recente sob a responsabilidade do Senhor Dr. José Miguel Gens Paredes que dispõe de colaboradores e de acesso em tempo útil a todos os sectores da sociedade por forma a garantir por um lado a eficácia necessária na resposta às solicitações e por outro a transmissão de informação pertinente aos accionistas e investidores em tempo útil e sem desigualdades.

Para além dos contactos gerais da sociedade o Senhor Dr. José Miguel Gens Paredes pode ser contactado através do endereço jmparedes@semapa.pt. Sempre que necessário o contacto pode também ser estabelecido com o representante da sociedade para as relações com o mercado, o Administrador Senhor Dr. José Alfredo de Almeida Honório, contactável através do endereço jose.honorio@secil.pt e do telefone (+351) 21 792 7120.

Por este meio é possível ter acesso a toda a informação pública relativa à sociedade. Nota-se, de qualquer forma, que a informação mais usualmente solicitada pelos investidores está disponível no sítio da sociedade na *internet* em www.semapa.pt.

9. Comissão de Remunerações

A Comissão de remunerações da Semapa tem a seguinte composição, já acima indicada:

Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A.
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.
Longapar, SGPS, S.A.

Em todas estas sociedades existem membros do órgão de administração que são também administradores da Semapa.

10. Remuneração paga a Auditores

Durante o exercício de 2003 foram suportados pela sociedade e por outras consigo em relação de domínio os seguintes custos com os auditores acima referidos:

| | |
|--|----------------|
| Serviços de Revisão Legal de Contas | 256.142 |
| Outros serviços de garantia de fiabilidade | 57.100 |
| Serviços de consultoria fiscal | 41.942 |
| Outros serviços que não de Revisão Legal de Contas | 11.624 |
| | <hr/> |
| | 366.808 |

Quanto aos serviços de consultoria fiscal e outros que não a revisão legal de contas, os nossos auditores têm instituídas exigentes regras internas para garantir a salvaguarda da sua independência, tendo essas regras sido adoptadas na prestação destes serviços e objecto de monitorização por parte da sociedade.

CAPÍTULO II

EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS

1. Regras societárias sobre direito de voto

Não existem regras societárias que de alguma forma limitem o direito de voto ou que excluam o direito de voto por correspondência. As regras societárias pertinentes no que respeita ao exercício do direito de voto pelos accionistas são apenas as que se desenvolvem nos pontos seguintes.

2. Modelo para Voto por Correspondência

A sociedade disponibiliza um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência. Este modelo está disponível no sítio da sociedade na *internet* e pode ser pedido através dos serviços de apoio ao investidor.

3. Voto por Meios Electrónicos

Não é ainda possível o exercício do direito de voto por meios electrónicos. Anota-se que até esta data a sociedade não teve qualquer solicitação ou manifestação de interesse por parte de accionistas ou investidores na disponibilização desta funcionalidade.

4. Antecedência de Bloqueio

Os estatutos da sociedade exigem que os accionistas apresentem à sociedade o documento comprovativo da titularidade das acções até oito dias antes da data da assembleia.

Desse documento deverá também resultar que o accionista é titular de acções da sociedade desde pelo menos o trigésimo dia anterior à data da assembleia e que as acções se manterão bloqueadas até ao seu termo. Como se disse antes neste relatório, este prazo de 30 dias pode ser atestado pela entidade depositante sem obrigar a qualquer bloqueio durante a parte desse tempo que excede os 8 dias de calendário da comunicação.

5. Prazo de Recepção de voto por correspondência

Os votos por correspondência podem ser recebidos até três dias úteis antes da data da reunião da Assembleia Geral.

6. Número de Acções a que Corresponde um Voto

Corresponde um voto a cada 385 acções da sociedade.

CAPÍTULO III

REGRAS SOCIETÁRIAS

1. Códigos de Conduta

Na sociedade vigora um conjunto de “Princípios Deontológicos” aprovados pelo Conselho de Administração no ano de 2002 e que estabelecem regras e princípios de natureza deontológica aplicáveis aos trabalhadores e aos membros dos órgãos sociais.

São em especial consagrados os deveres de diligência, traduzidos em obrigações concretas de profissionalismo, zelo e responsabilidade, o dever de lealdade, que no âmbito dos princípios de honestidade e integridade visa especialmente precaver situações de conflitos de interesses, e o dever de confidencialidade com incidência no tratamento de informação relevante.

São ainda consagrados deveres de responsabilidade social empresarial, nomeadamente de defesa ambiental e de protecção de todos os accionistas, concretamente minoritários, assegurando designadamente o cumprimento de deveres de informação e um tratamento igual e justo.

O documento é de acesso reservado.

2. Controlo de Risco na Actividade

Não existem ao nível da própria Semapa unidades orgânicas dedicadas à auditoria interna ou à gestão de riscos, sendo o controlo de riscos efectuado nos termos descritos no ponto I –3.

3. Medidas Susceptíveis de Interferir em OPAs

Não existem disposições estatutárias ou medidas adoptadas pela sociedade susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas, nem a sociedade tem conhecimento de acordos parassociais que possam ter esse efeito, sem prejuízo da assumida coordenação de direitos de voto por parte de accionistas titulares de mais de metade do capital da sociedade, nos termos indicados no respectivo anexo ao relatório do Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV

ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Caracterização do Órgão de Administração

O Conselho de Administração da sociedade é composto por nove membros. Exercem funções executivas, fazendo parte da Comissão Executiva da sociedade, os administradores Senhores Pedro Mendonça de Queiroz Pereira, Eng. Carlos Eduardo Coelho Alves, Dr. José Alfredo de Almeida Honório, Eng. Gonçalo Allen Serras Pereira e Dr. Francisco José Melo e Castro Guedes. Não exercem funções executivas a administradora Senhora D. Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos e os administradores Eng. Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses, Dr. Paulo Jorge Barreto de Carvalho Ventura e Eng. Luís Manuel Pego Todo Bom.

Nos termos já acima expostos nenhum dos membros do Conselho de Administração é independente segundo o conceito do Regulamento da CMVM nº 11/2003.

Os membros do órgão de administração exercem funções nas seguintes sociedades, sendo indicadas com as siglas “GS” as sociedades que fazem parte do Grupo Semapa

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira

| | |
|--|-----------------------------------|
| CMP-Cimentos Maceira e Pataias, SA (GS) | Presidente Conselho Administração |
| CIMIANTO-Gestão de Participações, SA, | Presidente Conselho Administração |
| O E M - Organização de Empresas, SGPS, SA | Presidente Conselho Administração |
| SECIL-Companhia Geral de Cal e Cimento, SA (GS) | Presidente Conselho Administração |
| CIMO-Gestão de Participações, SGPS, SA | Presidente Conselho Administração |
| Sociedade Agrícola da QUINTA DA VIALONGA, SA | Presidente Conselho Administração |
| SODIM SGPS, SA | Presidente Conselho Administração |
| VERTICE-Gestão de Participações, SGPS, SA | Presidente Conselho Administração |
| ECOLUA-Actividades Desportivas, Lda | Gerente |
| SECILPAR, SL (GS) | Presidente Conselho Administração |
| LONGAPAR, SGPS, SA | Presidente Conselho Administração |
| Secil Investimentos, SGPS, S.A (GS). | Presidente Conselho Administração |
| IMOCIPAR – Imobiliária, S.A. | Administrador |
| CIMINPART-Investimentos e Participações, SGPS,S.A (GS) | Presidente Conselho Administração |
| CMPartin-Inversiones y Participaciones Empresariales SL (GS) | Presidente Conselho Administração |
| PARSECIL, SL (GS) | Presidente Conselho Administração |
| PARSEINGES-Gestão de Investimentos, SGPS,S.A (GS) | Presidente Conselho Administração |
| SEINPART- Participações, SGPS, S.A (GS) | Presidente Conselho Administração |
| SEMAPA Inversiones, SL (GS) | Presidente Conselho Administração |
| CIMENTOSPAR Participações Sociais, Lda. (GS) | Gerente |
| SONACA – Sociedade Nacional de Canalizações, S.A. | Secretário da Mesa da A.G. |

Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos

| | |
|---|-----------------------------------|
| CIMIANTO-Gestão de Participações, SA | Administradora |
| O E M - Organização de Empresas, SGPS, SA | Administradora |
| SODIM, SGPS, SA | Administradora |
| Hotel RITZ, SA | Presidente Conselho Administração |
| LONGAVIA-Imobiliária, SA | Administradora |
| VERTICE-Gestão de Participações, SGPS, SA | Administradora |
| Ideias Interactivas – Informática, S.A. | Administradora |

Carlos Eduardo Coelho Alves

| | |
|--|-----------------------------------|
| BETOPAL, S.L. (GS) | Administrador |
| CIMIANTO-Gestão de Participações, S.A. | Administrador |
| CIMINPART-Investimentos e Participações, SGPS, S.A.(GS) | Administrador |
| CIMO-Gestão de Participações, SGPS, S.A. | Administrador |
| CMP-Cimentos Maceira e Pataias, S.A (GS) | Administ./Presidente C. Executiva |
| CMPartin-Inversiones y Participaciones Empresariales SL (GS) | Administrador |

| | |
|--|-----------------------------------|
| LONGAPAR, SGPS, S.A. | Administrador |
| PARCIM Investment B.V. (GS) | Administrador |
| PARSECIL, SL (GS) | Administrador |
| PARSEINGES-Gestão de Investimentos, SGPS, SA (GS) | Administrador |
| SCG-Société des Ciments de Gabès, SA (GS) | Presidente |
| SECIL-Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (GS) | Administ./Presidente C. Executiva |
| SECIL - Investimentos, SGPS, S.A. (GS) | Administrador |
| SECILPAR, SL (GS) | Administrador |
| SEINPART Participações, SGPS, S.A (GS) | Administrador |
| SEMAPA Inversiones, SL (GS) | Administrador |
| SODIM, SGPS, S.A. | Administrador |
| SONACA-Sociedade Nacional de Canalizações, S.A. | Administrador |
| CIMENTOSPAR Participações Sociais, Lda. (GS) | Gerente |
| FLORIMAR-Gestão e Participações, SGPS, SociedadeUnipessoal, Lda. (GS) | Gerente |
| ENERSIS, SGPS, S.A. (GS) | Presidente da Mesa da A.G. |

José Alfredo de Almeida Honório

| | |
|---|---------------|
| BETOPAL, S.L. (GS) | Administrador |
| CIMIANTO-Gestão de Participações, S.A. | Administrador |
| CIMINPART-Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (GS) | Administrador |
| CIMO-Gestão de Participações, SGPS, S.A. | Administrador |
| CMP-Cimentos Maceira e Pataias, S.A (GS) | Administrador |
| CMPartin-Inversiones y Participaciones Empresariales SL (GS) | Administrador |
| LONGAPAR, SGPS, S.A. | Administrador |
| PARCIM Investment B.V. (GS) | Administrador |
| PARSECIL, SL (GS) | Administrador |
| PARSEINGES-Gestão de Investimentos, SGPS, SA (GS) | Administrador |
| SECIL-Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (GS) | Administrador |
| SECIL Investimentos, SGPS, S.A. (GS) | Administrador |
| SEINPART Participações, SGPS, S.A (GS) | Administrador |
| SEMAPA Inversiones, SL (GS) | Administrador |
| CIMENTOSPAR Participações Sociais, Lda. (GS) | Gerente |
| FLORIMAR-Gestão e Participações, SGPS SociedadeUnipessoal, Lda. (GS) | Gerente |

Frederico José da Cunha de Mendonça e Meneses

| | |
|--|-----------------------------------|
| CIMILONGA – Imobiliária, S.A. | Presidente Conselho Administração |
| LONGAVIA – Imobiliária, S.A. | Presidente Conselho Administração |
| SONAGI, SGPS, S.A. | Presidente Conselho Administração |
| SONAGI – Imobiliária, S.A. | Presidente Conselho Administração |
| Sociedade Imobiliária de Baldio de Paula, S.A. | Presidente Conselho Administração |
| SAIVANE Imobiliária, S.A. | Presidente Conselho Administração |
| CIMIANTO – Gestão de Participações, S.A. | Administrador |
| HOTEL RITZ, S.A. | Administrador |
| SCG – Société des Ciments de Gabès, S.A. (GS) | Administrador |

Gonçalo Allen Serras Pereira

| | |
|--|-----------------------------------|
| BETÃO LIZ, S.A. (GS) | Administrador |
| BETOPAL-Betões Preparados, S.A. (GS) | Presidente Conselho Administração |
| CIMIANTO-Gestão de Participações, S.A. | Administrador |
| CIMINPART-Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (GS) | Administrador |
| CMP-Cimentos Maceira e Pataias, S.A (GS) | Administrador |
| CMPartin-Inversiones y Participaciones Empresariales SL (GS) | Administrador |
| ECH-Exploração de Centrais Hidroeléctricas, S.A. (GS) | Administrador |
| ENERSIS, SGPS, S.A. (GS) | Presidente Conselho Administração |
| ENERVIA-Soc.de Produção de Energia, S.A. (GS) | Administrador |
| Fornecedora de Britas do Carregado, S.A. (GS) | Administrador |
| JAYME DA COSTA-Mecânica e Electricidade, S.A. | Administrador |
| JOBRITA-Indústrias Extractivas, S.A. (GS) | Administrador |
| HE 70 - Energias Renováveis Reunidas, SGPS, S.A. (GS) | Administrador |
| HIDROCORGÓ-Hidroeléctrica do Corgo, S.A. (GS) | Administrador |
| Hidroeléctrica da Ribeira de Alforfa, S.A. (GS) | Administrador |
| HIDROMARÃO-Sociedade Produtora de Energia, S.A. (GS) | Administrador |
| MCD-Materiais de Construção Dragados e Betão Pronto, S.A. (GS) | Administrador |
| LONGAPAR, SGPS, S.A. | Administrador |
| PARSECIL, SL (GS) | Administrador |
| PARSEINGES-Gestão de Investimentos, SGPS, SA (GS) | Administrador |
| PESL-Parque Eólico da Serra do Larouco, S.A. (GS) | Administrador |
| SCG-Société des Ciments de Gabès, SA (GS) | Administrador |
| SECIL BETÕES E INERTES, SGPS, S.A. (GS) | Presidente Conselho Administração |
| SECIL-Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (GS) | Administrador |
| SECIL Investimentos, SGPS, S.A. (GS) | Administrador |
| SEINPART - Participações, SGPS, S.A (GS) | Administrador |
| SEMAPA Inversiones, SL (GS) | Administrador |
| SONACA-Sociedade Nacional de Canalizações, S.A. (GS) | Presidente Conselho Administração |
| SECILPAR S.L. (GS) | Administrador |
| Alto Marão - Energia Eólica, Unipessoal, Lda. (GS) | Gerente |
| Aproveitamento Hidrico Vale Ruvinhosa, Lda (GS) | Gerente |
| CIMENTOSPAR - Participações Sociais, Lda. (GS) | Gerente |
| Compª das Energias Renováveis da Serra dos Candeeiros, Lda. (GS) | Gerente |
| Domus Eólia - Prod de Energias Renováveis, Lda (GS) | Gerente |
| Enerflora - Produção de Energia Electrica, Lda. (GS) | Gerente |
| ENEPRO - Projectos de Energias enováveis (GS) | Gerente |
| Freita Eólica - Energia Eólica, Lda. (GS) | Gerente |
| Hidroeléctrica da Barroca, Lda. (GS) | Gerente |
| Hidroeléctrica de Dornelas, Lda, (GS) | Gerente |
| Hidroeléctrica de Fraga, Unipessoal, Lda. (GS) | Gerente |
| Hidroeléctrica de Janeiro de Baixo, Lda. (GS) | Gerente |
| Hidroeléctrica da Mesa do Galo, Lda. (GS) | Gerente |
| Hidroeléctrica de Penacova, Lda. (GS) | Gerente |
| Mini Hídrica do Palhal, Lda. (GS) | Gerente |
| Parque Eólico Cabeça Alta, Lda. (GS) | Gerente |
| Parque Eólico Chiqueiro, Lda. (GS) | Gerente |
| Parque Eólico do Infante - Prod.Energ.Renováveis, Lda. (GS) | Gerente |
| Parque Eólico de Marco Negro-Prod.Ener.Renováveis,Ldª (GS) | Gerente |
| Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda. (GS) | Gerente |
| Parque Eólico Serra da Opa, Lda. (GS) | Gerente |

| | |
|---|---------|
| Parque Eólico do Zibreiro, Lda. (GS) | Gerente |
| PECF-Parque Eólico de Chão Falcão, Lda. (GS) | Gerente |
| PEL-Parque Eólico da Lousão, Lda. (GS) | Gerente |
| PEP-Parque Eólico da Povoeira, Lda. (GS) | Gerente |
| PESM-Parque Eólico da Serra das Meadas, Lda. (GS) | Gerente |
| PEVB-Parque Eólico de Vila do Bispo, Lda. (GS) | Gerente |

Francisco José Melo e Castro Guedes

| | |
|--|---------------|
| CDS-Ciment de Sibline, SGPS, S.A. (GS) | Administrador |
| CIMINPART-Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (GS) | Administrador |
| CMP-Cimentos Maceira e Pataias, S.A (GS) | Administrador |
| ENERSIS, SGPS, S.A. (GS) | Administrador |
| PARSEINGES-Gestão de Investimentos, SGPS, SA (GS) | Administrador |
| PHAISTOS, S.A. (GS) | Administrador |
| SCG-Société des Ciments de Gabès (GS) | Administrador |
| SECIL-Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (GS) | Administrador |
| SECIL Investimentos, SGPS, S.A. (GS) | Administrador |
| SEINPART Participações, SGPS, S.A (GS) | Administrador |
| SEMAPA Inversiones, SL (GS) | Administrador |
| SILONOR, S.A. (GS) | Administrador |

Paulo Jorge Barreto de Carvalho Ventura

| | |
|---|-------------------------------|
| Besleasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, SA | Presidente da Mesa da A.Geral |
| CARREFOUR - Sociedade de Exploração de Centros Comerciais, SA | Presidente da Mesa da A.Geral |
| CIMIANTO - Gestão de Participações, SA | Presidente da Mesa da A.Geral |
| CIMIANTO - Sociedade Técnica de Hidráulica, SA | Presidente da Mesa da A.Geral |
| CIMINPART - Investimentos e Participações, SGPS, SA (GS) | Presidente da Mesa da A.Geral |
| CMP - Cimentos Maceira e Pataias, SA (GS) | Presidente da Mesa da A.Geral |
| Companhia de Seguros Allianz, Portugal, SA | Presidente da Mesa da A.Geral |
| Companhia de Seguros Tranquilidade, SA | Presidente da Mesa da A.Geral |
| ESIA - Inter Atlântico Companhia de Seguros, AS | Presidente da Mesa da A.Geral |
| Espírito Santo Financial (Portugal), S.G.P.S., SA | Presidente da Mesa da A.Geral |
| EUROGES - Aquisição de Créditos a Curto Prazo, SA (até 2-2-04) | Presidente da Mesa da A.Geral |
| Galerias Ritz - Imobiliária, SA | Presidente da Mesa da A.Geral |
| GOLIATUR - Sociedade de Investimentos Imobiliários, SA | Presidente da Mesa da A.Geral |
| HIDROPROJECTO - Engenharia e Gestão, SA | Presidente da Mesa da A.Geral |
| Hotel Ritz, SA | Presidente da Mesa da A.Geral |
| JCDECAUX AIRPORT - Publicidade em Aeroportos, SA | Presidente da Mesa da A.Geral |
| JCDECAUX NEONLIGHT – Publicidade Luminosa, SA | Presidente da Mesa da A.Geral |
| Parque Ritz - Imobiliária, SA | Presidente da Mesa da A.Geral |
| PARSEINGES - Gestão de Investimentos, SGPS, SA (GS) | Presidente da Mesa da A.Geral |
| RED PORTUGUESA - Publicidade Exterior, SA | Presidente da Mesa da A.Geral |
| SAIVANE Imobiliária SA | Presidente da Mesa da A.Geral |
| SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, SA (GS) | Presidente da Mesa da A.Geral |
| SECIL - Investimentos, SGPS, SA (GS) | Presidente da Mesa da A.Geral |
| SECIL, Betões e Inertes - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (GS) | Presidente da Mesa da A.Geral |
| SEINPART - Participações, SGPS, SA (GS) | Presidente da Mesa da A.Geral |

SODIM - SGPS, SA
SONACA - Sociedade Nacional de Canalizações, SA
VÉRTICE - Gestão de Participações, SGPS, SA

Presidente da Mesa da A.Geral
Presidente da Mesa da A.Geral
Administrador.

Luís Manuel Pego Todo Bom

Banco Finantia, S.A.
Amorim Imobiliária, SGPS, S.A.
Celulose do Caima, SGPS, S.A.
Companhia de Seguros Sagres, S.A.

Administrador
Administrador
Administrador
Administrador

2. Comissão Executiva

A única comissão com competência em matéria de gestão é a Comissão Executiva, sendo composta, como se adiantou já, pelos administradores Senhores Pedro Mendonça de Queiroz Pereira, Eng. Carlos Eduardo Coelho Alves, Dr. José Alfredo de Almeida Honório, Eng. Gonçalo Allen Serras Pereira e Dr. Francisco José Melo e Castro Guedes.

Estão delegados na Comissão executiva os mais amplos poderes de gestão, na sua grande parte discriminadamente indicados no acto de delegação, e apenas limitados no que respeita à matéria identificada no artigo 407º nº 4 do Código das Sociedades Comerciais

3. Funcionamento do Órgão de Administração

A gestão da sociedade é centrada na articulação entre o Conselho de Administração e a Comissão Executiva.

A coordenação e a aproximação é assegurada pela existência de um presidente comum, pela transmissão regular de toda a informação relevante relativa à gestão corrente da sociedade aos membros do Conselho de Administração que não são membros da Comissão Executiva por forma a permitir um acompanhamento permanente da vida societária, e pela convocação de reuniões do Conselho de Administração para todas as decisões consideradas especialmente relevantes, ainda que se enquadrem no âmbito dos poderes gerais delegados.

É relevante notar neste âmbito o facto de existir uma permanente disponibilidade dos membros da Comissão Executiva para prestar as informações que sejam solicitadas pelos restantes membros do Conselho de Administração e a prática seguida de transmissão imediata a estes de todas as informações que a relevância ou urgência assim o imponham.

Estão vedadas à Comissão Executiva as deliberações sobre:

- i) Escolha do Presidente do Conselho de Administração;
- ii) Cooptação de administradores;
- iii) Pedido de convocação de assembleias gerais;
- iv) Relatórios e contas anuais;
- v) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- vi) Mudança de sede e aumentos de capital, e
- vii) Projectos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade.

Não existe definição interna de incompatibilidades ou de número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de gestão de outras sociedades.

Durante o ano de 2003 o Conselho de Administração reuniu nove vezes.

4. Política de Remuneração

A política de remuneração, que não é determinada pelo próprio Conselho de Administração, alinha os interesses dos administradores com os da sociedade dividindo a remuneração numa parte fixa e noutra variável.

Quanto à primeira, é estabelecida tendo em conta os usuais critérios em funções de administração, ponderando em especial o nível das responsabilidades, a dimensão e capacidade da sociedade, os valores praticados no mercado para funções equivalentes e a natureza executiva ou não das funções. Quanto à segunda, traduziu-se no exercício anterior numa participação nos resultados aprovada em assembleia geral e estatutariamente limitada a 5% dos resultados líquidos.

5. Valores de Remuneração

A remuneração total auferida pelo conjunto dos administradores com funções executivas na sociedade, incluindo os montantes pagos a qualquer título por sociedades em relação de domínio, foi de 3.865.558,76€, sendo de 2.848.892,76€ a parte fixa e de 1.016.666,00€ a parte recebida a título de participação nos lucros.

Quanto aos administradores com funções não executivas, a remuneração total auferida, incluindo os montantes pagos a qualquer título por sociedades em relação de domínio, foi de 974.330,98€, sendo de 540.996,98€ a parte fixa e de 433.334,00€ a parte recebida a título de participação nos lucros.

Anexo a que se referem os artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais e a alínea e) do nº 1 do artigo 6º do Regulamento CMVM nº 11/2000 (Exercício de 2003)

- 1. Valores mobiliários da sociedade detidas pelos titulares dos órgãos sociais:** José Alfredo de Almeida Honório - 20.000 acções; Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses - 8.000 acções.
- 2. Valores mobiliários de sociedades em relação de domínio detidas pelos titulares dos órgãos sociais:** Carlos Eduardo Coelho Alves - 761 acções da Enersis - Energia e Sistemas, S.A.
- 3. Valores mobiliários da sociedade detidos por sociedades em que os membros dos órgãos de administração e fiscalização exercem cargos nos órgãos sociais:** Cimianto – Gestão de Participações, S.A. – 100 acções; Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A. - 14.592.300 acções; Longapar, SGPS, S.A. - 20.000.000 acções; Sodim SGPS, SA - 26.115.000 acções; Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, SA - 642.535 acções; Sonaca - Sociedade Nacional de Canalizações, SA - 1.250.000 acções; OEM - Organização de Empresas, SGPS, SA – 500.000 acções; Secil Investimentos, SGPS, S.A. – 2.727.975 acções.
- 4. Aquisição, alienação ou oneração de valores mobiliários da sociedade ou de sociedades em relação de domínio ou de grupo pelos titulares dos órgãos sociais e pelas sociedades referidas em 3:** Carlos Eduardo Coelho Alves vendeu em 5-5-2003 à Semapa 1.440 acções da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. pelo preço de 13,56€ por acção; José Alfredo de Almeida Honório vendeu em 21-5-2003 à Semapa 900 acções da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. pelo preço de 13,56€ por acção e à Secil 125 acções da CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A. pelo preço de 20,00€ por acção; a Secil Investimentos, SGPS, S.A. adquiriu no dia 9-12-2003 22.895 acções da Semapa pelo preço de 3,53077€ por acção, no dia 10-12-2003 32.100 acções pelo preço de 3,59467€ por acção, no dia 11-12-2003 19.700 acções pelo preço de 3,64214€ por acção e no dia 16-12-2003 2.653.280 acções pelo preço de 3,63€ por

acção; no dia 31-12-2003 a Sodim, SGPS, S.A. comprou à Sonagi, SGPS, S.A. 1.115.000 acções da Semapa pelo preço de 3,63€ por acção; o Banco Espírito Santo de Investimento, SA vendeu no dia 6-2-2003 500 acções da Semapa pelo preço de 3,07€ por acção, no dia 14-2-2003 5.574 acções pelo preço de 3,00€ por acção, no dia 17-2-2003 6.085 acções pelo preço de 3,00€ por acção e no dia 23-4-2003 53.915 acções pelo preço de 2,65€ por acção.

5. Participações qualificadas calculadas nos termos do artigo 20º do Código de Valores Mobiliários:

| Entidade | Nº acções | % dir. de voto | % dir. de voto não suspensos |
|--|------------|----------------|------------------------------|
| A - Cimianto - Gestão de Participações, S.A. | 100 | 0,00% | 0,00% |
| Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A. | 14.592.300 | 12,33% | 12,62% |
| Longapar, SGPS, S.A. | 20.000.000 | 16,90% | 17,30% |
| Sonaca - Sociedade Nacional de Canalizações, S.A. | 1.250.000 | 1,06% | 1,08% |
| OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A. | 500.000 | 0,42% | 0,43% |
| Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A. | 642.535 | 0,54% | 0,56% |
| Sodim, SGPS, S.A. | 26.115.000 | 22,07% | 22,59% |
| José Alfredo Almeida Honório | 20.000 | 0,02% | 0,02% |
| Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses | 8.000 | 0,01% | 0,01% |
| Soma: | 63.127.935 | 53,35% | 54,61% |
| B - BPI - SGPS, S.A. | - | - | - |
| Banco Português de Investimento, S.A. | 620.590 | 0,52% | 0,54% |
| BPI Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. | 1.351.172 | 1,14% | 1,17% |
| BPI Fundos - Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. | 2.649.810 | 2,24% | 2,29% |
| BPI Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A. | 19.780 | 0,02% | 0,02% |
| Clientes institucionais com gestão discricionária de carteira | 167.353 | 0,14% | 0,14% |
| Clientes particulares com gestão discricionária de carteira | 1.222.942 | 1,03% | 1,06% |
| Soma: | 6.031.647 | 5,10% | 5,22% |
| C - Cimpor Portugal, SGPS, S.A. | 23.695.611 | 20,02% | 20,50% |
| D - AF Investimentos - Fundos Mobiliários, S.A. | 2.468.900 | 2,09% | 2,14% |

Esclarece-se que as 2.727.975 acções da Sociedade detidas pela Secil Investimentos, SGPS, S.A., e correspondentes a 2,305% do capital social, estão sujeitas ao regime de acções próprias.

SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

| (Montantes expressos em Euros) | | | | | | | | | |
|--|---------|---------------|--------------------------|----------------|----------------|---|---------|---------------|---------------|
| ACTIVO | Notas | 2003 | | 2002 | | CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO | Notas | 2003 | 2002 |
| | | Activo bruto | Amortizações e provisões | Activo líquido | Activo líquido | | | | |
| IMOBILIZADO: | | | | | | CAPITAL PRÓPRIO: | | | |
| Imobilizações incorpóreas: | | | | | | Capital | 50 e 51 | 118.332.445 | 118.332.445 |
| Despesas de instalação | 27 | 3.722.452 | (2.769.689) | 952.763 | 1.265.903 | Acções próprias - valor nominal | 50 e 51 | (2.727.975) | (2.653.280) |
| Despesas de investigação e de desenvolvimento | 27 | 1.338.558 | (1.234.708) | 103.850 | 210.072 | Acções próprias - descontos e prémios | 51 | (7.671.437) | (7.477.754) |
| Propriedade industrial e outros direitos | 27 | 87.630.377 | (7.446.799) | 80.183.578 | 81.915.213 | Prémios de emissão de acções | 51 | 3.923.459 | 3.923.459 |
| Trespases | 27 | 390.727 | (27.999) | 362.728 | 301.181 | Diferenças de consolidação | 10 e 51 | - | 2.467.979 |
| Diferenças de consolidação | 10 e 27 | 358.387.350 | (128.303.177) | 230.084.173 | 150.172.823 | Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas | 51 | - | - |
| Imobilizações em curso | 27 | 45.645 | - | 45.645 | 102.396 | Reservas de conversão cambial | 51 | (11.707.344) | (4.032.658) |
| Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas | 27 | 7.885 | - | 7.885 | 7.885 | Reservas de reavaliação | 51 e 52 | 8.986.163 | 12.161.624 |
| | | 451.522.994 | (139.782.372) | 311.740.622 | 233.975.473 | Reservas: | | | |
| Imobilizações corpóreas: | | | | | | Reservas legais | 51 | 11.113.752 | 9.571.895 |
| Terrenos e recursos naturais | 27 e 42 | 45.043.769 | (8.780.275) | 36.263.494 | 35.153.068 | Outras reservas | 51 | 77.530.008 | 61.342.637 |
| Edifícios e outras construções | 27 e 42 | 290.054.889 | (198.192.801) | 91.862.088 | 95.462.596 | Resultados transitados | 51 | (226.340) | 40.418 |
| Equipamento básico | 27 e 42 | 867.561.544 | (692.001.712) | 175.559.832 | 172.760.191 | Resultado consolidado líquido do exercício | 51 | 40.072.775 | 30.837.144 |
| Equipamento de transporte | 27 e 42 | 36.941.677 | (32.300.524) | 4.641.153 | 6.949.876 | Total do capital próprio | | 237.625.506 | 224.513.909 |
| Ferramentas e utensílios | 27 e 42 | 4.247.613 | (3.834.671) | 412.942 | 425.992 | INTERESSES MINORITÁRIOS | 53 | 7.397.926 | 209.809.652 |
| Equipamento administrativo | 27 e 42 | 28.622.048 | (25.311.385) | 3.310.663 | 3.264.126 | | | | |
| Taras e vasilhame | 27 e 42 | 18.801 | (17.967) | 834 | 1.250 | PASSIVO: | | | |
| Outras imobilizações corpóreas | 27 e 42 | 6.885.038 | (3.553.581) | 3.331.457 | 2.843.533 | PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS: | | | |
| Imobilizações em curso | 27 | 12.294.947 | - | 12.294.947 | 14.989.908 | Provisões para pensões | 21 e 46 | 17.698.798 | 14.835.818 |
| Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas | 27 | 2.793.252 | - | 2.793.252 | 1.933.957 | Provisões para impostos | 46 | 213.409 | 57.339 |
| | | 1.294.463.578 | (963.992.916) | 330.470.662 | 333.784.497 | Outras provisões para riscos e encargos | 46 | 15.200.327 | 1.642.886 |
| Investimentos financeiros: | | | | | | | | 33.112.534 | 16.536.043 |
| Partes de capital em empresas do grupo | 27 e 60 | 23.600.071 | - | 23.600.071 | 16.669.205 | DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO: | | | |
| Empréstimos a empresas do grupo | 27 e 60 | 3.167.063 | - | 3.167.063 | - | Empréstimos por obrigações | 57 | 48.138.287 | 62.911.290 |
| Partes de capital em empresas associadas | 27 e 60 | 37.372.205 | (250.000) | 37.122.205 | 41.543.707 | Dívidas a instituições de crédito | 57 | 614.160.232 | 289.629.683 |
| Empréstimos a empresas associadas | 27 e 60 | 198.611 | - | 198.611 | 386.388 | Outros empréstimos | 57 | 8.996.898 | 3.451.730 |
| Títulos e outras aplicações financeiras | 27 e 42 | 8.332.837 | (2.301.735) | 6.031.102 | 198.051.396 | Accionistas | 59 | 442.385 | 243.733 |
| Adiantamentos por conta de investimentos financeiros | 46 | 65.588 | - | 65.588 | - | Fornecedores de imobilizado | 47 | 116.337 | 146.874 |
| | | 72.736.375 | (2.551.735) | 70.184.640 | 256.650.696 | | | 671.854.139 | 356.383.310 |
| REALIZÁVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO: | | | | | | DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO: | | | |
| Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo: | | | | | | Empréstimos por obrigações | 57 | 14.459.998 | 11.276.198 |
| Empresas do grupo | 61 | 7.049.149 | - | 7.049.149 | 10.000.000 | Dívidas a instituições de crédito | 57 | 103.130.007 | 54.102.320 |
| Outros devedores | 55 | 2.965.707 | - | 2.965.707 | 2.449.641 | Outros empréstimos | 57 | 1.301.686 | 1.613.435 |
| | | 10.014.856 | - | 10.014.856 | 12.449.641 | Adiantamentos por conta de vendas | | 1.200 | 2.426 |
| CIRCULANTE: | | | | | | Fornecedores, conta corrente | | 33.683.672 | 35.561.065 |
| Existências: | | | | | | Fornecedores - facturas em recepção e conferência | | 2.493.862 | 1.969.026 |
| Matérias - primas, subsidiárias e de consumo | | 23.016.521 | (2.114.670) | 20.901.851 | 24.448.396 | Fornecedores - títulos a pagar | | 408.838 | 658.998 |
| Produtos e trabalhos em curso | | 2.002.211 | - | 2.002.211 | 547.111 | Empresas do grupo | 61 | 101.251 | 104.208 |
| Produtos acabados e intermédios | | 10.425.257 | (18.827) | 10.406.430 | 14.360.938 | Accionistas | 59 | 6.420.195 | 6.691.787 |
| Mercadorias | | 6.790.461 | (384) | 6.790.077 | 5.645.555 | Adiantamentos de clientes | | 7.925 | 3.668 |
| | 46 | 42.234.450 | (2.133.881) | 40.100.569 | 45.002.000 | Fornecedores de imobilizado, conta corrente | | 4.012.062 | 4.564.185 |
| Dívidas de terceiros - Curto prazo: | | | | | | Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar | | 1.911.412 | 1.796.105 |
| Clientes, conta corrente | | 65.403.538 | (66.125) | 65.337.413 | 62.333.496 | Estado e outros entes públicos | 54 | 7.602.964 | 34.197.708 |
| Clientes - títulos a receber | | 1.762.364 | (336.907) | 1.425.457 | 1.455.593 | Outros credores | 55 | 4.099.942 | 4.070.810 |
| Clientes de cobrança duvidosa | | 12.691.264 | (12.008.804) | 682.460 | 869.604 | | | 179.635.014 | 156.648.139 |
| Empresas do grupo | 61 | 41.708 | - | 41.708 | 4.192.541 | ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS: | | | |
| Empresas associadas | 62 | 1.993.625 | (1.980.416) | 13.209 | 4,050,781 | Acrescimos de custos | 56 | 11,358,429 | 11,099,686 |
| Accionistas | 59 | - | - | - | 18,217 | Proveitos diferidos | 56 | 3,138,871 | 3,822,328 |
| Adiantamentos a fornecedores | | 297,306 | - | 297,306 | 92,920 | Impostos diferidos passivos | 38 | 81,362,229 | 89,646,719 |
| Adiantamentos a fornecedores de imobilizado | | - | - | - | 91,445 | | | 95,859,529 | 104,568,733 |
| Estado e outros entes públicos | 54 | 5,493,999 | - | 5,493,999 | 1,508,792 | | | | |
| Outros devedores | 55 | 14,343,623 | (6,142,798) | 8,200,825 | 9,640,115 | | | | |
| | 46 | 102,027,427 | (20,535,050) | 81,492,377 | 84,253,504 | | | | |
| Títulos negociáveis: | | | | | | | | | |
| Outros títulos negociáveis | 58 | 212,091,662 | - | 212,091,662 | 3,202,534 | | | | |
| Outras aplicações de tesouraria | 64 | 18,000,000 | - | 18,000,000 | 11,945,071 | | | | |
| | | 230,091,662 | - | 230,091,662 | 15,147,605 | | | | |
| Depósitos bancários e caixa: | | | | | | | | | |
| Depósitos bancários | | 98,822,049 | - | 98,822,049 | 33,800,621 | | | | |
| Caixa | | 146,096 | - | 146,096 | 156,611 | | | | |
| | 64 | 98,968,145 | - | 98,968,145 | 33,957,232 | | | | |
| ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS: | | | | | | | | | |
| Acrescimos de proveitos | 56 | 222,794 | - | 222,794 | 252,036 | | | | |
| Custos diferidos | 56 | 7,204,570 | - | 7,204,570 | 4,235,939 | | | | |
| Impostos diferidos activos | 38 | 44,993,751 | - | 44,993,751 | 48,751,163 | | | | |
| | | 52,421,115 | - | 52,421,115 | 53,239,138 | | | | |
| Total de amortizações | | | (1,105,214,953) | | | | | | |
| Total de provisões | | | (23,781,001) | | | | | | |
| Total do activo | | 2,354,480,602 | (1,128,995,954) | 1,225,484,648 | 1,068,459,786 | Total do capital próprio, interesses minoritários e passivo | | 1,225,484,648 | 1,068,459,786 |

Os anexos fazem parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003.

SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em Euros)

| CUSTOS E PERDAS | Notas | 2003 | 2002 | PROVEITOS E GANHOS | Notas | 2003 | 2002 |
|--|---------|-------------|-------------|--|-----------------------|-------------|--------------|
| Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | | 111.858.794 | 141.916.352 | Vendas de mercadorias e produtos | 36 | 397.873.991 | 472.331.057 |
| Fornecimentos e serviços externos | | 120.266.332 | 121.477.427 | Prestação de serviços | 36 | 19.947.254 | 18.729.454 |
| Custos com o pessoal: | | | | Variação da produção | | (3.503.292) | 6.115.724 |
| Remunerações | | 43.673.937 | 46.436.880 | Trabalhos para a própria empresa | | 144.603 | 275.858 |
| Encargos sociais: | | | | Proveitos suplementares | | 3.456.587 | 2.989.362 |
| Pensões | 21 | 2.670.631 | 3.311.372 | Subsídios à exploração | | 176.895 | 67.736 |
| Outros | | 16.994.700 | 16.539.704 | Outros proveitos e ganhos operacionais | | 1.571.707 | 1.501.313 |
| | | | | (B) | | 419.667.745 | 502.010.504 |
| Amortizações do Imobilizado corpóreo e incorpóreo | 27 | 70.789.849 | 63.098.647 | Ganhos de participações de capital: | | | |
| Provisões | 46 | 8.812.200 | 3.502.775 | Relativos a empresas associadas | 44 e 60 | 9.868.263 | 8.163.803 |
| | | | | Relativos a outras empresas | 44 | 10.069.218 | 8.858.929 |
| Impostos | | 2.487.848 | 1.865.948 | Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria | 44 | 124.630 | 478.108 |
| Outros custos e perdas operacionais | | 1.353.488 | 2.312.951 | Outros juros e proveitos similares: | | | |
| (A) | | 378.907.779 | 400.462.056 | Relativos a empresas do grupo e associadas | 44 e 61 | 682.937 | 127.174 |
| Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros | 44 | 789.183 | 18.768.744 | Outros | 44 | 1.630.325 | 1.965.514 |
| Perdas relativas a empresas associadas | 44 e 60 | 838.214 | 1.099.789 | (D) | | 442.043.118 | 521.604.032 |
| Outros custos e perdas financeiras | 44 | 23.574.686 | 22.078.206 | 41.946.739 | | | |
| (C) | | 404.109.862 | 442.408.795 | Proveitos e ganhos extraordinários | 45 | 26.618.862 | 5.489.763 |
| Custos e perdas extraordinárias | 45 | 3.729.891 | 3.023.001 | | | | |
| (E) | | 407.839.753 | 445.431.796 | | | | |
| Imposto sobre o rendimento do exercício | 38 | 20.490.721 | 21.149.593 | | | | |
| | | 428.330.474 | 466.581.389 | | | | |
| Interesses minoritários | 53 | 258.731 | 29.675.262 | | | | |
| (G) | | 428.589.205 | 496.256.651 | | | | |
| Resultado consolidado líquido do exercício | | 40.072.775 | 30.837.144 | (F) | | 468.661.980 | 527.093.795 |
| | | 468.661.980 | 527.093.795 | | | | |
| | | | | Resultados operacionais: | (B) - (A) | 40.759.966 | 101.548.448 |
| | | | | Resultados financeiros: | (D) - (B) - (C) - (A) | (2.826.710) | (22.353.211) |
| | | | | Resultados correntes: | (D) - (C) | 37.933.256 | 79.195.237 |
| | | | | Resultados antes de impostos: | (F) - (E) | 60.822.227 | 81.661.999 |
| | | | | Resultado consolidado líquido do período | (F) - (G) | 40.072.775 | 30.837.144 |

Os anexos fazem parte integrante da demonstração consolidada de resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em Euros)

| | Notas | 2003 | 2002 |
|---|-------|--------------------|--------------------|
| Vendas e prestações de serviços | | 417.821.245 | 491.060.511 |
| Custo das vendas e das prestações de serviços | | (252.381.568) | (272.060.137) |
| Resultados brutos | | 165.439.677 | 219.000.374 |
| Outros proveitos e ganhos operacionais | | 10.088.032 | 8.393.663 |
| Custos de distribuição | | (38.800.652) | (50.907.021) |
| Custos administrativos | | (41.955.302) | (41.195.805) |
| Outros custos e perdas operacionais | | (35.797.230) | (12.277.755) |
| Resultados operacionais | | 58.974.525 | 123.013.456 |
| Custo líquido de financiamento | | (21.366.397) | (19.491.997) |
| Ganhos / (perdas) em associadas | | 9.368.515 | 7.399.273 |
| Ganhos / (perdas) em outros investimentos | | 14.340.925 | (28.157.380) |
| Resultados não usuais ou não frequentes | | (495.341) | (1.101.353) |
| Resultados correntes | | 60.822.227 | 81.661.999 |
| Impostos sobre o rendimento do exercício | 38 | (20.490.721) | (21.149.593) |
| Interesses Minoritários | | (258.731) | (29.675.262) |
| Resultado líquido do exercício | | 40.072.775 | 30.837.144 |
| Resultado por ação | | 0,34 | 0,26 |

Os anexos fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em Euros)

| | Notas | 2003 | 2002 |
|---|-------|-----------------|---------------|
| ACTIVIDADES OPERACIONAIS: | | | |
| Recebimentos de clientes | | 478.396.604 | 523.916.019 |
| Pagamentos a fornecedores | | (272.675.635) | (248.542.658) |
| Pagamentos ao pessoal | | (46.220.037) | (43.534.838) |
| Fluxos gerados pelas operações | | 159.500.932 | 231.838.523 |
| (Pagamentos)/Recebimentos do imposto sobre o rendimento | | (57.682.892) | 18.643.668 |
| Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional | | (17.211.798) | (52.972.419) |
| Recebimentos/(Pagamentos relativos a rubricas extraordinárias | | 33.763 | 268.504 |
| Fluxos das actividades operacionais (1) | | 84.640.005 | 197.778.276 |
| ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO: | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Investimentos financeiros | | 16.306.021 | 36.013.841 |
| Imobilizações corpóreas | | 2.206.860 | 1.288.157 |
| Subsídios de investimento | | 110.587 | 90.017 |
| Juros e proveitos similares | | 873.376 | 604.958 |
| Dividendos | | 11.094.989 | 37.425.354 |
| | | 229.937.208 | - |
| | | 260.529.041 | 75.422.327 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Investimentos financeiros | | (315.703.723) | (89.653.250) |
| Imobilizações corpóreas | | (45.871.645) | (39.854.864) |
| Imobilizações incorpóreas | | (39.153) | (788.686) |
| Outros | | (241.188.550) | (6.910.763) |
| | | (602.803.071) | (137.207.563) |
| Fluxos das actividades de investimento (2) | | (342.274.030) | (61.785.236) |
| ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO: | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Empréstimos obtidos | | 1.776.912.373 | 774.722.819 |
| Aumento de capital, prest. suplementares e prémios de emissão | | - | 137.703 |
| Subsídios e doações | | 213.006 | 7.028 |
| | | 1.777.125.379 | 774.867.550 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Empréstimos obtidos | | (1.414.268.702) | (831.583.366) |
| Amortizações de contratos de locação financeira | | (182.936) | (744.514) |
| Juros e custos similares | | (23.022.026) | (17.429.895) |
| Dividendos | | (12.752.363) | (53.642.526) |
| Aquisição de acções próprias | | (268.378) | (4.945.014) |
| | | (1.450.494.405) | (908.345.315) |
| Fluxos das actividades de financiamento (3) | | 326.630.974 | (133.477.765) |
| VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3) | | | |
| Efeito das diferenças de câmbio | | 68.996.949 | 2.515.275 |
| Regularização do saldo inicial devido a variação de perímetro | | (18.041) | (369.487) |
| Títulos e outras aplicações financeiras (Nota 58) | | 91.512 | 69.725 |
| | | 211.606.784 | - |
| CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO | 64 | 48.382.603 | 46.167.090 |
| CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO | 64 | 329.059.807 | 48.382.603 |

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

SEMAPA – SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO NESTA DATA
(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Grupo SEMAPA ("Grupo") é constituído pela Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. ("Semapa") e Subsidiárias (Nota 1). A Semapa foi constituída em 21 de Junho de 1991 e tem como objecto social a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A Semapa lidera um Grupo Empresarial com actividades em Portugal, Tunísia, Espanha, Angola, Holanda, Líbano e Cabo Verde, destacando-se a produção de cimento, através das suas subsidiárias, nas fábricas de Maceira, Pataias, Gabés (Tunísia) e Lobito (Angola) e a produção e comercialização de betão, inertes e exploração de pedreiras, através das suas subsidiárias, cujas participações se encontram concentradas na Sub-Holding Secil Betões e Inertes, SGPS, S.A., constituída em 29 de Março de 2000.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade para a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Grupo ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

I INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS**1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO**

Foram incluídas na consolidação, pelo método de integração global, a Empresa-mãe, Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, S.A. e todas as suas subsidiárias constantes do mapa anexo nº 1, com base no estabelecido na alínea a) do n.º 1 do Artigo 1º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho (maioria dos direitos de voto).

As alterações no perímetro de consolidação pelo método integral encontram-se mencionadas na Nota 14.

2. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

As subsidiárias constantes do mapa n.º 2 em anexo, foram excluídas da consolidação, pelas razões abaixo enunciadas.

As subsidiárias Secil Energia, Lda., Ave–Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A., Parsecil, SL, Geciment, SGPS, S.A. e Semapa Inversiones, SL foram excluídas da consolidação, ao abrigo do n.º 1 do artigo 4º do Decreto Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, dado serem imateriais, para efeitos da apresentação da posição financeira e resultados das operações do Grupo Semapa.

A participação na Asfalbetão Transportes, Lda. foi excluída da consolidação por esta empresa se encontrar em processo de liquidação.

A subsidiária Enersis – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Enersis") uma sociedade que exerce de forma indirecta a exploração de centrais mini-hídricas e parques eólicos de produção de energia eléctrica. Em virtude da dissimilaridade da actividade desenvolvida pelas suas subsidiárias, do financiamento da respectiva actividade estar estruturada em sistema de "Project Finance" e ainda da exploração dessas centrais ser em regime de concessão, os activos e passivos consolidados da Enersis, não foram incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, ao abrigo do nº 4 do artigo 4º do Decreto-lei nº 238/91, de 2 de Julho encontrando-se o investimento financeiro nessa Empresa, valorizado pelo método de equivalência patrimonial. Em 31 de Dezembro de 2003, os totais do activo líquido consolidado e dos proveitos consolidados desta subsidiária, ascendiam a, Euros 213.426.643 e Euros 37.502.247, respectivamente.

A subsidiária Tecnosecil, S.A.R.L. foi excluída da consolidação, ao abrigo do n.º 3 do artigo 4º do Decreto Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, dado existirem algumas restrições que podem prejudicar a capacidade de transferência de fundos para o Grupo, pelo que se tem vindo a adoptar de uma forma consistente o critério do custo para a sua valorização.

3. EMPRESAS ASSOCIADAS

As empresas associadas constantes do mapa n.º 3 em anexo, foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, com base no estipulado no n.º 13.6 das normas de consolidação de contas, estabelecidas pelo Decreto-Lei 238/91, de 2 de Julho, pois tratam-se de empresas sobre as quais o Grupo exerce influência significativa sobre a sua gestão e política financeira, designadamente através de administradores nomeados.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO DO GRUPO

O número médio de pessoas ao serviço das empresas incluídas na consolidação, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, foi o seguinte:

| Por país e actividade: | <u>2003</u> | <u>2002</u> |
|------------------------|--------------|--------------|
| Portugal | | |
| Cimento | 738 | 750 |
| Betões e Inertes | 530 | 582 |
| Outras | 184 | 190 |
| Espanha | | |
| "Trading" | 3 | - |
| Tunísia | | |
| Cimento | 470 | 488 |
| Betões | 83 | 85 |
| Total | <u>2.008</u> | <u>2.095</u> |

III INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

10. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

As diferenças de consolidação representam as diferenças apuradas entre o custo de aquisição das empresas incluídas na consolidação e a proporção dos capitais próprios que elas representavam, após se terem considerado os justos valores dos activos e passivos das empresas adquiridas.

As diferenças de consolidação relativas a empresas do Grupo e associadas encontram-se registadas na rubrica “Imobilizações incorpóreas” líquidas de amortizações. O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2003 compõe-se como segue:

| | Ano de aquisição | Custo de aquisição | Participação adquirida % | Diferença de consolidação (Nota 27) | Período de amortização (anos) | Amortização do exercício (Notas 27 e 44) | Amortizações acumuladas (Nota 27) |
|--|------------------|--------------------|--------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|--|-----------------------------------|
| Diferenças de consolidação positivas: | | | | | | | |
| <u>Aquisições da Semapa:</u> | | | | | | | |
| Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. | 2003 | 253.843 | 0,04 | 92.087 | 1 | 92.087 | 92.087 |
| <u>Aquisições da Secil Investimentos, SGPS, S.A.:</u> | | | | | | | |
| Cimentospar, SGPS, Lda. | 2003 | 309.137.724 | 100,00 | 85.575.717 | 20 | 4.278.786 | 4.278.786 |
| <u>Aquisições da Cimentospar, SGPS, Lda.:</u> | | | | | | | |
| Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. | 1997 | 210.572.520 | 44,48 | 78.900.365 | | | |
| Proporção na reavaliação de 1998 | | | | (22.711.565) | | | |
| | | | | 56.188.800 | 20 | 520.529 | 49.422.270 |
| <u>Aquisições da Secil:</u> | | | | | | | |
| CMP, S.A.: | | | | | | | |
| Primeira aquisição | 1994 | 151.618.819 | 80,00 | 89.775.561 | | - | - |
| Segunda aquisição | 1995 | 25.074.296 | 13,00 | 14.294.685 | | - | - |
| Terceira aquisição | 1996 | 6.019.917 | 4,00 | 2.914.900 | | - | - |
| Proporção na reavaliação de 1998 | | - | | (11.623.393) | | - | - |
| | | | | 95.361.753 | 20 | 4.883.564 | 46.526.110 |
| Betão Liz, S.A. | 1999 | 2.168.798 | 7,00 | 722.853 | 20 | 36.142 | 180.713 |
| Secil, Betões e Inertes, SGPS, S.A. | 2000 | 40.555.771 | 94,00 | 100.139 | 1 | - | 100.139 |
| Société des Ciments de Gabès | 2000 | 244.553.770 | 99,00 | 87.471.647 | 20 | 4.373.582 | 17.494.329 |
| Tercim-Terminais de Cimento, S.A. | 2001 | 249.399 | 100,00 | 190.257 | 5 | 38.052 | 114.155 |
| Cimentapor-Cimentos dos Açores, Lda. | 2001 | 1.363.381 | 5,00 | 1.042.018 | 5 | 208.403 | 625.210 |
| Outras: | | | | | | | |
| Aquisições 2002 | 2002 | 1.631.000 | 100,00 | 1.600.000 | 5 | 320.000 | 320.000 |
| Aquisições 2003 | 2003 | 426.420 | 100,00 | 426.420 | 5 | 85.284 | 85.284 |
| | | | | 186.915.087 | | 9.945.027 | 65.445.940 |
| <u>Aquisições da CMP:</u> | | | | | | | |
| Enersis - S.G.P.S, S.A.: | | | | | | | |
| Primeira aquisição | 1994 | 5.885.835 | 53,00 | 4.580.057 | 15 | 305.336 | 3.053.372 |
| Segunda aquisição | 1996 | 61.691 | 1,00 | 51.007 | 13 | 3.924 | 31.394 |
| Terceira aquisição | 1999 | 4.919.255 | 36,00 | 2.859.643 | 10 | 285.964 | 1.429.823 |
| Proporção na reavaliação de 1998 | | - | | (1.440.538) | 11 | (130.959) | (785.758) |
| | | 10.866.781 | | 6.050.169 | | 464.265 | 3.728.831 |
| <u>Aquisições no universo Secil, Betões e Inertes, SGPS, S.A.:</u> | | | | | | | |
| Unibetão-Indústrias de Betão, SA | 2000 | 5.128 | 100,00 | 5.128 | 5 | 1.026 | 4.103 |
| Secil Betão-Indústrias de Betão, SA | 2000 | 556.339 | 100,00 | 556.339 | 5 | 111.268 | 445.072 |
| Sulbetão-Preparados de Betão,SA | 2000 | 987.869 | 100,00 | 987.869 | 5 | 197.574 | 790.296 |
| Betopal-Betões Preparados,SA | 2000 | 33.355 | 100,00 | 31.897 | 5 | 6.379 | 25.517 |
| ECOB-Empresa de Construção e Britas,SA | 2000 | 9.143 | 100,00 | 5.028 | 5 | 1.006 | 4.023 |
| Asfalbetão - Sociedade Industrial, Lda. | 2000 | 5.994.991 | 90,00 | 5.741.780 | 20 | 287.089 | 1.148.356 |
| Asfalbetão - Sociedade Industrial, Lda. | 2002 | 434.727 | 10,00 | 370.850 | 20 | 18.543 | 37.085 |
| Almeida & Carvalhais, Lda. | 2001 | 5.662.132 | 81,00 | 4.274.795 | 20 | 213.740 | 641.218 |
| Almeida & Carvalhais, Lda. | 2002 | 526.845 | 11,00 | 316.419 | 19 | 16.644 | 33.288 |
| Almeida & Carvalhais, Lda. | 2003 | 393.465 | 8,00 | 208.922 | 18 | 11.616 | 11.616 |
| Vermofeira-Extração e Comércio de Areias, Lda. | 2001 | 55.158 | 50,00 | 11.108 | 5 | 2.222 | 6.665 |
| Lisconcreto-Betão Pronto,SA | 2000 | 1.203.046 | 100,00 | 1.100.910 | 19 | 57.908 | 231.632 |
| Britobetão-Central de Betão,SA | 1998 | 384.339 | 55,00 | 55.626 | 5 | - | 55.626 |
| Betostrong-Indústria de Betão, Lda | 2002 | 1.745.105 | 100,00 | 1.311.170 | 20 | 65.559 | 131.116 |
| Betalves - Betão Preparado, S.A. | 2002 | 653.766 | 100,00 | 582.701 | 20 | 29.135 | 58.270 |
| Macrobetão - Comércio e Distribuição de Betão, S.A. | 2002 | 725.462 | 100,00 | 688.527 | 20 | 34.425 | 68.852 |
| Camilo & Lopez, Lda. | 2003 | 50.000 | 100,00 | 1.095.718 | 20 | 54.786 | 54.786 |
| | | 19.420.870 | | 17.344.787 | | 1.108.920 | 3.747.521 |
| <u>Aquisição Société des Ciments de Gabès:</u> | | | | | | | |
| Sud-Béton-Société de Fabrication de Béton du Sud | 2001 | 5.425.365 | 100,00 | 3.747.400 | 10 | 358.997 | 1.108.477 |
| Ajustamento cambial | | - | | (311.384) | | | (77.672) |
| | | 5.425.365 | | 3.436.016 | | 358.997 | 1.030.805 |
| <u>Aquisição Cimipart, SGPS, S.A.:</u> | | | | | | | |
| Nuno Mesquita Pires, SGPS, S.A. (Nota 60) | 2003 | 3.919.955 | 25,00 | 2.784.687 | 5 | 556.937 | 556.937 |
| | | | | 358.387.350 | | 17.325.548 | 128.303.177 |
| Diferenças de consolidação negativas: | | | | | | | |
| <u>Aquisições da Secil:</u> | | | | | | | |
| Ciments de Sibline, S.A.L. (Notas 44 e 56) | 2002 | 22.854.680 | 21,00 | (795.685) | 5 | 242.682 | 278.489 |

As aquisições efectuadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, originaram diferenças de consolidação no montante de Euros 90.183.551 que são mostrados na Nota 27 na rubrica “Imobilizações incorpóreas – diferenças de consolidação”: (i) na coluna de “aumentos”, o montante de Euros 310.261.452, relativo ao custo de aquisição/ reforço de participações financeiras em subsidiárias e (ii) na coluna “regularizações”, o montante de Euros 222.862.588, respeitante à proporção dos capitais próprios, das participações adquiridas/ reforçadas em subsidiárias, após se terem considerado os justos valores dos activos e passivos e o montante de Euros 2.784.687, respeitante à diferença de consolidação apurada na aquisição da empresa associada “Nuno Mesquita Pires”.

A subsidiária CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A. procedeu, em 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, à reavaliação das suas imobilizações corpóreas, tendo registado uma reserva de reavaliação no montante de Euros 11.623.393. Atendendo a que as imobilizações corpóreas reavaliadas, já existiam à data de aquisição desta subsidiária, o montante da reserva de reavaliação correspondente à proporção da subsidiária Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. foi registado por esta como uma redução da rubrica de diferenças de consolidação, apuradas na data de aquisição, quando o valor contabilístico das diferenças de consolidação era superior àquele montante. O montante reduzido às diferenças de consolidação passou assim a ser amortizado de acordo com a vida útil dos bens reavaliados. No exercício de 2000 a Secil, detentora, directa, da participação naquela subsidiária, alterou de 15 para 20 anos, o período total de amortização da diferença de consolidação registada na aquisição da participação na CMP, passando o valor líquido contabilístico do mesmo em 31 de Dezembro de 1999, no montante de Euros 68.369.901, a ser amortizado linearmente pelo período remanescente de 14 anos.

A subsidiária Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e as subsidiárias directamente detidas por ela, procederam, em 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, à reavaliação das suas imobilizações corpóreas, tendo registado reservas de reavaliação no montante de Euros 50.942.608. Atendendo a que as imobilizações corpóreas reavaliadas, já existiam à data de aquisição desta subsidiária, o montante da reserva de reavaliação correspondente à proporção (44,48%, à data de 2000) da subsidiária Cimentospar, SGPS, S.A., foi registado por esta como uma redução da rubrica de diferenças de consolidação, apuradas na data de aquisição, quando o valor contabilístico das diferenças de consolidação era superior àquele montante. No exercício de 2000, a Cimentospar, detentora directa, da participação naquela subsidiária, alterou de 5 para 20 anos, o período total de amortização da diferença de consolidação registada na aquisição da participação na Secil, passando o valor líquido contabilístico do mesmo em 31 de Dezembro de 1999, no montante de Euros 31.560.558 reduzido do valor proporcional da reserva de reavaliação apropriada de Euros 22.711.565, a ser amortizado linearmente pelo período remanescente de 17 anos.

14. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, verificaram-se as seguintes alterações no perímetro de consolidação:

Aquisições:

- Aquisição de 100% do capital social da Camilo & Lopez, Lda., com sede em Alcochete;
- Aquisição de 74,36% do capital social da Zarzis Béton, com sede em Zarzis;
- Aquisição de 100% do capital social da Cimentospar – Participações Financeiras, SGPS, S.A. (ex-FLSHH, Lda.), com sede em Lisboa, que detém uma participação efectiva na Secil de 44,58% e
- Aquisição potestativa de 0,04% do capital social da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A., com sede em Outão.

O efeito destas alterações, à data de aquisição, no perímetro de consolidação foi o seguinte:

| | |
|---|---------------------------|
| Imobilizações corpóreas, líquidas de amortizações | 1.127.322 |
| Investimentos financeiros | 257.994.488 |
| Provisão para investimentos financeiros | (48.901.741) |
| Existências | 59.650 |
| Dívidas de terceiros | 727.154 |
| Dívidas a terceiros | (2.437.580) |
| Provisões para riscos e encargos | - |
| Interesses minoritários | (69.594) |
| Valor líquido | (209.886.139) |
| Diferença de aquisição | (84.546.298) |
| Mais valia obtida | - |
| Fornecedores de imobilizado | - |
| Valor líquido de caixa pago/ (recebido) | 294.434.402 |
| Caixa e equivalentes | 14.455.855 |
| Património líquido adquirido | <u><u>222.957.519</u></u> |

Adicionalmente, o Grupo reforçou a sua participação financeira na empresa Almeida & Carvalhais, Lda., com a aquisição de 8,05%, sendo que esta empresa já fazia parte do perímetro de consolidação no exercício anterior.

15. CONSISTÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos utilizados pelo Grupo foram aplicados, consistentemente com o período anterior, entre as empresas incluídas na consolidação e são os descritos na Nota 23, excepto o referido na alínea i).

17. AMORTIZAÇÃO DE DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

As diferenças de consolidação são amortizadas pelo método das quotas constantes durante períodos, que variam entre 5 e 20 anos. Na determinação destes períodos teve-se em atenção, a actividade das empresas adquiridas e o período estimado de retorno do investimento. As diferenças de consolidação originadas por aquisição complementar de participações em filiais são amortizadas durante o remanescente do período de vida útil definido para a amortização das diferenças de consolidação iniciais.

As amortizações das diferenças de consolidação são registadas na demonstração consolidada de resultados, na rubrica “Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo” (Nota 27).

18. CRITÉRIOS DE CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

As partes de capital detidas em empresas associadas estão relevadas pelo método da equivalência patrimonial.

IV INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

21. COMPROMISSOS RELATIVOS A BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

RESPONSABILIDADES POR COMPLEMENTOS DE PENSÕES DE REFORMA

Conforme referido na Nota 23 h), o Grupo implementou os planos de pensões, abaixo discriminados, que originaram, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, um aumento na rubrica “Custos com pessoal – encargos sociais - pensões” de Euros 2.670.631 e uma redução na rubrica “Resultados transitados” de Euros 501.676.

(i) Planos de benefícios definidos com fundos geridos por terceiras entidades

As subsidiárias: (i) Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A., (ii) CMP- Cimentos Maceira e Pataias, S.A., (iii) Unibetão- Industrias de Betão Preparado, S.A., (iv) Secil Betão-Indústrias de Betão, S.A. e (v) Sulbetão-Preparados de Betão, S.A., assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência. As responsabilidades derivadas destes planos são asseguradas por fundos autónomos, administrados por terceiros, sendo pois os activos a eles afectos separados dos activos das empresas. Estes planos são avaliados semestralmente, às datas dos fechos intercalar e anual das demonstrações financeiras, por entidades especializadas e independentes, utilizando o método de crédito da unidade projectada.

De acordo com os estudos actuariais, reportados a 31 de Dezembro de 2003, o valor presente da obrigação correspondente aos benefícios de reforma definidos, com fundos constituídos, bem como os valores de mercado dos fundos, eram como segue:

| | 2003 | 2002 |
|--|------------------|------------------|
| Responsabilidade por serviços passados | | |
| - Activos | 8.521.081 | 8.163.038 |
| - Aposentados | 22.884.516 | 22.890.611 |
| | 31.405.597 | 31.053.649 |
| Valor de mercado do Fundo | 34.089.633 | 32.885.088 |
| | <u>2.684.036</u> | <u>1.831.439</u> |

O Grupo apresenta todas as suas obrigações financiadas. O montante de Euros 2.684.036 (Nota 38), relativo ao sobrefinanciamento dos fundos, resulta: (i) da subsidiária Secil ter procedido, em exercícios anteriores, a contribuições para o fundo, superiores às responsabilidades efectivas, devido, essencialmente, a um excesso da base pensionável, considerada no cálculo daquelas responsabilidades, detectado e corrigido em Dezembro de 2002 e (ii) das subsidiárias do Sub-Grupo Secil Betões e Inertes terem procedido à redução de efectivos, desde a data de constituição dos fundos e estes não conferirem direitos adquiridos.

Em 31 de Dezembro de 2002, em termos globais, o Grupo apresentava todas as suas obrigações financiadas, mas que se traduziam em situações quer de sobrefinanciamento, Euros 2.203.489, quer de subfinanciamento, Euros 372.050. Este montante, relativo ao subfinanciamento do fundo, encontrava-se relevado no passivo, na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" (Nota 46).

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo registou pela primeira vez os excessos dos fundos de pensões.

Em 31 de Dezembro de 2003, a Demonstração dos Resultados e o Balanço reflectem os seguintes valores, relativos aos planos de benefícios definidos, geridos por terceiras entidades:

Custos com pessoal - encargos sociais- pensões (redução) :

| | |
|--|------------------|
| - Excesso dos fundos em 1 de Janeiro de 2003 | 2.203.489 |
| - Serviços correntes | (353.032) |
| - Custo dos juros | (1.519.944) |
| - Retorno dos activos do plano | 2.487.096 |
| - Ganhos/ (Perdas) actuariais | (961.527) |
| | <u>1.856.082</u> |
| Custos diferidos (Nota 56) | <u>2.684.036</u> |

A evolução do património dos fundos de pensões do Grupo, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, foi como segue:

| | <u>2003</u> | <u>2002</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial | 32.885.088 | 32.945.238 |
| Dotação efectuada no exercício | 1.200.000 | 2.050.000 |
| Encargos com a gestão dos fundos | (129.764) | (267.304) |
| Rendimento dos fundos durante o exercício | 2.616.863 | 660.972 |
| Pensões pagas | (2.482.554) | (2.503.818) |
| Saldo final | <u>34.089.633</u> | <u>32.885.088</u> |

Os estudos actuariais, reportados a 31 de Dezembro de 2003, consideraram os seguintes pressupostos actuariais:

| | |
|---|---|
| Tabelas de invalidez | EKV 80 / Swiss Re |
| Tabelas de mortalidade | TV 73/77 |
| Taxa de crescimento salarial | 3,0% |
| Taxa de rendimento do fundo | 5,5% |
| Taxa de juro técnica - pensionistas | 4,5% |
| Taxa de crescimento das pensões | 2,0% |
| Fórmula de Benefícios da Segurança Social | Decreto-Lei nº 35/2002 de 19 de Fevereiro |

(ii) Planos de benefícios definidos a cargo do Grupo

As responsabilidades decorrentes dos reformados da subsidiária Secil, à data de constituição do Fundo de Pensões e o 14º mês dos pensionistas, bem como as diferenças entre o salário pensionável considerado pelo fundo e aquele que resulta de decisões do Conselho de Administração, desde essa data, são asseguradas directamente pela subsidiária Secil. De igual forma, as responsabilidades assumidas por várias subsidiárias, em Portugal, que se dedicam à produção e comercialização de betão pronto, são asseguradas directamente por aquelas empresas.

Estes planos são igualmente avaliados semestralmente, por entidades independentes, utilizando o método de cálculo dos capitais de cobertura correspondentes aos prémios únicos das rendas vitalícias imediatas, na avaliação das responsabilidades com actuais pensionistas e o método de crédito da unidade projectada, na avaliação das responsabilidades com activos.

De acordo com os cálculos actuariais reportados a 31 de Dezembro de 2003 e 2002, as responsabilidades com planos de benefícios definidos a cargo do grupo, totalmente provisionadas, na rubrica "Provisões para pensões" (Nota 46), eram como segue:

| | <u>2003</u> | <u>2002</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Responsabilidade por serviços passados | | |
| - Activos | 3.213.483 | 303.765 |
| - Aposentados | <u>14.485.315</u> | <u>14.160.003</u> |
| | <u>17.698.798</u> | <u>14.463.768</u> |

As responsabilidades do Grupo durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, registaram a seguinte evolução:

| | <u>2003</u> | <u>2002</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial | 14.463.768 | 14.453.503 |
| Ajustamento ao saldo inicial (Nota 51) | 501.676 | - |
| Juro Técnico | 631.717 | 623.107 |
| Pensões pagas no exercício | (1.599.935) | (1.596.710) |
| Perda actuarial | 3.709.687 | 921.285 |
| Ganho actuarial | (42.577) | (68.109) |
| Crescimento das pensões | 14.040 | 111.505 |
| Crescimento dos serviços correntes | 20.422 | 19.187 |
| Saldo final | <u>17.698.798</u> | <u>14.463.768</u> |

O ajustamento ao saldo inicial, no montante de Euros 501.676, diz respeito ao reconhecimento do custo dos serviços passados de reformados e trabalhadores activos, nos resultados transitados das empresas subsidiárias que se dedicam à produção e comercialização de betão pronto, apurados com referência à data de 1 de Janeiro de 2003, cujas responsabilidades são asseguradas directamente por aquelas empresas. Até 31 de Dezembro de 2002, os pagamentos efectuados por estas empresas a estes reformados e trabalhadores activos, vinham sendo registados como custos do exercício em que eram pagos, na rubrica "Custos com o pessoal".

As perdas actuariais, verificadas no exercício de 2003: (i) nas responsabilidades com trabalhadores activos, no montante de Euros 2.567.836, são justificadas pela determinação pela primeira vez das responsabilidades, referentes a activos, com outras remunerações pensionáveis, para além do 14º mês não suportadas pelo fundo da subsidiária Secil, nomeadamente o subsídio de turno e o subsídio de reforma (três vezes o último salário base e anuidades) pago ao empregado quando este entra em situação de reforma por velhice e (ii) nas responsabilidades com pensionistas, no montante de Euros 1.141.851, são justificadas, essencialmente, pelo crescimento real das pensões de 2,3% contra o valor estimado de 2% e pelo aumento da percentagem de reformados casados de 81% para 82,5%.

Durante o exercício de 2003, o Grupo procedeu ao pagamento aos reformados de complementos de pensões de reforma no montante de Euros 1.599.935 (Nota 46), que foram registados por utilização da provisão constituída para o efeito.

Em 31 de Dezembro de 2003, a "Provisão para outros riscos e encargos - pensões" foi reforçada no montante de Euros 5.028.389 (Nota 46), relativos a: (i) reconhecimento do custo dos serviços passados de reformados e trabalhadores activos das empresas subsidiárias que se dedicam à comercialização de betão pronto, Euros 501.676, (ii) juro técnico, Euros 631.717, (iii) perda actuarial, Euros 3.709.687, (iv) crescimento das pensões, Euros 14.040, (v) crescimento dos serviços correntes, Euros 20.422, (vi) reconhecimento do custo dos serviços passados com trabalhadores activos, no montante de Euros 193.424

(Nota 56), que vinham a ser diferidos e reconhecidos nos resultados, de acordo com o número médio esperado de anos de serviço dos activos e (vii) ganho actuarial, Euros 42.577.

Foram utilizados os mesmos pressupostos considerados na avaliação das responsabilidades pelos fundos de pensões.

RESPONSABILIDADES POR ASSISTÊNCIA NA DOENÇA

Conforme referido na Nota 23. i) as subsidiárias Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A., mantém para com os seus empregados um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de Saúde e Segurança Social, extensivo a familiares, reformados e viúvas. Sob este regime, vêm sendo comparticipados custos de determinados cuidados de saúde: (i) na Secil através do Seguro de Saúde, contratado pela Empresa e (ii) na CMP, através da “Cimentos – Federação das Caixas de Previdência”, para os trabalhadores nela incluídos, bem como, mediante aprovação prévia dos serviços médicos da empresa, para os restantes trabalhadores.

Estes planos de assistência na doença, originaram, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, um aumento na rubrica “Custos com o pessoal – encargos sociais”, de Euros 1.081.789 e uma redução na rubrica “Resultados transitados”, de Euros 7.042.447, excluindo impostos diferidos.

No decurso do segundo semestre de 2003, a Secil e a CMP solicitaram, a uma entidade especializada e independente, o estudo actuarial, conducente à determinação do valor daquelas responsabilidades. Na referida avaliação: (i) os prémios de seguro, garantidos e suportados pela subsidiária Secil, foram tratados de forma idêntica às rendas correspondentes aos complementos de reforma, assumindo-se um crescimento das despesas de saúde de 3% ao ano e (ii) as despesas de saúde, na subsidiária CMP, relativas ao grupo de reformados e pensionistas, conduziram ao apuramento do custo médio anual por pessoa, de Euros 260, que serviu de base à avaliação das responsabilidades com a saúde.

De acordo com o estudo actuarial elaborado, o valor actual das responsabilidades com serviços passados de activos e pensionistas, avaliadas à data de 1 de Janeiro de 2003, ascendiam a Euros 7.402.447 (Notas 38 e 51). No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa procedeu ao registo daquelas responsabilidades na rubrica “Provisões para outros riscos e encargos” por contrapartida da rubrica “Resultados transitados”.

A evolução das responsabilidades por assistência na doença, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foi como segue:

| | |
|---------------------------------------|-------------------------|
| Saldo inicial | 7.402.447 |
| Juro técnico | 345.971 |
| Benefícios pagos no exercício | (260.210) |
| Prémios de seguros pagos no exercício | (361.765) |
| Perda actuarial | 629.454 |
| Custo dos serviços correntes | 106.364 |
| Saldo final | <u><u>7.862.261</u></u> |

Em 31 de Dezembro de 2003, a “Provisão para outros riscos e encargos – assistência na doença” foi reforçada no montante de Euros 8.484.236 (Nota 46), relativos a: (i) custos com serviços passados, avaliados à data de 1 de Janeiro de 2003, Euros 7.402.447, (ii) custo dos serviços correntes, Euros 106.364, (iii) custo dos juros, Euros 345.971 e (iv) percas actuariais, Euros 629.454.

A perca actuarial, no montante de Euros 629.454, verificada no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, é justificada: (i) pelo crescimento real dos prémios de seguro ter sido de 8% contra o valor estimado de 3% e (ii) e o crescimento do custo médio por pessoa em 4,3%, tendo-se fixado em Euros 260 contra Euros 250, no exercício anterior.

22. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2003, as responsabilidades assumidas, pelo Grupo, perante terceiros, por garantias bancárias, eram as seguintes:

| | |
|------------------------------|-------------------|
| IAPMEI - no âmbito do POE | 13.229.198 |
| IAPMEI - no âmbito do PEDIP | 1.988.307 |
| Direcção Geral de Alfândegas | 598.557 |
| Câmara Municipal de Setúbal | 956.275 |
| APDL | 539.492 |
| EDP | 128.715 |
| Outras | 632.091 |
| | <u>18.072.635</u> |

As garantias prestadas a favor da IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, no montante de Euros 13.229.198, decorrem do recebimento parcial de Euros 8.996.898 (Nota 63) dos incentivos financeiros concedidos ao abrigo do Programa Operacional de Economia – Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial.

A subsidiária Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A., no exercício de 2000, contraiu junto de instituições bancárias, financiamentos, tendo em vista a aquisição da subsidiária Société des Ciments de Gab s, na Tunísia. No âmbito desses financiamentos a Secil entregou uma procura o irrevogável às institui es financeiras, permitindo-lhes constituir, em caso de incumprimento das suas obriga es, penhor sobre as ac es da referida sociedade tunisina.

Adicionalmente, a Semapa, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, contraiu junto de uma institui o financeira, um financiamento conjunto para aquisi o, através de uma sua subsidiária, da totalidade do capital social da sociedade Cimentospar – Participa es Financeiras, SGPS, Lda., a qual det m 21.728.520 ac es da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A., representativas de 41% do respectivo capital social. No âmbito deste financiamento a Semapa entregou uma procura o irrevogável   institui o financeira, permitindo-lhe constituir, em caso de incumprimento das suas obriga es, penhor sobre as ac es da subsidiária Secil, correspondente a 49% do capital social da mesma.

V INFORMA ES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

23. BASES DE APRESENTA O E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Bases de apresenta o

As demonstra es financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das opera es, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolida o (Nota 1), mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolida o

A consolida o das empresas subsidiárias referidas na Nota 1, efectuou-se pelo método de consolida o integral. As transac es e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolida o. O valor correspondente   participa o de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no balanço na rubrica “Interesses minoritários”.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas associadas encontram-se valorizados no balanço consolidado, pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas participadas em menos de 20% (excepto para a participa o na Cimentos Madeira, Lda., que se encontra registada pelo método da equivalência patrimonial), foram valorizados ao custo de aquisi o, ou pelo seu valor estimado de realiza o, quando este é mais baixo.

As demonstra es financeiras de entidades estrangeiras são convertidas para Euros utilizando o câmbio de fecho para os activos e passivos e os câmbios históricos para o capital próprio. Os custos e proveitos são convertidos ao câmbio médio mensal que é aproximadamente o câmbio da data das respectivas transac es. A diferença cambial decorrente   registada directamente nos capitais pr rios na rubrica “Reservas de conversão cambial”.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre 3 e 6 anos. No que se refere às diferenças de consolidação na aquisição de participações financeiras são amortizadas conforme indicado nas Notas 10 e 17.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se, na generalidade, registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 41). As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição. No que respeita às empresas subsidiárias CMP e Société des Ciments de Gab  s (SCG), o custo das imobilizações corpóreas na data de aquisição destas subsidiárias foi determinado, com base em avaliações efectuadas por entidades independentes.

As amortizações são calculadas sobre o custo de aquisição ou valor reavaliado, sendo utilizado essencialmente o método das quotas constantes, a partir da data de entrada em funcionamento dos bens, utilizando-se de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor, as que permitem a reintegração do imobilizado durante a sua vida útil estimada. Para algumas categorias de bens adquiridos pelo Grupo, e para os quais a legislação fiscal permite, é utilizado o método de amortização das quotas degressivas.

c) Contratos de locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade    registada no passivo, os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 23. b), são registados como custos na demonstração consolidada dos resultados do período a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente    proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial, deduzido das operações internas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas associadas e o valor proporcional    participação do Grupo nos capitais próprios, após se considerarem os justos valores dos activos e passivos dessas empresas    data da sua aquisição, foram registadas (i) no imobilizado incorpóreo na rubrica "Diferenças de consolidação", quando positivas, sendo amortizadas durante o período médio esperado de recuperação dos investimentos (Nota 17), e (ii) como "Proveitos diferidos", quando negativas, durante um período de cinco anos (Notas 10 e 56).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente    participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do período. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos, no período em que são atribuídos.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital noutras empresas (investimentos inferiores a 20%), excepto para a participação na Cimentos Madeira, Lda., a qual se encontra registada pelo método da equivalência patrimonial, encontram-se registados ao custo de aquisição ou valor de mercado, quando este é mais baixo que aquele, por via da contabilização de provisões correspondentes.

Os investimentos financeiros relacionados com imóveis de rendimento encontram-se registados ao custo de aquisição, reavaliado, deduzido da respectiva amortização.

e) Existências

As existências encontram-se valorizadas de acordo com os seguintes critérios:

i) Mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado. O custo de aquisição inclui também as despesas incorridas até ao armazenamento.

ii) Produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso, encontram-se valorizados ao custo de produção que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

f) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis são registados ao mais baixo do custo de aquisição ou valor de mercado.

g) Saldos e transacções expressos em moedas estrangeiras

Todos os activos e passivos do Grupo expressos em moedas estrangeiras foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada dos resultados do exercício, com excepção das diferenças de câmbio provenientes de financiamentos concedidos, a médio e longo prazo, a entidades estrangeiras (Tecnosecil) cuja liquidação não é provável que ocorra num futuro previsível, sendo, em substância, uma extensão do investimento líquido do Grupo nessa entidade estrangeira, as quais foram registadas no capital próprio, na rubrica “Reservas de conversão cambial”.

h) Complementos de pensões

Várias subsidiárias da Semapa assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência. Conforme referido na Nota 21, o Grupo constituiu Fundos de Pensões autónomos como forma de financiar uma parte das suas responsabilidades por aqueles pagamentos, sendo outra parte das responsabilidades asseguradas directamente pelo Grupo.

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma são registadas de acordo com os critérios consagrados na Directriz Contabilística nº 19, emanada da Comissão de Normalização Contabilística em 21 de Maio de 1997, excepto quando existe um excesso do valor de mercado do fundo de pensões sobre o valor presente da obrigação de benefícios definidos, em que a referida Directriz Contabilística é omissa. Quando é apurado um excesso do valor de mercado do fundo sobre o valor presente da obrigação, a empresa regista um activo, de acordo com o previsto na Norma Internacional de Contabilidade nº 19, aplicada por remissão prevista na Directriz Contabilística nº 18, segundo a qual, sempre que surjam questões ainda não abrangidas no normativo português, o uso de princípios contabilísticos devem subordinar-se às normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo IASB.

A Directriz Contabilística nº 19, estabelece a obrigatoriedade das empresas com planos de pensões reconhecerem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

Deste modo a responsabilidade total (com fundo constituído e sem fundo) do Grupo é estimada semestralmente, à data dos fechos intercalar e anual de contas, para cada plano separadamente, por uma entidade especializada e independente. A responsabilidade assim determinada é apresentada no Balanço, deduzida do valor de mercado dos fundos constituídos. Os custos com pensões são registados na rubrica “Custos com o pessoal – encargos sociais - pensões”, conforme previsto na referida Directriz Contabilística.

i) Assistência na doença

As subsidiárias Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A., mantêm para com os seus empregados um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de Saúde e Segurança Social, extensivo a familiares, reformados e viúvas. Sob este regime, vêm sendo comparticipados custos de determinados cuidados de saúde: (I) na Secil através do Seguro de Saúde, contratado pela Empresa e (ii) na CMP, através da “Cimentos – Federação das Caixas de Previdência”, para os trabalhadores nela incluídos, bem como, mediante aprovação prévia dos serviços médicos da empresa, para os restantes trabalhadores.

Até 31 de Dezembro de 2002, as despesas incorridas com a comparticipação em despesas de saúde, na parte respeitante aos reformados e viúvas, vinham sendo registadas como custos do exercício em que eram pagos. No decurso do segundo semestre de 2003, conforme referido na Nota 21, a Secil e a CMP solicitaram, a uma entidade especializada e independente, os estudos actuariais conducentes à determinação daquelas responsabilidades. Com base nestes estudos o Grupo decidiu provisionar a totalidade das responsabilidades com serviços passados (Nota 21).

j) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período, inclui imposto corrente e diferido, nos termos da Directriz Contabilística nº 28. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando se relaciona com ganhos ou perdas directamente reconhecidos em reservas, caso em que é também reconhecido directamente em reservas, nomeadamente, no que se refere ao efeito das reavaliações constituídas.

O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data do balanço.

O imposto diferido é calculado com base na responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal (decretada) que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos semestralmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

k) Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas económicas estimadas.

l) Subsídios atribuídos para financiamentos de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas são registados, quando efectivamente recebidos, como proveitos diferidos, na rubrica “Acréscimos e diferimentos” (Nota 56), e reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Proveitos extraordinários”, proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

m) Especialização de exercícios

As empresas do Grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas “Acréscimos e diferimentos” (Nota 56).

n) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão do Grupo efectue julgamentos e estimativas que afectam os montantes de proveitos, despesas, activos, passivos e divulgações à data do balanço. Estas estimativas são determinadas pelo juízo da gestão do Grupo, baseado: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes, suplementada, em alguns casos, em relatos de peritos independentes e (ii) nas acções que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de desfecho das operações, os resultados das mesmas poderão ser diferentes destas estimativas.

o) Informação por segmentos

Segmento de negócio é um componente distinguível do Grupo comprometido em fornecer um produto individual, e que está sujeito a riscos e retornos diferentes dos de outros segmentos de negócio. Foram identificados três segmentos de negócio: Cimentos, Betões e Agregados.

Segmento geográfico é uma área individualizada do Grupo comprometida em produzir produtos dentro de um ambiente económico particular e que está sujeita a riscos e retornos que são diferentes de outras áreas que operam em outros ambientes económicos. Foram identificados dois segmentos geográficos relevantes: Portugal e Tunísia.

24. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO EM EUROS

Os activos e passivos da subsidiária e associada estrangeiras foram convertidos para contra-valores em euros, ao câmbio de 31 de Dezembro de 2003. As rubricas de resultados do exercício foram convertidas ao câmbio médio do exercício. As diferenças resultantes da aplicação destas taxas comparativamente aos valores anteriores foram reflectidas na rubrica “Reservas de conversão cambial” no capital próprio.

Conforme referido na Nota 23. g) as diferenças de câmbio provenientes dos financiamentos concedidos, a médio e longo prazo, à subsidiária Tecnosecil, foram igualmente registadas na rubrica “Reservas de conversão cambial”.

As cotações utilizadas à data de 31 de Dezembro de 2003 e 2002 foram as seguintes:

| | 2003 | 2002 |
|---------------------------|----------|----------|
| TND (dinar tunisino) | | |
| Câmbio médio do exercício | 1,4617 | 1,3446 |
| Câmbio em 31 de Dezembro | 1,5272 | 1,4003 |
| LBN (libra libanesa) | | |
| Câmbio médio do exercício | 1.912,18 | 1.438,92 |
| Câmbio em 31 de Dezembro | 1.723,48 | 1.580,92 |
| USD (dólar americano) | | |
| Câmbio em 31 de Dezembro | 1,2630 | 1,0487 |

VI INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

27. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

| Rubricas | Activo bruto | | | | | Regularizações, transferências e abates | Saldo final |
|--|----------------------|-----------------------|---------------------|--------------------|---------------------|---|----------------------|
| | Saldo inicial | Variação de perímetro | Ajustamento cambial | Aumentos (Nota 36) | Alienações | | |
| Imobilizações incorpóreas: | | | | | | | |
| Despesas de instalação | 3.663.140 | 358.201 | - | 12.840 | - | (311.729) | 3.722.452 |
| Despesas de investigação e de desenvolvimento | 1.313.405 | - | - | 22.997 | - | 2.156 | 1.338.558 |
| Propriedade industrial e outros direitos | 87.562.407 | 64.225 | (7.236) | 67.029 | - | (56.048) | 87.630.377 |
| Trespases | 325.710 | - | (9.982) | - | - | 74.999 | 390.727 |
| Diferenças de consolidação (Nota 10) | 212.517.347 | 56.188.800 | (311.385) | 310.261.452 | - | (220.268.864) | 358.387.350 |
| Imobilizações em curso | 102.396 | - | - | 33.837 | - | (90.588) | 45.645 |
| Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas | 7.885 | - | - | - | - | - | 7.885 |
| | <u>305.492.290</u> | <u>56.611.226</u> | <u>(328.603)</u> | <u>310.398.155</u> | <u>-</u> | <u>(220.650.074)</u> | <u>451.522.994</u> |
| Imobilizações corpóreas: | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 42.657.219 | 223.887 | (43.292) | 960.262 | (19.350) | 1.265.043 | 45.043.769 |
| Edifícios e outras construções | 286.310.186 | 2.855 | (1.085.327) | 2.587.530 | (291.652) | 2.531.297 | 290.054.889 |
| Equipamento básico | 836.997.912 | 247.106 | (3.384.608) | 20.804.886 | (6.779.635) | 19.675.883 | 867.561.544 |
| Equipamento de transporte | 40.585.368 | 115.620 | (727.640) | 973.304 | (2.730.344) | (1.274.631) | 36.941.677 |
| Ferramentas e utensílios | 4.038.254 | 945 | - | 201.407 | (3.734) | 10.741 | 4.247.613 |
| Equipamento administrativo | 24.499.025 | 5.123 | (5.015) | 917.337 | (41.748) | 3.247.326 | 28.622.048 |
| Taras e vasilhame | 18.801 | - | - | - | - | - | 18.801 |
| Outras imobilizações corpóreas | 8.398.943 | 34.575 | (272.628) | 1.702.056 | (771) | (2.977.137) | 6.885.038 |
| Imobilizações em curso | 14.989.908 | 431.747 | (332.384) | 20.398.389 | - | (23.192.713) | 12.294.947 |
| Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas | 1.933.957 | - | - | 1.981.850 | - | (1.122.555) | 2.793.252 |
| | <u>1.260.429.573</u> | <u>1.061.858</u> | <u>(6.850.894)</u> | <u>50.527.021</u> | <u>(9.867.234)</u> | <u>(1.836.746)</u> | <u>1.294.463.578</u> |
| Investimentos financeiros: | | | | | | | |
| Partes de capital em empresas do grupo (Nota 60) | 16.669.205 | - | - | 81.506 | (8.247) | 6.857.607 | 23.600.071 |
| Empréstimos a empresas do grupo (Nota 61) | - | - | - | - | - | 3.167.063 | 3.167.063 |
| Partes de capital em empresas associadas (Nota 60) | 41.543.707 | - | - | 4.920.556 | (2.758.626) | (6.333.432) | 37.372.205 |
| Empréstimos a empresas associadas (Nota 62) | 386.388 | - | - | - | - | (187.777) | 198.611 |
| Títulos e outras aplicações financeiras | | | | | | | |
| Partes de capital em outras empresas (Notas 58 e 60) | 215.341.717 | - | - | 1.481 | - | (211.593.071) | 3.750.127 |
| Outras aplicações financeiras | 578.076 | - | (34.375) | 1.861.160 | - | (379.688) | 2.025.173 |
| Investimentos em imóveis (Nota 60) | 2.557.537 | - | - | - | - | - | 2.557.537 |
| Adiantamentos por conta de investimentos financeiros | - | - | - | 65.588 | - | - | 65.588 |
| | <u>277.076.630</u> | <u>-</u> | <u>(34.375)</u> | <u>6.930.291</u> | <u>(2.766.873)</u> | <u>(208.469.298)</u> | <u>72.736.375</u> |
| | <u>1.842.998.493</u> | <u>57.673.084</u> | <u>(6.213.872)</u> | <u>367.855.467</u> | <u>(12.634.107)</u> | <u>(430.956.118)</u> | <u>1.818.722.947</u> |
| Amortizações acumuladas e provisões | | | | | | | |
| Rubricas | Saldo inicial | Variação de perímetro | Ajustamento cambial | Aumentos (Nota 36) | Alienações | Regularizações, transferências e abates | Saldo final |
| Imobilizações incorpóreas: | | | | | | | |
| Despesas de instalação | 2.397.237 | 358.201 | - | 366.847 | - | (352.596) | 2.769.689 |
| Despesas de investigação e de desenvolvimento | 1.103.333 | - | - | 137.902 | - | (6.527) | 1.234.708 |
| Propriedade industrial e outros direitos | 5.647.194 | - | (7.361) | 1.806.216 | - | 750 | 7.446.799 |
| Trespases | 24.529 | - | (2.285) | 5.755 | - | - | 27.999 |
| Diferenças de consolidação (Nota 10) | 62.344.524 | 48.901.741 | (77.674) | 17.325.548 | - | (190.962) | 128.303.177 |
| | <u>71.516.817</u> | <u>49.259.942</u> | <u>(87.320)</u> | <u>19.642.268</u> | <u>-</u> | <u>(549.335)</u> | <u>139.782.372</u> |
| Imobilizações corpóreas: | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 7.504.151 | - | - | 1.280.240 | (4.115) | (1) | 8.780.275 |
| Edifícios e outras construções | 190.847.590 | 285 | (860.907) | 8.179.795 | (52.971) | 79.009 | 198.192.801 |
| Equipamento básico | 664.237.721 | 58.226 | (2.676.152) | 36.331.353 | (5.618.238) | (331.198) | 692.001.712 |
| Equipamento de transporte | 33.635.492 | 11.562 | (637.563) | 2.801.873 | (1.304.517) | (2.206.323) | 32.300.524 |
| Ferramentas e utensílios | 3.612.262 | 912 | - | 221.530 | (3.734) | 3.701 | 3.834.671 |
| Equipamento administrativo | 21.234.899 | 3.143 | (8.861) | 1.587.788 | (28.096) | 2.522.512 | 25.311.385 |
| Taras e vasilhame | 17.551 | - | - | 416 | - | - | 17.967 |
| Outras imobilizações corpóreas | 5.555.410 | 7.165 | (224.165) | 744.586 | (682) | (2.528.733) | 3.553.581 |
| | <u>926.645.076</u> | <u>81.293</u> | <u>(4.407.648)</u> | <u>51.147.581</u> | <u>(7.012.353)</u> | <u>(2.461.033)</u> | <u>963.992.916</u> |
| Investimentos financeiros: | | | | | | | |
| Partes de capital em empresas associadas | | | | | | | |
| Provisões (Nota 46) | - | - | - | 250.000 | - | - | 250.000 |
| Títulos e outras aplicações financeiras: | | | | | | | |
| Partes de capital em outras empresas | | | | | | | |
| Provisões (Nota 46) | 18.242.732 | - | (4.451) | - | - | (18.160.789) | 77.492 |
| Outras aplicações financeiras | | | | | | | |
| Provisões (Nota 46) | 53.560 | - | - | - | - | - | 53.560 |
| Investimentos em imóveis | | | | | | | |
| Provisões (Nota 46) | 731.018 | - | - | - | - | - | 731.018 |
| Amortizações (Notas 44 e 60) | 1.398.624 | - | - | 41.041 | - | - | 1.439.665 |
| | <u>20.425.934</u> | <u>-</u> | <u>(4.451)</u> | <u>291.041</u> | <u>-</u> | <u>(18.160.789)</u> | <u>2.551.735</u> |
| | <u>1.018.587.827</u> | <u>49.341.235</u> | <u>(4.499.419)</u> | <u>71.080.890</u> | <u>(7.012.353)</u> | <u>(21.171.157)</u> | <u>1.106.327.023</u> |

O aumento de Euros 57.673.084, registado no activo bruto, relativo a variação no perímetro, resulta da integração dos activos das subsidiárias: Camilo & Lopez, Lda., Zarzis Béton e Cimentospar – Participações Financeiras, SGPS, Lda. que foram consolidados com o Grupo pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, conforme referido na Nota 14.

O valor de Euros 220.268.864, mostrado na rubrica “Diferenças de consolidação”, na coluna das regularizações inclui: (i) o montante de Euros 222.862.588 (Nota 10), respeitante à proporção dos capitais próprios, das participações adquiridas/ reforçadas em subsidiárias, após se terem considerado os justos valores dos activos e passivos e o montante de Euros 190.963, relativos ao abate da diferença de consolidação, totalmente amortizada, apurada quando da aquisição da Asfalbetão Transportes, Lda, reduzidos (ii) de Euros 2.784.687 (Nota 10), respeitantes à diferença de consolidação apurada na aquisição da empresa associada “Nuno Mesquita Pires”.

O investimento em imobilizado corpóreo realizado pelo Grupo, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, ascendeu a Euros 50.527.021, do qual se destacam os seguintes projectos: (i) aumento da capacidade de produção dos fornos das linhas 1 e 2 da fábrica de Gabés, (ii) instalação de filtro de mangas para exaustão do forno de clínquer cinzento e remodelação da linha 3, na fábrica Cibra-Pataias, (iii) montagem de dois postos de granel para “Self – Service” rodoviário, robotização da análise por fluorescência do RX do cru e do cimento e integração paisagística da unidade fabril da Maceira-Liz e (iv) instalação de silo bipartido de matérias primas na Moagem III, instalação de nova britagem nas pedreiras, requalificação visual e paisagística da Via Húmida e implementação do plano de recuperação paisagística das pedreiras, na unidade fabril do Outão.

Conforme referido na Nota 23 b), para algumas categorias de bens, adquiridos pelo Grupo, e para os quais a legislação fiscal permite é utilizado o método de amortização das quotas degressivas. Se, para estas categorias de bens, cujo valor líquido contabilístico, em 31 de Dezembro de 2003, é de Euros 25.504.388, o Grupo utilizasse o método das quotas constantes as amortizações apuradas no exercício seriam reduzidas no montante de Euros 4.764.031 e os resultados transitados aumentados em Euros 7.693.420.

33. DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS

Em 31 de Dezembro de 2003, existiam empréstimos por obrigações e dívidas a instituições de crédito, com vencimento a mais de cinco anos, no montante de Euros 276.348.006 (Nota 57).

36. RELATO POR SEGMENTOS

A informação por segmentos é apresentada em relação aos segmentos de negócio (principal) e geográficos (secundário) do Grupo.

Os resultados, activos e passivos de cada segmento correspondem àqueles que lhes são directamente atribuíveis, assim como os que numa base razoável lhes podem ser atribuídos. Os resultados, activos e passivos não directamente imputáveis aos segmentos consubstanciados na coluna “Outros não alocados”, referem-se, essencialmente, a operações financeiras, decorrentes da participação detida na Cimpor.

O resultado líquido por segmentos de negócio, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 pode ser assim analisado:

| | Cimento | | Betões | | Inertes | Outros | Eliminações | Consolidado |
|---|---------------------|--------------------|--------------------|------------------|-------------------|--------------------|---------------|---------------------|
| | Portugal | Tunísia | Portugal | Tunísia | Portugal | não alocados | | |
| RÉDITOS | | | | | | | | |
| Vendas externas | 204.854.120 | 43.080.532 | 118.436.076 | 4.057.165 | 13.149.386 | 34.243.966 | - | 417.821.245 |
| Vendas intersegmentais | 148.965.026 | 1.040.497 | 126.301 | - | 2.996.635 | 14.118.795 | (167.247.254) | - |
| Réditos totais | 353.819.146 | 44.121.029 | 118.562.377 | 4.057.165 | 16.146.021 | 48.362.761 | | 417.821.245 |
| Resultados operacionais externos | 24.826.784 | (6.421.681) | 32.135.866 | 1.189.400 | (525.840) | (10.500.534) | - | 40.703.995 |
| Resultados operacionais inter-segmentais | 24.137.986 | (165.535) | (27.207.494) | (1.040.497) | 2.862.939 | 1.412.601 | - | - |
| Resultados operacionais totais | 48.964.770 | (6.587.216) | 4.928.372 | 148.903 | 2.337.099 | (9.087.933) | | 40.703.995 |
| Resultados financeiros externos | (12.362.578) | (502.230) | (186.757) | (36.365) | (73.028) | 1.058.601 | - | (12.102.357) |
| Resultados financeiros inter-segmentais | (824.642) | - | 481.058 | - | 111.119 | 232.465 | - | - |
| Resultados financeiros totais | (13.187.220) | (502.230) | 294.301 | (36.365) | 38.091 | 1.291.066 | | (12.102.357) |
| Parte de lucros líquidos em associadas | 1.021.706 | - | 349.813 | - | - | 7.904.128 | - | 9.275.647 |
| Imposto sobre o rendimento | 14.060.200 | (1.952.281) | 2.017.091 | 41.185 | 523.613 | 5.800.913 | - | 20.490.721 |
| Resultados actividades ordinárias | 22.739.056 | (5.137.165) | 3.555.395 | 71.353 | 1.851.577 | (5.693.652) | | 17.386.564 |
| Resultados extraordinários | - | - | - | - | - | 22.944.942 | - | 22.944.942 |
| Interesses minoritários | 45 | 45 | 305.621 | 988 | 107.727 | (155.695) | - | 258.731 |
| Resultados líquidos do exercício | 22.739.011 | (5.137.210) | 3.249.774 | 70.365 | 1.743.850 | 17.406.985 | | 40.072.775 |
| OUTRAS INFORMAÇÕES | | | | | | | | |
| Activos do segmento | 470.527.822 | 216.883.171 | 76.274.008 | 3.792.961 | 22.346.778 | 435.659.908 | - | 1.225.484.648 |
| Activos inter-segmentais | 155.254.210 | 191.504 | 1.995.388 | - | 1.757.615 | 347.196.186 | (506.394.903) | - |
| Total dos Activos | 625.782.032 | 217.074.675 | 78.269.396 | 3.792.961 | 24.104.393 | 782.856.094 | (506.394.903) | 1.225.484.648 |
| Investimentos em associadas | 18.809.381 | - | 10.766.824 | - | 234.656 | 7.561.344 | - | 37.372.205 |
| Passivos do segmento | 571.121.254 | 215.196.388 | 51.835.734 | 1.594.307 | 6.335.233 | 134.378.298 | - | 980.461.214 |
| Passivos inter-segmentais | 108.966.298 | 746.456 | (1.102.601) | 191.504 | 4.265.312 | 374.587.168 | (487.654.137) | - |
| Total dos passivos | 680.087.552 | 215.942.844 | 50.733.133 | 1.785.811 | 10.600.545 | 508.965.466 | (487.654.137) | 980.461.214 |
| Dispêndios de capital fixo | 331.680.368 | 20.837.273 | 3.821.142 | 659.289 | 455.168 | 4.798.473 | - | 362.251.713 |
| Depreciações (Nota 27) | 45.205.227 | 9.348.142 | 4.019.233 | 243.839 | 2.461.667 | 9.552.782 | - | 70.830.890 |
| Outros gastos não desembolsados-provisões (Nota 46) | 16.402.536 | 48.318 | 5.722.258 | 102.581 | 114.179 | 683.095 | - | 23.072.967 |

O resultado líquido negativo de Euros 5.137.210, apurado no segmento de negócio do cimento, no mercado tunisino, inclui perdas no montante de Euros 4.359.796, resultantes das amortizações, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 dos justos valores atribuídos, à data de aquisição, aos activos fixos daquela subsidiária, líquido de impostos diferidos.

O dispêndio de capital fixo, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, apresenta a seguinte composição:

| Rubricas | Custos aquisição | Alienações líquidas de amortizações | Dispêndio de capital fixo |
|---|--------------------|-------------------------------------|---------------------------|
| Imobilizações incorpóreas (Nota 27) | 136.703 | - | 136.703 |
| Aquisições de partes de capital em empresas incluídas na consolidação (Nota 10) | 310.261.452 | - | 310.261.452 |
| Constituição de empresas incluídas na consolidação | 18.000 | - | 18.000 |
| Imobilizações corpóreas (Nota 27) | 50.527.021 | 2.854.881 | 47.672.140 |
| Investimentos financeiros (Nota 27) | 6.930.291 | 2.766.873 | 4.163.418 |
| | 367.873.467 | 5.621.754 | 362.251.713 |

38. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

As Empresas do Grupo são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), com base nos seus resultados individuais, com excepção da subsidiária Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e várias das suas subsidiárias tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, constituído pela subsidiária Secil e as empresas nas quais detêm uma participação igual ou superior a 90% e que cumprem as condições previstas no artigo 63º e seguintes do Código do IRC, sendo o aumento/ redução de imposto resultante da diferença entre o somatório das estimativas individuais

e a aplicação do regime de tributação citado, registado na rubrica “Proveitos e ganhos extraordinários” (Notas 45 e 54).

De acordo com a legislação em vigor, os ganhos e perdas em empresas do grupo e associadas, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial, são deduzidos ou acrescidas, respectivamente, ao resultado do exercício, para apuramento da matéria colectável. Os dividendos são considerados no apuramento da matéria colectável do ano em que são recebidos, se as participações detidas forem inferiores a 10% ou os activos detidos por período inferior a um ano.

Todas as restantes situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros encontram-se registadas nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003, por via da aplicação da Directriz Contabilística nº 28, conforme descrito na Nota 23 j).

Em 31 de Dezembro de 2003, os activos e passivos por impostos diferidos apresentavam a seguinte composição:

| | Demonstração dos resultados | | | | | Resultados transitados (Nota 51) | Saldo final |
|---|-----------------------------|--------------------|---------------------|------------------|---------------------|----------------------------------|------------------|
| | Saldo inicial | Aumentos | Reduções | Redução de taxa | Ajustamento Cambial | | |
| Diferenças temporárias que originaram Activos por impostos diferidos | | | | | | | |
| Provisões tributadas | 20.468.865 | 3.336.728 | (18.869.615) | - | - | 831.264 | 5.767.242 |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 6.688.653 | 2.286.239 | (293.577) | - | - | - | 8.681.315 |
| Benefícios de reforma sem fundo autónomo (Nota 21) | 14.642.395 | 4.532.035 | (1.977.310) | - | - | - | 17.698.796 |
| Responsabilidade por assistência na doença (Nota 21) | - | 1.081.789 | (621.975) | - | - | - | 7.402.447 |
| Mais-valias diferidas contabilisticamente, originadas em transacções intra-grupo | 104.589.942 | - | (9.006.615) | - | - | - | 95.583.327 |
| | <u>146.389.855</u> | <u>11.236.791</u> | <u>(30.769.092)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>831.264</u> | <u>7.904.123</u> |
| Diferenças temporárias que originaram Passivos por impostos diferidos | | | | | | | |
| Reavaliação de activos imobilizados | (37.579.461) | (15.568) | 5.051.369 | - | - | - | (32.543.660) |
| Justo valor da subsidiária Société des Ciments de Gabés | (164.147.341) | - | 6.620.639 | - | - | - | (157.526.702) |
| Menos-valias diferidas contabilisticamente, originadas em transacções intra-grupo | (55.149.216) | - | - | - | - | - | (55.149.216) |
| Diferimento da tributação de mais-valias | (3.527.205) | (212.765) | 753.303 | - | - | - | (3.053.300) |
| Acréscimos de amortizações | (1.302.576) | (415.954) | - | - | 126.075 | - | (1.592.455) |
| Excesso dos fundos de pensões (Nota 21) | - | (2.684.036) | - | - | - | - | (2.684.036) |
| | <u>(261.705.799)</u> | <u>(3.328.323)</u> | <u>12.425.311</u> | <u>-</u> | <u>126.075</u> | <u>-</u> | <u>(66.633)</u> |
| Valores reflectidos no balanço | | | | | | | |
| Activos por impostos diferidos | <u>48.751.163</u> | <u>3.750.154</u> | <u>(10.499.289)</u> | <u>110.317</u> | <u>-</u> | <u>274.461</u> | <u>2.606.945</u> |
| Passivos por impostos diferidos | <u>(89.646.719)</u> | <u>(1.097.646)</u> | <u>4.230.067</u> | <u>5.129.932</u> | <u>44.126</u> | <u>-</u> | <u>(21.989)</u> |

O imposto sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, tem a seguinte composição:

| | 2003 | 2002 |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Imposto corrente (Nota 54) | 22.114.256 | 32.098.283 |
| Imposto diferido | (1.623.535) | (10.948.690) |
| | <u>20.490.721</u> | <u>21.149.593</u> |

A reconciliação da taxa efectiva de imposto é evidenciada como se segue:

| | 2003 | 2002 |
|--|-------------------|-------------------|
| Resultado antes de impostos | 60.822.227 | 81.661.999 |
| Taxa nominal de imposto | 33,00% | 33,00% |
| Imposto esperado | 20.071.335 | 26.948.460 |
| Diferenças permanentes (a) | 8.590.487 | (5.662.444) |
| Alteração da taxa de imposto (b) | (9.540.228) | (3.256.602) |
| Ajustamentos à colecta (c) | (3.798.264) | 830.017 |
| Prejuízos fiscais recuperados no âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades | 1.173.791 | 190.963 |
| Prejuízos fiscais não recuperáveis | 3.993.600 | 2.099.199 |
| | <u>20.490.721</u> | <u>21.149.592</u> |
| Taxa efectiva de imposto | 33,69% | 25,90% |

(a) Este valor respeita essencialmente a:

| | 2003 | 2002 |
|---|-------------------|---------------------|
| Amortização de "goodwill" (Nota 10) | 17.325.594 | 11.604.258 |
| Efeito da aplicação do método da Equivalência Patrimonial (Nota 60) | (9.125.833) | (7.754.007) |
| Mais / Menos valias fiscais | 1.060.105 | (22.495.339) |
| Mais / Menos valias contabilísticas | 3.722.287 | - |
| Provisões tributadas (Nota 46) | 5.391.463 | - |
| Encargos financeiros não dedutíveis | 8.440.667 | - |
| Dividendos de empresas estrangeiras sediadas fora do espaço da U.E. | 627.722 | 1.074.485 |
| Outros | (1.410.226) | 411.681 |
| | <u>26.031.779</u> | <u>(17.158.922)</u> |
| Impacto fiscal (33,00%) | <u>8.590.487</u> | <u>(5.662.444)</u> |

(b) Este valor engloba: (i) a redução da taxa de imposto de 30% para 25%, conforme Orçamento de Estado para 2004 (ii) o efeito da alteração da taxa de derrama em algumas empresas do Grupo, (iii) o impacto de empresas sujeitas a taxas de imposto diferenciadas e (iv) o efeito de rendimentos sujeitos apenas a tributação na fonte.

(c) Este valor respeita às tributações autónomas, no montante de Euros 592.583, deduzido dos valores referentes: (i) à dupla tributação internacional dos dividendos recebidos de empresas estrangeiras sediadas fora do espaço da U.E., no montante de Euros 154.164 e (ii) da reserva fiscal ao investimento, no montante de Euros 4.236.683 (Nota 46).

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais das empresas incluídas na consolidação estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e cinco anos no caso da Segurança Social. Deste modo as declarações fiscais relativas aos anos de 2000 a 2002 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e correcção.

A Administração da Semapa entende que eventuais correcções que possam ser efectuadas pelas autoridades fiscais como resultado de inspecções/ revisões não terão qualquer efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2003.

39. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Semapa e empresas subsidiárias nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, ascenderam a Euros 6.506.598 e Euros 4.916.571, respectivamente.

41. REAVALIAÇÕES – DIPLOMAS LEGAIS

As empresas do Grupo, sediadas em Portugal, procederam em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente: Portaria n.º 258, de 28 de Dezembro de 1963, Decretos-Lei n.º 126/77, n.º 430/78, n.º 219/82, n.º 319-G/84, n.º 118-B/86, n.º 111/88, n.º 49/91, n.º 264/92, n.º 22/92, n.º 31/98.

42. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM IMÓVEIS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e investimentos financeiros (imóveis) e correspondente reavaliação, líquidos de amortizações acumuladas, em 31 de Dezembro de 2003 é o seguinte:

| Rubricas | Custos históricos | Reavaliações | Valores Contabilísticos reavaliados |
|------------------------------------|----------------------|--------------|---|
| Imobilizações corpóreas: | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 25.188.705 | 11.074.789 | 36.263.494 |
| Edifícios e outras construções | 59.750.245 | 32.111.843 | 91.862.088 |
| Equipamento básico | 136.146.074 | 39.413.758 | 175.559.832 |
| Equipamento de transporte | 4.463.355 | 177.798 | 4.641.153 |
| Ferramentas e utensílios | 311.844 | 101.098 | 412.942 |
| Equipamento administrativo | 2.942.575 | 368.088 | 3.310.663 |
| Taras e vasilhame | 834 | - | 834 |
| Outras imobilizações corpóreas | 3.103.491 | 227.966 | 3.331.457 |
| | 231.907.123 | 83.475.340 | 315.382.463 |
| Investimentos financeiros: | | | |
| Investimentos em imóveis (Nota 27) | 88.154 | 1.029.717 | 1.117.871 |
| | 231.995.277 | 84.505.057 | 316.500.334 |

44. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 têm a seguinte composição:

| | 2003 | 2002 |
|--|-------------|--------------|
| <u>Custos e perdas</u> | | |
| Juros suportados com empréstimos de accionistas (Nota 59) | 286.841 | - |
| Juros suportados com outros empréstimos obtidos | 20.358.110 | 17.470.445 |
| Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros | 789.183 | 18.768.744 |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis | 221.191 | 1.760.733 |
| Descontos de pronto pagamento concedidos | 1.590.140 | 1.950.791 |
| Perdas relativas a empresas do grupo e associadas (Nota 60) | 838.214 | 896.237 |
| Outros custos e perdas financeiros | 1.118.404 | 1.099.789 |
| | 25.202.083 | 41.946.739 |
| Resultados financeiros | (2.826.710) | (22.353.211) |
| | 22.375.373 | 19.593.528 |
| <u>Proveitos e ganhos:</u> | | |
| Juros obtidos com empréstimos a empresas do grupo (Nota 61) | 682.937 | - |
| Juros obtidos com empréstimos a empresas associadas (Nota 62) | 81.935 | - |
| Outros juros obtidos | 1.158.064 | 1.231.990 |
| Rendimentos de títulos de participação | 124.613 | 457.307 |
| Rendimentos de imóveis | 23.272 | 20.801 |
| Ganhos de participações de capital relativos a empresas do grupo e associadas | 9.868.263 | 8.163.803 |
| Ganhos de participações de capital relativos a outras empresas | 10.069.235 | 8.858.929 |
| Diferenças de câmbio favoráveis | 151.091 | 655.556 |
| Descontos de pronto pagamento obtidos | 152.643 | 184.313 |
| Outros proveitos e ganhos financeiros | 63.320 | 20.829 |
| | 22.375.373 | 19.593.528 |

A rubrica "Amortizações e provisões para aplicações e investimentos financeiros" corresponde: (i) a amortizações de investimentos em imóveis, no montante de Euros 41.041 (Nota 27), (ii) a provisão

constituída no valor proporcional dos capitais próprios negativos, da associada Viroc Portugal, S.A., apropriados na proporção da participação detida, no montante de Euros 498.142 (Nota 46) e (iii) a provisão para potenciais perdas na participação financeira detida na empresa associada Astakos Domika Aluminouha, no montante de Euros 250.000 (Notas 46 e 60).

A rubrica “Ganhos de participações de capital relativos a empresas do grupo e associadas” corresponde: (i) a ganhos apropriados pela aplicação do método da equivalência patrimonial em empresas do Grupo, de Euros 7.766.192 (Nota 60) e em empresas associadas, de Euros 1.859.389 (Nota 60) e (ii) ao reconhecimento como proveito de parte da diferença entre o valor de custo e dos capitais próprios proporcionais, apurados na data de aquisição da Ciment Sibling S.A.L., no montante de Euros 242.682 (Nota 10).

A rubrica “Ganhos de participações de capital relativos a outras empresas” inclui: (i) o dividendo recebido da Cimpor no montante de Euros 9.673.552 (Nota 58) e (ii) o montante de Euros 338.466 (Nota 60), relativo ao resultado da Cimentos Madeira, Lda., apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial, conforme referido na Nota 23 d).

45. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 têm a seguinte composição:

| | <u>2003</u> | <u>2002</u> |
|---|-------------------|------------------|
| <u>Custos e perdas</u> | | |
| Donativos | 437.858 | 244.993 |
| Dívidas incobráveis | 104.110 | 218.091 |
| Perdas em existências | 11.837 | 77.252 |
| Perdas em imobilizações | 2.401.336 | 401.309 |
| Multas e penalidades | 23.855 | 38.458 |
| Correcções relativas a exercícios anteriores | 643.325 | 208.991 |
| Outros custos e perdas extraordinários | 107.570 | 1.833.907 |
| | <u>3.729.891</u> | <u>3.023.001</u> |
| Resultados extraordinários (Nota 68) | <u>22.888.971</u> | <u>2.466.762</u> |
| | <u>26.618.862</u> | <u>5.489.763</u> |
| <u>Proveitos e ganhos:</u> | | |
| Restituição de impostos | 23.975 | 13.433 |
| Recuperação de dívidas | 174.981 | 14.428 |
| Ganhos em existências | - | 118 |
| Ganhos em imobilizações | 3.470.187 | 1.634.604 |
| Redução de amortizações e provisões (Nota 46) | 20.277.831 | 1.661.488 |
| Correcções relativas a exercícios anteriores | 27.244 | 59.558 |
| Outros proveitos e ganhos extraordinários | 2.644.644 | 2.106.134 |
| | <u>26.618.862</u> | <u>5.489.763</u> |

A rubrica “ Perdas em imobilizações” inclui a menos-valia apurada na alienação da empresa Cimianto S.T.H., S.A., no montante de Euros 2.025.710 (Nota 60).

A rubrica “Outros proveitos e ganhos extraordinários” inclui: (i) o montante de Euros 1.274.059 (Nota 54), relativo à redução do imposto sobre o rendimento, resultante da aplicação do regime especial de tributação de grupos de sociedades e (ii) o montante de Euros 826.269 (Nota 56), relativo ao reconhecimento dos subsídios ao investimento, conforme referido na Nota 23 l).

46. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

| Rubricas | Saldo inicial | Variação de perímetro | Ajustamento cambial | Reforço (Nota 36) | Utilização / Reposição | Transferência (Nota 58) | Saldo final |
|---|---------------|-----------------------|---------------------|-------------------|------------------------|-------------------------|-------------|
| Provisões para investimentos financeiros (Nota 27) | 19.027.310 | (4.451) | - | 250.000 | (25.044) | (18.135.745) | 1.112.070 |
| Provisões para depreciação de existências | 2.304.769 | - | (155.700) | 8.753 | (23.941) | - | 2.133.881 |
| Provisões para cobranças duvidosas: | | | | | | | |
| Clientes | 11.344.798 | 954.331 | (99.073) | 1.110.903 | (899.123) | - | 12.411.836 |
| Créditos sobre empresas participadas | - | - | - | 1.980.416 | - | - | 1.980.416 |
| Outros devedores (Nota 55) | 6.243.134 | - | (7.498) | 77.530 | (170.368) | - | 6.142.798 |
| | 17.587.932 | 954.331 | (106.571) | 3.168.849 | (1.069.491) | - | 20.535.050 |
| Provisões para outros títulos negociáveis (Nota 58) | - | - | - | - | (18.135.745) | 18.135.745 | - |
| Provisões para riscos e encargos: | | | | | | | |
| Provisões para pensões (Nota 21) | 14.835.818 | - | - | 5.028.389 | (2.165.409) | - | 17.698.798 |
| Provisões para impostos | 57.339 | - | - | 235.207 | (79.137) | - | 213.409 |
| Outras provisões para riscos e encargos | 1.642.886 | - | - | 14.381.769 | (824.328) | - | 15.200.327 |
| Responsabilidades por assistência na doença (Nota 21) | - | - | - | 8.484.236 | (621.975) | - | 7.862.261 |
| Perdas potenciais em activos fixos | - | - | - | 1.033.668 | - | - | 1.033.668 |
| Reserva fiscal ao investimento | - | - | - | 4.236.683 | - | - | 4.236.683 |
| Apropriação pelo método da Equivalência Patrimonial de capitais próprios negativos de empresas associadas (Notas 44 e 60) | 569.646 | - | - | 498.142 | - | - | 1.067.788 |
| Outras | 1.073.240 | - | - | 129.040 | (202.353) | - | 999.927 |
| | 16.536.043 | - | - | 19.645.365 | (3.068.874) | - | 33.112.534 |
| | 55.456.054 | 949.880 | (262.271) | 23.072.967 | (22.323.095) | (18.135.745) | 56.893.535 |

O reforço das provisões, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, em Euros 23.072.967, foi registado nas rubricas: (i) "Custos com o pessoal – encargos sociais", Euros 5.608.502 (Nota 21), (ii) "Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros", Euros 748.142 (Nota 44), (iii) "Provisões do exercício", no montante de Euros 8.812.200 e (iv) "Resultados transitados", no montante de Euros 7.904.123.

A redução de provisões, no montante de Euros 22.323.095, foi efectuada por utilização directa, em Euros 1.851.840 e por reposição: (i) na rubrica "Resultados extraordinários", em Euros 20.277.831 (Nota 45) e (ii) na rubrica "Custos diferidos", Euros 193.424 (Nota 56).

Provisão para impostos (tributada): o montante de Euros 213.409, inclui Euros 208.909 referente à inspecção efectuada pelas autoridades fiscais à declaração de IRC da Secil, respeitante ao exercício de 2000, cujo projecto de correcção à respectiva matéria colectável foi já comunicado à Empresa.

Provisão para reserva fiscal ao investimento (tributada): o Grupo registou, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, uma redução à colecta, no montante de Euros 4.236.683 (Nota 38), com base no Decreto – Lei 23/ 2004 de 23 de Janeiro. Nos termos da legislação aplicável a empresa deve proceder ao investimento elegível em imobilizado corpóreo, a efectuar nos exercícios de 2003 e 2004 e propor à Assembleia Geral a constituição de uma reserva especial neste montante. O Grupo constituiu uma provisão de igual montante para a eventualidade de não vir a realizar o investimento necessário, no período referido.

Apropriação de capitais próprios negativos (tributada): o Grupo reforçou, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, através desta rubrica, provisões para os investimentos financeiros em empresas que apresentavam capitais próprios negativos a 31 de Dezembro de 2003, no valor proporcional dos resultados do exercício, apropriados pelo método da equivalência patrimonial, no montante de Euros 498.142 (Nota 44).

47. BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2003, o imobilizado corpóreo do Grupo incluía equipamento básico em regime de locação financeira, com o valor líquido de Euros 326.141 e amortizações acumuladas de Euros 264.219.

As responsabilidades ainda não liquidadas relativas a contratos de locação financeira podem ser resumidos do seguinte modo:

| | |
|-----------------------------|----------------|
| Pagamentos até 1 ano | 87.677 |
| Pagamentos entre 1 e 5 anos | 116.337 |
| | <u>204.014</u> |
| Pagamento de juros futuros | 7.564 |

VII INFORMAÇÕES DIVERSAS

50. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2003, o capital social da Semapa, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 118.332.445 acções com o valor nominal de 1 Euro cada.

As seguintes pessoas colectivas detêm o capital subscrito em 31 de Dezembro de 2003:

| Nome | Nº de Acções | % |
|--|--------------------|---------------|
| Sodim, SGPS, S.A. | 26.115.000 | 22,07 |
| Cimpor Portugal, SGPS, S.A. | 23.695.611 | 20,02 |
| Longapar, SGPS, S.A. | 20.000.000 | 16,90 |
| Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A. | 14.592.300 | 12,33 |
| Secil, Investimentos - SGPS, S.A. | 2.727.975 | 2,31 |
| BPI Fundos - Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. | 2.649.810 | 2,24 |
| Outros accionistas com participações inferiores a 2% | 28.551.749 | 24,13 |
| | <u>118.332.445</u> | <u>100,00</u> |

51. MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foi como segue:

| Rubricas | Saldo inicial | Aumentos | Diminuições | Transferências | Saldo final |
|--|--------------------|-------------------|---------------------|----------------|--------------------|
| Capital | 118.332.445 | - | - | - | 118.332.445 |
| Acções próprias - valor nominal | (2.653.280) | (74.695) | - | - | (2.727.975) |
| Acções próprias - descontos e prémios | (7.477.754) | (193.683) | - | - | (7.671.437) |
| Prémios de emissão de acções | 3.923.459 | - | - | - | 3.923.459 |
| Diferenças de consolidação | 2.467.979 | - | - | (2.467.979) | - |
| Reservas de conversão cambial | (4.032.658) | - | (6.980.094) | (694.592) | (11.707.344) |
| Reservas de reavaliação (Notas 41 e 52) | 12.161.624 | - | - | (3.175.461) | 8.986.163 |
| Reservas: | | | | | |
| Reservas legais | 9.571.895 | - | - | 1.541.857 | 11.113.752 |
| Outras reservas | 61.342.637 | - | - | 16.187.371 | 77.530.008 |
| Resultados transitados | 40.418 | 90.000 | (6.694.790) | 6.338.032 | (226.340) |
| Resultado líquido consolidado do exercício | 30.837.144 | 40.072.775 | (13.107.916) | (17.729.228) | 40.072.775 |
| | <u>224.513.909</u> | <u>39.894.397</u> | <u>(26.782.800)</u> | - | <u>237.625.506</u> |

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 31 de Março de 2003, a aplicação do resultado líquido do exercício de 2002 foi como segue:

| | |
|---|-------------------|
| Distribuição de dividendos às acções em circulação (Euros 0,10 por acção) | 11.567.916 |
| Reservas legais | 1.541.857 |
| Outras reservas | 16.187.371 |
| Gratificação de balanço aos membros do Conselho de Administração | 1.540.000 |
| | <u>30.837.144</u> |

Os dividendos, cuja distribuição foi aprovada na Assembleia Geral realizada em 31 de Março de 2003, encontravam-se totalmente liquidados à data de 31 de Dezembro de 2003. Da gratificação de balanço aprovada, naquela data, só foram distribuídos Euros 1.450.000.

Acções próprias: os movimentos registados nestas rubricas resultam da aquisição pela subsidiária Secil Investimentos, SGPS, S.A. de 74.695 acções da Semapa pelo montante de Euros 268.378, tendo sido apurado o prémio de Euros 193.683. Verificou-se ainda, a alienação, pela Semapa à sua subsidiária, de 2.653.280 acções.

Reserva de conversão cambial: o montante de Euros 6.980.094, registado nesta rubrica corresponde: (i) à proporção do Grupo na redução dos capitais próprios das empresas subsidiária Société des Ciments de Gab  s, Euros 2.882.720 e associada Ciment de Sibline, Euros 3.452.758 (Nota 60), resultante de diferenças de câmbio pela conversão para Euros dos valores de balanço daquelas filial e associada e (ii)    diferença de câmbio, no montante de Euros 644.616 (Nota 61), proveniente da actualização dos financiamentos concedidos, à filial Tecnosecil, à taxa de câmbio vigente à data do Balanço.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo procedeu à transferência, para esta rubrica, do montante de Euros 694.592, relativo a diferenças de câmbio apuradas em exercícios anteriores na actualização dos financiamentos concedidos à filial Tecnosecil, que se encontravam registadas na rubrica "Diferenças de consolidação".

Resultados transitados: os movimentos ocorridos nesta rubrica, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foram os seguintes:

| | |
|---|-------------------------|
| Saldo inicial | 40.418 |
| Tranferências: | 6.338.032 |
| Reclassificação do saldo inicial da rubrica do capital próprio "Diferenças de consolidação" | 2.467.979 |
| Transferência da rubrica "Reservas de reavaliação" (Nota 52) | 3.175.461 |
| Transferência para a rubrica "Reservas de conversão cambial" | 694.592 |
| Aumentos: | |
| Gratificação de balanço aprovada e não distribuida | 90.000 |
| Diminuições: | (6.694.790) |
| Lucros distribuídos aos empregados: | |
| - pelas empresas subsidiárias | (638.361) |
| - pelas empresas associadas (Nota 60) | (25.768) |
| Responsabilidades por assistência na doença (Nota 21) | (7.402.447) |
| Responsabilidades por benefícios de reforma (Nota 21) | (501.676) |
| Impostos diferidos relativos às responsabilidades com assistência na doença e benefícios de reforma (Nota 38) | 2.606.945 |
| Impostos diferidos relativos a outros movimentos (Nota 38) | (21.989) |
| Outros ajustamentos efectuados pelas empresas subsidiárias | 26.637 |
| Outros ajustamentos efectuados pelas associadas (Nota 60) | (738.131) |
| Saldo final | <u><u>(226.340)</u></u> |

Reservas legais: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinada ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não    distribuível a não ser em caso de liquidação da Secil, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

52. VARIAC  OES OCORRIDAS NA RUBRICA DE RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, procedeu-se    transferência, nas contas consolidadas, para a rubrica "Resultados transitados" do montante de Euros 3.175.461, respeitante a 55,42% (i) do valor da reserva de reavaliação, da Secil, realizada no período, por uso, alienação ou abate, no montante de Euros 6.601.164 e (ii) ao imposto diferido correspondente    fracção da reserva de reavaliação realizada, não relevante para tributação, no montante de Euros 871.354.

53. INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o valor da rubrica “Interesses minoritários” incluída no passivo, refere-se às seguintes empresas subsidiárias:

| | 2003 | 2002 |
|--|------------------|--------------------|
| Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. | - | 201.983.053 |
| CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A. | - | 20.545 |
| Grupo Secil Betões e Inertes | 3.282.164 | 3.625.383 |
| Société des Ciments de Gabés | 422.332 | 469.011 |
| Secil Martingança, Lda. | 2.953.314 | 2.969.631 |
| Outros | 740.116 | 742.029 |
| | <u>7.397.926</u> | <u>209.809.652</u> |

O movimento ocorrido na rubrica “Interesses minoritários” durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foi como segue:

| | |
|--|------------------|
| Saldo inicial | 209.809.652 |
| Reforço da participação na subsidiária Secil, S.A., por efeito da aquisição da Cimentospar-Participações Financeiras, SGPS, S.A. | (201.808.180) |
| Reforço da participação na subsidiária Secil, S.A., por efeito da aquisição directa de acções (Nota 14) | (174.872) |
| Resultado líquido apropriado pelos minoritários | 258.731 |
| Proporção em outros ajustamentos efectuados nas rubricas de capital próprio: | |
| - Variação de perímetro | 57.447 |
| - Outros | (744.852) |
| Saldo final | <u>7.397.926</u> |

54. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2003, não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e Outros Entes Públicos. Os saldos com estas entidades eram como segue:

| | 2003 | | 2002 | |
|---|------------------|------------------|------------------|-------------------|
| | Devedores | Credores | Devedores | Credores |
| Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC | 2.559.288 | 374.109 | 366.913 | 27.076.057 |
| Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS | - | 1.158.523 | 103.452 | 958.794 |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado | 2.289.675 | 4.633.662 | 1.031.749 | 4.330.362 |
| Contribuição para a Segurança Social | - | 1.204.764 | - | 1.382.088 |
| Restantes Impostos | 645.036 | 231.906 | 6.678 | 450.407 |
| | <u>5.493.999</u> | <u>7.602.964</u> | <u>1.508.792</u> | <u>34.197.708</u> |

Em 31 de Dezembro de 2003, os montantes, a receber e a pagar, relativos ao “Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas” tinha a seguinte composição:

| | 2003 | | 2002 | |
|--|--------------------|----------------|--------------------|---------------------|
| | Devedores | Credores | Total | Total |
| Imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 38) | 19.430.663 | 2.683.593 | 22.114.256 | (32.098.283) |
| Ajustamento cambial | - | (11.174) | (11.174) | 36.013 |
| Variação de perímetro | - | 8.360 | 8.360 | - |
| Pagamentos por conta | (20.455.204) | (2.301.948) | (22.757.152) | 4.213.392 |
| Retenções na fonte | (250.156) | (4.722) | (254.878) | 778.510 |
| IRC de exercícios anteriores | (10.532) | - | (10.532) | 10.534 |
| Redução de imposto resultante da aplicação do regime de tributação de grupos de sociedades (Nota 45) | (1.274.059) | - | (1.274.059) | 350.690 |
| | <u>(2.559.288)</u> | <u>374.109</u> | <u>(2.185.179)</u> | <u>(26.709.144)</u> |

55. OUTROS DEVEDORES E CREDORES

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, estas rubricas tinham a seguinte composição:

| | 2003 | 2002 |
|--|--------------------|--------------------|
| <u>Outros devedores de médio e longo prazo</u> | | |
| Roclim, Lda. | 1.701.007 | 1.216.420 |
| Manuel Augusto Martins Oliveira | 610.557 | 422.342 |
| Outros devedores com saldos inferiores a Euros 500.000 | 654.143 | 810.879 |
| | <u>2.965.707</u> | <u>2.449.641</u> |
| <u>Outros devedores de curto prazo</u> | | |
| Estado Português (responsabilidade pela venda CMP) | 5.598.358 | 5.598.358 |
| Devedores diversos : | | |
| Empresas do Grupo (Nota 61) | 415.137 | 511.031 |
| Empresas associadas (Nota 62) | 737.898 | 798.427 |
| Roclim, Lda. | 971.046 | 699.572 |
| Filimate | 916.226 | 650.471 |
| Cauções prestadas a favor de terceiros | 1.006.964 | 1.056.125 |
| Outros devedores com saldos inferiores a Euros 500.000 | 4.697.994 | 6.569.265 |
| | <u>14.343.623</u> | <u>15.883.249</u> |
| Provisão para devedores duvidosos (Nota 46) | <u>(6.142.798)</u> | <u>(6.243.134)</u> |
| | <u>8.200.825</u> | <u>9.640.115</u> |
| <u>Outros credores</u> | | |
| Grupo Mutuelle (seguros) | 727.137 | 653.669 |
| Credores por subscrições não liberadas (Nota 61) | 138.559 | 166.873 |
| Cimpor (Consórcio Ilhas) | 105.153 | 1.188.369 |
| Adiantamento por conta de alienação de imobilizado | 1.000.000 | - |
| Outros credores com saldos inferiores a Euros 500.000 | 2.129.093 | 2.061.899 |
| | <u>4.099.942</u> | <u>4.070.810</u> |

O montante de Euros 5.598.358, a receber do Estado Português, resulta de um estudo actuarial das responsabilidades com reformas, reportadas à data de 31 de Dezembro de 1993, avaliadas por uma entidade especializada e independente, no seguimento do processo de reprivatização da CMP. Em resultado da referida avaliação, foram detectados erros, tendo sido solicitado, em 1996, pela Administração da subsidiária CMP, ao Estado Português a regularização do montante acima referido. Esta dívida encontra-se totalmente provisionada na rubrica "Provisões para cobranças duvidosas" (Nota 46).

56. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, estas rubricas tinham a seguinte composição:

| | <u>2003</u> | <u>2002</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| <u>Acréscimos de proveitos</u> | <u>222.794</u> | <u>252.036</u> |
| <u>Custos diferidos</u> | | |
| Conservação e reparação | 2.348.210 | 3.258.656 |
| Gastos com financiamentos obtidos | 759.205 | 49.650 |
| Sobrefinanciamento do Fundo de pensões (Nota 21) | 2.684.036 | - |
| Serviços passados de trabalhadores activos (Notas 21 e 46) | - | 193.424 |
| Outros | <u>1.413.119</u> | <u>734.209</u> |
| | <u>7.204.570</u> | <u>4.235.939</u> |
| <u>Acréscimos de custos</u> | | |
| Férias, subsídio de férias e outros encargos com pessoal | 6.879.648 | 6.859.467 |
| Juros a pagar | 1.658.665 | 1.035.942 |
| Outros | <u>2.820.116</u> | <u>3.204.277</u> |
| | <u>11.358.429</u> | <u>11.099.686</u> |
| <u>Proveitos diferidos</u> | | |
| Subsídios ao investimento | 2.433.905 | 3.149.588 |
| Diferenças de consolidação negativas (Nota 10) | 517.196 | 202.909 |
| Outros proveitos financeiros | <u>187.770</u> | <u>469.831</u> |
| | <u>3.138.871</u> | <u>3.822.328</u> |

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica "subsídios ao investimento apresentou o seguinte movimento:

| | |
|--|------------------|
| Saldo no início do exercício | 3.149.588 |
| Subsídios recebidos no exercício | 110.586 |
| Subsídios reconhecidos nos resultados: | |
| - no âmbito do Programa SIME (Nota 63) | (56.356) |
| - no âmbito de outros Programas | (769.913) |
| Saldo no fim do exercício | <u>2.433.905</u> |

Conforme referido na Nota 23 I), o reconhecimento dos subsídios ao investimento, em proveitos, é efectuado proporcionalmente, às amortizações dos equipamentos subsidiados, tendo o Grupo reconhecido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, o montante de Euros 826.269 (Nota 45).

57. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2003, os empréstimos obtidos, remunerados a condições normais de mercado, tinham a seguinte composição:

| | 2003 | | | 2002 |
|---|--------------------|---------------------|--------------------|--------------------|
| | Curto prazo | Médio e longo prazo | Total | Total |
| <u>Empréstimos por obrigações:</u> | | | | |
| Empréstimos por obrigações Semapa / 98 | 4.788.460 | 19.153.839 | 23.942.299 | 23.942.299 |
| Empréstimos por obrigações CMP / 97 | 9.477.160 | 28.431.482 | 37.908.642 | 47.385.800 |
| Empréstimos por obrigações Secil / CMP 95 | - | 475.215 | 475.215 | 2.093.604 |
| Outros empréstimos por obrigações | 194.378 | 77.751 | 272.129 | 765.785 |
| | <u>14.459.998</u> | <u>48.138.287</u> | <u>62.598.285</u> | <u>74.187.488</u> |
| <u>Dívidas a instituições de crédito</u> | <u>103.130.007</u> | <u>614.160.232</u> | <u>717.290.239</u> | <u>343.732.003</u> |
| <u>Outros Empréstimos Obtidos:</u> | | | | |
| Financiamentos no âmbito do POE (Nota 63) | - | 8.996.898 | 8.996.898 | 2.018.146 |
| Financiamentos no âmbito do PEDIP II - Medida 3.3 | 1.301.686 | - | 1.301.686 | 2.735.271 |
| Financiamento no âmbito do Fundo EFTA para o Desenvolvimento Industrial de Portugal | - | - | - | 311.748 |
| | <u>1.301.686</u> | <u>8.996.898</u> | <u>10.298.584</u> | <u>5.065.165</u> |
| | <u>118.891.691</u> | <u>671.295.417</u> | <u>790.187.108</u> | <u>422.984.656</u> |

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os créditos bancários concedidos e não sacados ascendiam a Euros 65.030.457 e Euros 173.059.921.

O “*Empréstimo por obrigações Semapa/ 98*”, foi contraído integralmente pela Semapa, em 9 de Março de 1998, através da emissão de 4.800.000 obrigações com o valor nominal de mEsc. 1 cada, por um prazo de 10 anos. Posteriormente, durante o ano de 2001, foi efectuada a redenominação para o montante total da emissão de Euros 23.942.299, correspondente a 2.394.229.906 obrigações com o valor nominal de Euro 0,01 cada. Os juros dos cupões são pagos semestralmente e o reembolso ocorre 20% no 12º e no 14º cupão, 25% no 16º e no 18º e 10% no 20º, sendo possível o seu reembolso antecipado, no todo ou em parte, sem qualquer penalização. Estas obrigações foram integralmente subscritas e realizadas no acto de subscrição e encontram-se representadas por valores mobiliários escriturais cotados na Euronext Lisbon.

O “*Empréstimo por obrigações CMP/ 97*”, foi contraído integralmente pela subsidiária CMP, em 14 de Julho de 1997 pelo montante global de mEsc. 9.500.000 (Euros 47.385.800). Estas obrigações foram integralmente subscritas e realizadas no acto de subscrição e encontram-se representadas por valores mobiliários escriturais. Os juros dos cupões são pagos trimestralmente e o reembolso ocorre 20% no 24º e no 28º cupão, 25% no 32º e no 36º e 10% no 40º, sendo possível o seu reembolso antecipado ao par, no vencimento do 24º cupão, em 14 de Julho de 2003, o que não veio a acontecer. Poderá ainda ser solicitado o reembolso antecipado, caso a CMP deixe de ser detida pela Empresa em menos de 51%;

O “*Empréstimo por obrigações Secil – CMP/ 95*”, foi contraído pelo Grupo, em 1 de Março de 1995. As duas empresas, Secil e CMP, procederam à emissão de obrigações no montante de mEsc. 10.000.000 (Euros 49.879.790). Estas obrigações foram integralmente subscritas e realizadas no acto de subscrição e encontram-se representadas por valores mobiliários escriturais. Os juros dos cupões são pagos semestralmente e o reembolso ocorre 20% no 6º e 10º cupão, 25% no 14º e no 16º e 10% no 20º, sendo possível o seu reembolso antecipado no todo ou em parte a preços pré-estabelecidos.

No decurso dos exercícios de 1998, 2002 e 2003, a Secil e a CMP procederam ao reembolso antecipado de Euros 14.963.937, Euros 4.141.373 e Euros 101.929, juntamente com os pagamentos das parcelas com vencimento nos 6º, 14º e 16º cupões.

Em 3 de Setembro de 1999, foi contraído, pela subsidiária CMP, um financiamento a médio/longo prazo, no montante de Euros 1.870.492 e reforçado em 15 de Janeiro de 2002 no montante de Euros 623.497, concedido no âmbito do programa “*PEDIP II – Medida 3.3*” que previa um montante máximo de financiamento, a título de subsídio reembolsável, de Euros 2.493.989 e destinou-se a investimentos industriais nas fábricas de Maceira-Liz e Cibra - Pataias. Este empréstimo não vence juros e o seu

reembolso será feito em oito prestações semestrais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação dezoito meses após a data da primeira utilização.

Em 31 de Dezembro de 2003, os empréstimos classificados a médio e longo prazo apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

| | |
|----------------------------|--------------------|
| 2005 | 116.538.637 |
| 2006 | 92.825.308 |
| 2007 | 108.252.792 |
| 2008 | 77.330.674 |
| 2009 e seguintes (Nota 33) | 276.348.006 |
| | <u>671.295.417</u> |

58. OUTROS TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica "Outros títulos negociáveis" tinha a seguinte composição:

| | <u>2003</u> | <u>2002</u> |
|--|--------------------|------------------|
| Títulos de dívida pública | 484.878 | 3.202.534 |
| Acções da Cimpor, S.G.P.S., S.A. (Nota 60) | 211.606.784 | - |
| | <u>212.091.662</u> | <u>3.202.534</u> |

O montante de Euros 211.606.784 é representado por 60.459.700 acções da Cimpor, S.G.P.S., S.A., adquiridas pelo Grupo em exercícios anteriores, ao preço unitário de Euros 3,4999, que se encontravam registadas, até 31 de Dezembro de 2002, na rubrica "Investimentos financeiros – títulos e outras aplicações financeiras" (Notas 27 e 60).

À data de 31 de Dezembro de 2002, as acções apresentavam uma cotação de mercado de Euros 3,2. Para fazer face a esta perda potencial, o Grupo constituiu, naquela data, uma provisão, no montante de Euros 18.135.745 (Nota 46), na rubrica "Provisões para investimentos financeiros". Esta provisão, no decurso de 2003, foi reclassificada para a rubrica "Provisões para outros títulos negociáveis", tendo sido reduzida na totalidade (Nota 46), em resultado da valorização das acções, apresentando à data de 31 de Dezembro de 2003 uma cotação de mercado de Euros 4,1.

59. ACCIONISTAS

Os saldos, em 31 de Dezembro de 2003, com os accionistas das empresas do Grupo são os seguintes:

| | <u>Passivo</u> | |
|---|--------------------|--------------------|
| | <u>Accionistas</u> | <u>Accionistas</u> |
| Fornecedores | -curto prazo | -médio e longo |
| conta corrente | prazo | |
| Cimianto - Gestão de Participações, S.A. (SGPS) | 10.684 | - |
| Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A. | - | 4.699.610 |
| Longapar, SGPS, S.A. | - | 866.638 |
| Sonaca - Sociedade Nacional de Canalizações, S.A. | - | 852.961 |
| Seribo-Société d'Études et des Realisations pour les Industries du Bois, S.A. | 43.516 | - |
| Outros accionistas | - | 185.759 |
| | - | 986 |
| | <u>54.200</u> | <u>256.626</u> |
| | <u>6.420.195</u> | <u>442.385</u> |

Os montantes a pagar registados na rubrica "Accionistas", respeitam, essencialmente, a operações financeiras que se destinaram à cobertura das necessidades de tesouraria do Grupo. Estes financiamentos são remunerados a condições normais de mercado.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, as transacções efectuadas com os accionistas das empresas do grupo, foram como segue:

| | Aquisição de serviços | Custos financeiros (Nota 44) |
|---|--------------------------|------------------------------------|
| Cimianto - Gestão de Participações, S.A. (SGPS) | 107.740 | - |
| Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A. | - | 220.680 |
| Longapar, SGPS, S.A. | - | 39.534 |
| Sonaca - Sociedade Nacional de Canalizações, S.A. | - | 17.706 |
| Seribo-Société d'Études et des Realisations pour les Industries du Bois, S.A. | - | 8.517 |
| Outros accionistas | - | 404 |
| | 107.740 | 286.841 |

60. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2003, os investimentos financeiros em empresas do grupo, associadas e outras empresas, tinham a seguinte composição:

| | Sede social | Capital Social | Capitais próprios | Resultado líquido | Fracção de capital detida | | |
|--|---------------|----------------|-------------------|-------------------|---------------------------|----------------------------|---------------------------------|
| | | | | | % (b) | Valor de balanço (Nota 27) | Valor proporcional no resultado |
| Empresas do Grupo (a): | | | | | | | |
| Geciments, SGPS, S.A. | Lisboa | 50.000 | 50.000 | - | 100,00 | 50.000 | - |
| Semapa Inversiones, SL | Madrid | 3.006 | 3.006 | - | 100,00 | 3.006 | - |
| Tecnosecil, SARL | Luanda | USD 200.000 | USD (2.156.154) | USD (699.210) | 70,00 | 183.517 | - |
| Enersis, S.G.P.S., S.A. | Lisboa | 4.750.000 | 25.607.899 | 8.636.800 | 89,92 | 23.026.622 | 7.766.192 |
| Secil - Energia, Lda. | Lisboa | 1.995 | 1.995 | - | 100,00 | 1.995 | - |
| Asfalbetão Transportes, Lda. | Torres Vedras | 49.880 | 306.425 | (14.476) | 100,00 | 306.425 | (14.476) |
| Ave- Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A. | Lisboa | 50.000 | 50.000 | - | 51,00 | 25.500 | - |
| Parsecil, S.L. | Madrid | 3.006 | 3.006 | - | 100,00 | 3.006 | - |
| | | | | | | 23.600.071 | 7.751.716 |
| Empresas associadas: | | | | | | | |
| Betão Liz, S.A. | Lisboa | 7.000.000 | 32.268.266 | 1.091.775 | 33,37 | 10.766.824 | 364.292 |
| Transecil - Gestão Transp. Mar Especiais, Lda. | Lisboa | 2.245 | 2.245 | - | 33,33 | 748 | - |
| Becim - Mediadora de Seguros, Lda. | Lisboa | 150.000 | 534.485 | 331.481 | 27,40 | 146.585 | 90.831 |
| Cimentador - Cimentos dos Açores, Lda. | P.Delgada | 1.246.995 | 10.060.538 | 3.535.285 | 25,00 | 2.515.134 | 883.821 |
| Secil Unicon - S.G.P.S., Lda. | Lisboa | 4.987.979 | 9.132.585 | (255.429) | 50,00 | 4.566.293 | (127.715) |
| Viroc Portugal - Ind. de Madeira e Cimento, S.A. | Setúbal | 8.708.014 | (3.252.772) | (1.419.489) | 32,83 | - (d) | - |
| Ecoresíduos - Centro de Tratamento e Valorização de Resíduos, Lda. | Lisboa | 49.880 | 2.235.907 | 322.249 | 50,00 | 1.117.953 | 161.124 |
| ICV - Inertes de Cabo Verde, Lda. | Cabo Verde | 680.179 | 625.749 | 247.644 | 37,50 | 234.656 | 92.867 |
| Ciment de Sibline S.A.L. | Beirute | 87.373.986 | 76.797.348 | (2.089.169) | 21,22 | 16.294.247 | (443.263) |
| Astakos Dormika Alouminouha | Atenas | 500.000 | 500.000 | - | 50,00 | 250.000 (e) | - |
| Chryso - Aditivos de Portugal, S.A. | Lisboa | 50.000 | 69.683 | 1.000 | 40,00 | 27.873 | 400 |
| Nuno Mesquita Pires, SGPS, S.A. | Setúbal | 1.625.000 | 5.605.285 | 1.064.213 | 25,00 | 1.401.322 | 266.054 |
| Cimianto - Sociedade Técnica de Hidráulica, S.A. | Alhandra | 1.500.000 | 6.718.458 | (810.183) | 39,96 (c) | - | (250.707) |
| Vermofeira - Extração e Comércio de Areias, Lda. | Carmaxide | 12.000 | 101.141 | (4.106) | 50,00 | 50.570 | (2.053) |
| | | | | | | 37.372.205 | 1.035.651 |
| Outras empresas: | | | | | | | |
| Cimentos Madeira, Lda. | Funchal | 1.745.793 | 12.045.245 | 2.369.265 | 14,29 | 1.720.748 | 338.466 |
| Banco Espírito Santo, S.A. (141.210 acções) | Lisboa | 1.500.000.000 | 1.976.717.000 (f) | 115.310.000 | - | 922.017 | - |
| Sonagi, SGPS, S.A. | Lisboa | 1.000.000 | 10.949.953 (g) | 1.029.756 | 2,00 | 908.910 | - |
| Outras | - | - | - | - | - | 198.452 | - |
| | | | | | | 3.750.127 | 338.466 |

Notas:

- Empresas do grupo, excluídas da consolidação, pelas razões enunciadas na Nota 2;
- Percentagens detidas, directa e indirectamente, pela Semapa;
- Empresa alienada no decurso do primeiro semestre de 2003. Os montantes de capital social, capitais próprios e resultados líquidos do período, apresentados nesta Nota reportam-se à data da alienação da empresa;
- O valor dos capitais próprios desta empresa era negativo, a 31 de Dezembro de 2003, pelo que o respectivo investimento financeiro apresenta valor nulo no balanço do Grupo, tendo sido constituída provisão no valor proporcional dos capitais próprios negativos, apropriados pelo método da equivalência patrimonial, na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos", pelo montante de Euros 1.067.788 (Nota 46);
- Participação detida para venda. Para fazer face a potenciais perdas nesta participação foi constituída, no exercício de 2003, uma provisão no montante de Euros 250.000, na rubrica "Provisões para investimentos financeiros (Notas 27 e 46).
- Capitais próprios em 30 de Junho de 2003.

(g) Capitais próprios em 30 de Novembro de 2003.

O movimento ocorrido durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, nas rubricas de partes de capital em empresas do grupo, associadas e outras empresas, tem a seguinte composição:

| | Partes de capital em empresas | | | total |
|---|-------------------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | do grupo | associadas | outras | |
| Saldo inicial | 16.669.205 | 41.543.707 | 215.341.717 | 273.554.629 |
| Aquisições/ constituições/ reforços das participações financeiras (Nota 27) | 81.506 | 4.920.556 | 1.481 | 5.003.543 |
| Alienações das participações financeiras (Nota 27) | (8.247) | (2.758.626) | - | (2.766.873) |
| Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial (Notas 38 e 44): | | | | |
| - Ganhos | 7.766.192 | 1.859.389 | 338.466 | 9.964.047 |
| - Perdas | (14.476) | (823.738) | - | (838.214) |
| Dividendos distribuídos ao Grupo | (427.114) | (1.402.085) | (314.379) | (2.143.578) |
| Proporção dos lucros distribuídos pelas empresas associadas ao pessoal por conta do resultado líquido 2002 (Nota 51). | - | (11.482) | (14.286) | (25.768) |
| Diferença de aquisição da participação financeira Nuno Mesquita Pires, SGPS, S.A. | - | (2.784.687) | - | (2.784.687) |
| Reclassificação das acções da Cimpor, S.G.P.S.,S.A. para títulos negociáveis de curto prazo (Nota 58) | - | | (211.606.784) | (211.606.784) |
| Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas: | | | | |
| - por reserva de conversão cambial na Sibline (Nota 51) | - | (3.452.758) | - | (3.452.758) |
| - por outras variações de capitais próprios das empresas (Nota 51) | (466.995) | 281.929 | 3.912 | (181.154) |
| Outras | | | | |
| Saldo final | <u>23.600.071</u> | <u>37.372.205</u> | <u>3.750.127</u> | <u>64.722.403</u> |

O Grupo, procedeu no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, à alienação da participação detida na empresa associada Cimianto - S.T.H., S.A., tendo apurado uma menos valia de Euros 2.025.710 (Nota 45).

O detalhe de "Investimentos em imóveis", em 31 de Dezembro de 2003, é o seguinte:

| | Valor de aquisição reavaliado (Nota 27) | Amortizações acumuladas (Nota 27) | Provisões | Valor líquido contabilístico |
|--|---|-----------------------------------|------------------|------------------------------|
| Imóveis em Angola | 1.600.310 | (894.336) | (705.974) | - |
| Imóveis na Av. Conselheiro Fernando de Sousa | 957.227 | (545.329) | - | 411.897 |
| | <u>2.557.537</u> | <u>(1.439.665)</u> | <u>(705.974)</u> | <u>411.897</u> |

61. EMPRESAS DO GRUPO

Os saldos em 31 de Dezembro de 2003, com as empresas do grupo, excluídas da consolidação pelas razões enunciadas na Nota 2, são os seguintes:

| | Activo | | | | Passivo | | |
|------------------------------|------------------------------|--|--------------------------------------|---|----------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|
| | Cientes conta corrente | Investimentos financeiros empréstimos (Nota 27) | Empresas do Grupo -curto prazo | Empresas do grupo -médio e longo prazo | Outros devedores (Nota 55) | Outros credores (Nota 55) | Empresas do grupo -curto prazo |
| Tecnosecil, S.A.R.L. | 4.705.037 | 3.167.063 | 39.548 | - | 411.371 | 138.559 | - |
| Enersis-S.G.P.S., S.A. | - | - | - | 7.049.149 | - | - | - |
| Asfalbetão Transportes, Lda. | - | - | - | - | - | - | 100.000 |
| Geciment, SGPS, S.A. | - | - | - | - | 584 | - | - |
| Outros | - | - | 2.160 | - | 3.182 | - | 1.251 |
| | <u>4.705.037</u> | <u>3.167.063</u> | <u>41.708</u> | <u>7.049.149</u> | <u>415.137</u> | <u>138.559</u> | <u>101.251</u> |

O montante de Euros 7.049.149, registado na rubrica de “Empresas do grupo (activo)” a médio e longo prazo, respeita a um empréstimo concedido à subsidiária Enersis. Este empréstimo vence juros remunerados a condições normais de mercado e não tem prazo de reembolso definido.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, as transacções efectuadas com as empresas do grupo, excluídas da consolidação pelas razões enunciadas na Nota 2, foram como segue:

| | Vendas e prestações de serviços | Outros proveitos e ganhos operacionais | Proveitos financeiros (Nota 44) | Proveitos suplementares | Proveitos extrordinários | Reserva de conversão cambial (Nota 51) |
|------------------------|---------------------------------------|---|---------------------------------------|----------------------------|-----------------------------|---|
| Tecnosecil, S.A.R.L. | 3.406.920 | 178.507 | 36.880 | - | 1.673.268 | 644.616 |
| Enersis-S.G.P.S., S.A. | - | - | 646.057 | 160.714 | - | - |
| | <u>3.406.920</u> | <u>178.507</u> | <u>682.937</u> | <u>160.714</u> | <u>1.673.268</u> | <u>644.616</u> |

62. EMPRESAS ASSOCIADAS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2003 com as empresas associadas do Grupo são os seguintes:

| | Activo | | | | | Passivo | |
|---|--|----------------------------|------------------------|----------------------------------|----------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| | Investimentos financeiros empréstimos (Nota 27) | Cientes, conta corrente | Empresas Associadas | Outros devedores (Nota 55) | Acréscimos de proveitos | Fornecedores, conta corrente | Fornecedores de imobilizado |
| Betão Liz, S.A. | - | 154.500 | - | 144.310 | 16.265 | - | - |
| Becim - Corrector de Seguros, Lda | - | - | - | 312.637 | - | - | - |
| Cimentos Madeira, Lda | - | 2.873.303 | - | 396 | - | - | - |
| Cimentação - Cimentos dos Açores, Lda | - | 442.231 | 138 | 2.736 | - | - | - |
| Viroc Portugal - Industria de Madeira e Cimento, S.A. | - | 312.205 | 1.980.416 | 77.102 | - | - | 29.974 |
| Secil Unicon - S.G.P.S., Lda | - | - | 16 | 3 | - | - | - |
| ICV - Inertes de Cabo Verde, Lda. | 198.611 | - | 4.336 | - | - | - | - |
| Chryso Portugal, S.A. | - | - | - | 107.911 | - | 411.297 | - |
| Ecoresíduos | - | - | 7.355 | - | - | 226.342 | - |
| Vermofeira - Extração e Comércio de Areias, Lda. | - | - | - | - | - | 166.765 | - |
| Scoreco - Valorização de Resíduos, Lda. | - | - | - | 47.793 | - | - | - |
| Astakos Domika Aluminouha | - | - | 1.364 | - | - | - | - |
| Secil Prebetão - Pré-Fabricados de Betão, S.A. | - | 72.978 | - | 38.246 | - | - | - |
| Telener - Serviços e Telecomunicações, Lda. | - | - | - | 6.764 | - | - | - |
| | <u>198.611</u> | <u>3.855.217</u> | <u>1.993.625</u> | <u>737.898</u> | <u>16.265</u> | <u>804.404</u> | <u>29.974</u> |

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, as transacções efectuadas com as empresas associadas do Grupo, foram como segue:

| | Vendas e prestações de serviços | Compras de bens e serviços | Outros proveitos e ganhos operacionais | Proveitos financeiros (Nota 44) | Custos financeiros | Aquisições Imobilizado |
|---|---------------------------------|----------------------------|--|---------------------------------|--------------------|------------------------|
| Betão Liz, S.A. | 2.896.604 | - | 286.761 | 5.390 | 23.490 | 17.519 |
| Becim - Corrector de Seguros, Lda | 240.000 | 134.598 | - | - | - | - |
| Cimentos Madeira, Lda | 19.481.984 | - | 25.072 | - | 1.258 | - |
| Cimentaço - Cimentos dos Açores, Lda | 2.839.191 | 88 | 3.346 | 926 | - | 1.109 |
| Viroc Portugal - Indústria de Madeira e Cimento, S.A. | 720.268 | - | 15.328 | 61.359 | - | 25.189 |
| ICV - Inertes de Cabo Verde, Lda. | - | - | - | 14.260 | - | - |
| Chryso Portugal, S.A. | - | 2.213.458 | 191.384 | - | - | - |
| Scoreco - Valorização de Resíduos, Lda. | - | - | 68.670 | - | - | - |
| Ecoresíduos | - | 950.497 | - | - | - | - |
| Vermofeira - Extração e Comércio de Areias, Lda. | - | 1.150.202 | - | - | - | - |
| Secil Prebetão - Pré-fabricados de Betão, S.A. | 1.411.635 | - | 107.926 | - | 13.913 | - |
| | <u>27.589.682</u> | <u>4.448.843</u> | <u>698.487</u> | <u>81.935</u> | <u>38.661</u> | <u>43.817</u> |

63. INCENTIVOS ATRIBUIDOS/ RECEBIDOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA “SIME – SISTEMA DE INCENTIVOS À MODERNIZAÇÃO EMPRESARIAL”

O Grupo candidatou-se a incentivos financeiros, no âmbito do Programa “SIME – Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial”, para a execução dos seguintes investimentos:

| Empresa | Investimento contratado | | | Investimento Realizado |
|-------------------|-------------------------------|-------------------------|--------------------|------------------------|
| | Descrição | Período de execução | Valor | |
| Secil | Fábrica do Outão | 01.03.2001 a 01.03.2005 | 49.697.617 | 13.775.185 |
| CMP | Fábrica Maceira Liz e Pataias | 01.03.2001 a 01.03.2005 | 49.386.317 | 25.340.072 |
| Secil Martingança | Nova Unidade de Argamassas | 01.07.1999 a 01.07.2003 | 7.521.947 | 7.521.947 |
| | | | <u>106.605.881</u> | <u>46.637.204</u> |

O incentivo financeiro atribuído/ recebido, à data de 31 de Dezembro de 2003, reveste as seguintes modalidades:

| Incentivo: | Atribuído | Recebido |
|--|------------|-----------|
| Reembolsável | 26.499.602 | 8.996.898 |
| Não reembolsável | 476.883 | 376.562 |
| Não reembolsável majoração ambiental | 600.000 | - |
| Não reembolsável majoração à desconcentração territorial | 15.930 | - |
| Não reembolsável adicional a prémio | 236.461 | 79.210 |
| Não reembolsável prémio de realização | 13.310.376 | - |
| Não reembolsável formação | 308.602 | - |

Os incentivos reembolsáveis recebidos, pelo Grupo, no montante de Euros 8.996.898 (Notas 22 e 57) foram registados na rubrica “Empréstimos obtidos”. O montante máximo contratado ascende a Euros 26.499.602. Estes empréstimos não vencem juros e o seu reembolso será feito em oito prestações mensais e sucessivas, vencendo-se as primeiras prestações dezoito meses após a data da primeira utilização.

Os montantes recebidos, até 31 de Dezembro de 2003, de subsídios não reembolsáveis, Euros 455.772, dos quais Euros 110.586 (Nota 56) no exercício de 2003, foram registados, a crédito, na rubrica “Proveitos diferidos”.

O subsídio reconhecido na demonstração dos resultados, proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas, no âmbito deste Programa ascendeu a Euros 56.356 (Nota 56).

64. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, é como segue:

| | <u>2003</u> | <u>2002</u> |
|--|--------------------|-------------------|
| Títulos e outras aplicações (Nota 58) | 229.606.784 | - |
| Títulos da dívida pública | 484.878 | - |
| Bilhetes de tesouro | - | 3.202.534 |
| Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis | 98.822.049 | 45.703.621 |
| Númerário | 146.096 | 156.611 |
| Descobertos bancários | - | (680.163) |
| | <u>329.059.807</u> | <u>48.382.603</u> |

65. ACTIVOS CONTINGENTES

A subsidiária Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. candidatou-se, no ano de 2000, ao Incentivo Fiscal à Internacionalização, previsto no Decreto-Lei 401/99 de 14 de Outubro, no âmbito da aquisição da subsidiária Société des Ciments de Gabés. O Incentivo consiste numa dedução à colecta de 10% do Investimento, no máximo absoluto de Euros 5.985.575. A referida candidatura, embora com parecer favorável do ICEP, foi recusada pela Administração Fiscal, tendo a Secil recorrido judicialmente da decisão, reclamando os valores de imposto sobre o rendimento, pagos em excesso, nos exercícios de 2000 a 2002, que ascendem a Euros 2.992.787, a que acresce Euros 997.596 do ano de 2003.

A subsidiária Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. procedeu, no exercício de 1995, à reavaliação dos seus activos ao abrigo do Decreto-Lei 22/92 de 14 de Fevereiro, com referência ao imobilizado corpóreo existente à data de 31 de Dezembro de 1993. As matérias colectáveis dos exercícios de 1995 a 1999, foram corrigidas nos montantes referentes às amortizações, alegadamente em excesso, relativas à quota-parte assignada ao exercício de 1994, dando lugar a liquidações adicionais de IRC, recebidas e pagas integralmente ao Estado. É convicção da Administração daquela subsidiária, de que terá sucesso na presente contestação, cujo efeito ascende a Euros 2.178.972.

A subsidiária Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. viu nacionalizados, após a independência, os activos que possuía em Angola, os quais se encontram totalmente provisionados no Balanço. Desde então, aquela subsidiária tem vindo a envidar esforços, junto do Estado Angolano, no sentido de ser ressarcida deste facto.

66. PASSIVOS CONTINGENTES

No âmbito do Protocolo de Quioto, a União Europeia comprometeu-se em reduzir, no período compreendido entre 2008 e 2012, a emissão de gases de efeito de estufa, para os níveis verificados em 1990. Neste contexto foi já emitida uma Directiva Comunitária que prevê a comercialização dos chamados “Direitos de emissão de CO2” e que será aplicável, entre outras, à indústria cimenteira, a partir de 1 de Janeiro de 2005. A alocação dos “Direitos de emissão de CO2” deverá ser efectuada até 31 de Março de 2004, sendo que, na eventualidade de não serem atribuídos valores idênticos às actuais emissões, o Grupo irá incorrer em custos, quer através da aquisição de direitos, quer através do investimento em equipamentos potenciadores de redução de emissão de gases de efeito de estufa, sob pena de ficar sujeita a penalizações a instituir pelo Estado Português e pela União Europeia.

67. CUSTOS SUPOSTADOS COM SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ACTUAIS AUDITORES/ REVISORES

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, os custos suportados com serviços prestados, às empresas subsidiárias, pelos actuais auditores/ revisores, foram os seguintes:

| | |
|--|---------|
| Serviços de Revisão Legal de Contas | 256.142 |
| Outros serviços de garantia de fiabilidade | 57.100 |
| Serviços de consultoria fiscal | 41.942 |
| Outros serviços que não de Revisão Legal de Contas | 11.624 |
| | 366.808 |

Do montante de Euros 57.100, relativos a custos com outros serviços de garantia de fiabilidade, Euros 39.900 respeitam a serviços prestados às subsidiárias sediadas fora de Portugal.

68. RECONCILIAÇÃO DA RUBRICA “RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS EVIDENCIADA NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS E NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

A demonstração dos resultados por funções foi preparada em conformidade com o estabelecido pela Directriz Contabilística nº 20, a qual apresenta um conceito de resultados extraordinários diferente do definido no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para preparação da demonstração dos resultados por naturezas. Assim o valor dos resultados extraordinários nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, de Euros 22.944.942 e Euros 2.466.762, apresentados na demonstração dos resultados por naturezas (Nota 45) foi reclassificado para a rubrica de resultados correntes:

| | Demonstração dos resultados | | | | | |
|--------------------------------|-----------------------------|------------------|-------------|---------------|------------------|-------------|
| | 2003 | | | 2002 | | |
| | Por naturezas | Reclassificações | Por funções | Por naturezas | Reclassificações | Por funções |
| Resultados operacionais | 40.759.966 | 18.214.559 | 58.974.525 | 101.548.448 | 21.465.008 | 123.013.456 |
| Resultados correntes | 37.933.256 | 22.888.971 | 60.822.227 | 79.195.237 | 2.466.762 | 81.661.999 |
| Resultados extraordinários | 22.888.971 | (22.888.971) | - | 2.466.762 | (2.466.762) | - |
| Resultado líquido do exercício | 40.072.775 | - | 40.072.775 | 30.837.144 | - | 30.837.144 |

69. TRANSIÇÃO PARA AS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO (IFRS)

Em 2005, face ao Regulamento (CE) Nº 1606/2002 de 19 de Julho, o Grupo deverá adoptar as “Normas Internacionais de Relato Financeiro”, como base das políticas de relato financeiro relativamente às suas contas consolidadas, necessariamente com comparativos de 2004.

O Grupo, de forma a preparar-se para a implementação dos IFRS, realizou durante 2002 e 2003 uma formação para os seus colaboradores com a participação de consultores externos.

Não estão de momento quantificados os impactos no balanço inicial de transição para os IFRS - sendo certo que, expectavelmente, se esperam implicações nas seguintes rubricas:

- (i) desreconhecimento de activos intangíveis, nomeadamente, relacionados com custos com aumentos de capital social e despesas de investigação e desenvolvimento e outros que não qualifiquem como activos à luz dos IFRS;
- (ii) desreconhecimento de custos diferidos, que não classifiquem como tal nos IFRS;
- (iii) mensuração dos activos financeiros detidos para venda, ao justo valor, sendo que, se tratem de activos de negociação, as variações a este justo valor são registadas como ganho ou perda nos resultados do exercício em que ocorram

- (iv) mensuração dos subsídios reembolsáveis ao justo valor;
- (v) consolidação pelo método integral, das subsidiárias excluídas por este método, em virtude da dissimelhança de actividade desenvolvida;
- (vi) o IAS 22, normativo dos IFRS que trata das concentrações empresariais, encontra-se actualmente em revisão, prevendo-se que este (i) venha a substituir a amortização do “goodwill” por um teste de imparidade feito periodicamente e (ii) estabeleça que o “goodwill” negativo seja reconhecido imediatamente em resultados.

É convicção do Conselho de Administração, que o Grupo Semapa se encontra preparado para responder aos desafios da implementação das Normas Internacionais de Relato Financeiro, e que os impactos não irão afectar as operações do Grupo negativamente.

NOTA 1
EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

| Denominação Social | Sede | Percentagem directa e indirecta do capital detido pela Semapa | | | Percentagem do capital efectivamente detido pela Semapa |
|--|---------------|---|-----------|----------|---|
| | | Directa | Indirecta | Total | |
| | | | | | |
| Empresa-mãe: | | | | | |
| Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, S.A. | Lisboa | | | | |
| Subsidiárias: | | | | | |
| Betopal, S.L. | Madrid | 100,0000 | - | 100,0000 | 100,0000 |
| Seinpar Investments, SGPS, S.A. | Amesterdão | 100,0000 | - | 100,0000 | 100,0000 |
| Secil Investimentos, SGPS, S.A. | Lisboa | - | 100,0000 | 100,0000 | 100,0000 |
| Cimenpar Investments, B.V. | Amesterdão | - | 100,0000 | 100,0000 | 100,0000 |
| Cimentospar - Participações Sociais, SGPS, Lda. | Lisboa | - | 100,0000 | 100,0000 | 100,0000 |
| Semapa Investments B.V. | | 100,0000 | - | 100,0000 | 100,0000 |
| Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. | Outão | 55,4200 | 44,5800 | 100,0000 | 100,0000 |
| Parcim Investments, B.V. | Amesterdão | - | 100,0000 | 100,0000 | 99,9998 |
| Secilpar, SL. | Madrid | - | 100,0000 | 100,0000 | 99,9997 |
| Florimar- Gestão e Participações, SGPS, Lda. | Funchal | - | 100,0000 | 100,0000 | 99,9998 |
| Somera Trading Inc. | Panamá | - | 100,0000 | 100,0000 | 99,9997 |
| Seciment Investments, B.V. | Amesterdão | - | 100,0000 | 100,0000 | 99,9998 |
| Serife - Sociedade de Estudos e Realizações Industriais e de Fornecimento de Equipamento, Lda. | Lisboa | - | 58,4000 | 58,4000 | 58,3999 |
| Seinpart - Participações, SGPS, S.A. | Lisboa | - | 100,0000 | 100,0000 | 99,9998 |
| Ciminpart - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. | Lisboa | - | 100,0000 | 100,0000 | 99,9998 |
| Parseinges - Gestão de Investimentos, SGPS, S.A. | Lisboa | - | 100,0000 | 100,0000 | 99,9998 |
| Argibetão - Sociedade de Novos Produtos de Argila e Betão, S.A. | Lisboa | - | 90,8713 | 90,8713 | 90,8710 |
| Société des Ciments de Gabés | Tunis | - | 98,7068 | 98,7068 | 98,7066 |
| Sud- Béton- Société de Fabrication de Béton du Sud | Tunis | - | 98,7066 | 98,7066 | 98,7065 |
| Zarzis Béton | Tunis | - | 73,3972 | 73,3972 | 73,3972 |
| Tercim- Terminais de Cimento, S.A. | Lisboa | - | 100,0000 | 100,0000 | 99,9998 |
| Secil, Betões e Inertes, S.G.P.S., S.A. e Subsidiárias | Setúbal | - | 93,6600 | 93,6600 | 93,6598 |
| Secil Betão - Indústrias de Betão, S.A. | Setúbal | - | 93,6600 | 93,6600 | 93,6598 |
| Britobetão - Central de Betão, Lda. | Évora | - | 51,5130 | 51,5130 | 51,5129 |
| Sulbetão - Preparados de Betão, S.A. | Albufeira | - | 93,6600 | 93,6600 | 93,6598 |
| Unibetão - Indústrias de Betão Preparado, S.A. | Lisboa | - | 93,6600 | 93,6600 | 93,6598 |
| Lisconcreto - Betão Pronto, S.A. | Leiria | - | 93,6600 | 93,6600 | 93,6598 |
| Asfalbetão - Sociedade Industrial, Lda. | Torres Vedras | - | 93,6600 | 93,6600 | 93,6598 |
| Betopal - Betões Preparados, S.A. | Lisboa | - | 93,6600 | 93,6600 | 93,6598 |
| Secil Britas, S.A. | Penafiel | - | 93,6600 | 93,6600 | 93,6598 |
| Pedreiral - Pedreiras de Almoester, S.A. | Santarém | - | 93,6600 | 93,6600 | 93,6598 |
| ECOB - Empresas de Construção e Britas, S.A. | Albufeira | - | 93,6600 | 93,6600 | 93,6598 |
| Fabetão - Sociedade Industrial de Fabrico de Betão, Lda. | Lisboa | - | 93,6600 | 93,6600 | 93,6598 |
| Almeida & Carvalhais, Lda. | Aveiro | - | 93,6600 | 93,6600 | 93,6598 |
| Betalves- Betão Preparado, S.A. | Penafiel | - | 93,6600 | 93,6600 | 93,6598 |
| Macrobetão - Comércio e Distribuição de Betão, S.A. | Leiria | - | 93,6600 | 93,6600 | 93,6598 |
| Betostrong - Indústrias de Betão, Lda. | Mafra | - | 93,6600 | 93,6600 | 93,6598 |
| Camilo Lopez, Lda. | Alcochete | - | 93,6600 | 93,6600 | 93,6598 |
| Macmetal - Indústrias Metal-Mecânicas da Maceira, Lda. | Leiria | - | 51,0000 | 51,0000 | 50,9999 |
| Secil Martingança - Aglomerantes e Novos Materiais para a Construção, Lda. | Leiria | - | 51,1906 | 51,1906 | 51,1905 |
| IQM - Indústrias Químicas da Martingança, Lda. | Lisboa | - | 51,1905 | 51,1905 | 51,1904 |
| Condind - Conservação e Desenvolvimento Industrial, Lda. | Setúbal | - | 99,9988 | 99,9988 | 99,9986 |
| CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A. ("CMP") | Leiria | - | 99,9978 | 99,9978 | 99,9975 |
| CMP Investments, B.V. | Amesterdão | - | 99,9976 | 99,9976 | 99,9974 |
| CMPartin - Invertones y Participaciones Empresariales, S.L. | Madrid | - | 99,9976 | 99,9976 | 99,9974 |

NOTA 2

EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

| Denominação Social | Sede | Proporção do capital detido pelo Grupo nas empresas | | | Percentagem do capital efectivamente detido pela Semapa |
|--|----------------------|---|-----------|----------|---|
| | | Directa | Indirecta | Total | |
| | | | | | |
| Geciment , SGPS, S.A. | Lisboa | 100,0000 | - | 100,0000 | 99,9998 |
| Semapa Inversioesa, SL | Madrid | 100,0000 | - | 100,0000 | 99,9998 |
| Secil Energia, Lda. | Setúbal | 95,0000 | 5,0000 | 100,0000 | 99,9998 |
| Asfalbetão Transportes, Lda. | Torres Vedras | - | 93,6600 | 93,6600 | 93,6598 |
| Tecnosecil-Investimentos e Participações, SARL | Luanda | 70,0000 | - | 70,0000 | 69,9999 |
| Ave- Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A. | Lisboa | | 51,0000 | 51,0000 | 50,9999 |
| Parsecil, SL. | Madrid | 100,0000 | - | 100,0000 | 99,9998 |
| Subsidiárias e associadas da Enersis-S.G.P.S., S.A.: | | | | | |
| Enersis-S.G.P.S., S.A. | Lisboa | - | 89,9165 | 89,9165 | 89,9163 |
| PESL-Parque Eólico da Serra do Larouco, S.A. | Montalegre | - | 88,1184 | 88,1184 | 88,1182 |
| Minihídrica do Patthal, Lda. | Albergaria-A-Velha | - | 89,9163 | 89,9163 | 89,9161 |
| Enerpro - Projectos de Energias Renováveis, Lda. | Lisboa | - | 76,4292 | 76,4292 | 76,4290 |
| ECH - Exploração de Centrais Hidroeléctricas, S.A. | Ovadas | - | 89,9167 | 89,9167 | 89,9165 |
| Hidrotuela - Hidroeléctrica do Tuela, S.A. | Vale das Fontes | - | 86,4100 | 86,4100 | 86,4098 |
| Hidrocorgo - Hidroeléctrica do Corgo, S.A. | Vila Real | - | 89,5317 | 89,5317 | 89,5315 |
| Enervia -Sociedade de Produção de Energia, S.A. | Lisboa | - | 86,7606 | 86,7606 | 86,7604 |
| Enerflora - Podução de Energia Eléctrica, Lda. | Lisboa | - | 80,9251 | 80,9251 | 80,9249 |
| PESM - Parque Eólico da Serradas Meadas, Lda. | Magueija | - | 89,9167 | 89,9167 | 89,9165 |
| Telener - Serviços de Telecomunicações, Lda. | Vila Real | - | 68,7862 | 68,7862 | 68,7861 |
| Enermais - Produção de Energia Eléctrica, Lda. | Lisboa | - | 79,1267 | 79,1267 | 79,1265 |
| Enerduero Zamorana, S.A. | Madrid | - | 86,7086 | 86,7086 | 86,7084 |
| Hidroeléctrica da Ribeira de Alforfa, S.A. | Covilhã | - | 89,5317 | 89,5317 | 89,5315 |
| PEVB Parque Eólico de Vila do Bispo, Lda. | Vila do Bispo | - | 89,7281 | 89,7281 | 89,7279 |
| HE70 - Energias Renováveis Reunidas, SGPS, S.A. | Senhora da Hora | - | 89,9167 | 89,9167 | 89,9165 |
| Hidroeléctrica de Fagilde, Lda. | Senhora da Hora | - | 89,9167 | 89,9167 | 89,9165 |
| Hidroeléctrica de Penacova, Lda. | Penacova | - | 89,9167 | 89,9167 | 89,9165 |
| Hidroeléctrica do Rabaçal - Ponte, Lda. | Senhora da Hora | - | 61,1433 | 61,1433 | 61,1432 |
| Hidroeléctrica de Pinhel, Lda. | Senhora da Hora | - | 61,1433 | 61,1433 | 61,1432 |
| Hidroeléctrica de Fraga, Unipessoal, Lda. | Senhora da Hora | - | 89,9167 | 89,9167 | 89,9165 |
| Ribeira da Teja - Produção de Energia Eléctrica, Lda. | Vila Nova de Foz Côa | - | 78,3175 | 78,3175 | 78,3173 |
| Alto Espinho - Energia Eólica, Unipessoal, Lda. | Senhora da Hora | - | 89,9167 | 89,9167 | 89,9165 |
| PEP -Parque Eólico da Polvoeira, Lda | Lisboa | | 89,9167 | 89,9167 | 89,9165 |
| PECF - Parque Eólico de Chão Falcão, Lda | Lisboa | | 89,9167 | 89,9167 | 89,9165 |
| Comp. das Energias Renov. da Serra dos Candeeiros, Lda | Rio Maior | | 89,9167 | 89,9167 | 89,9165 |
| Parque Eólico da Cabela Alta, Lda | Pampilhosa da Serra | | 89,9167 | 89,9167 | 89,9165 |
| Hidromarão - Sociedade Produtora de Energia, S.A. | Vila Real | | 89,9167 | 89,9167 | 89,9165 |
| Hidroeléctrica da Barroca, Lda | Pampilhosa da Serra | 90,0001 | 90,0001 | 90,0001 | 89,9999 |
| Entreventos - Energias Renovaveis, S.A. | Coimbra | | 66,5001 | 66,5001 | 66,4999 |

NOTA 3
EMPRESAS ASSOCIADAS

| Denominação Social | Sede | Proporção do capital detido pelo Grupo nas empresas | | | Percentagem do capital efectivamente detido pela Secil |
|---|------------|---|-----------|---------|--|
| | | Directa | Indirecta | Total | |
| Betão Liz, S.A. | Lisboa | 33,3666 | - | 33,3666 | 33,3665 |
| Becim - Corretor de Seguros, Lda. | Lisboa | 25,0000 | 2,4024 | 27,4024 | 27,4024 |
| Cimentos Madeira, Lda. | Funchal | 14,2857 | - | 14,2857 | 14,2857 |
| Cimentação - Cimentos dos Açores, Lda. | P.Delgada | 25,0000 | - | 25,0000 | 25,0000 |
| Viroc Portugal - Indústria de Madeira e Cimento, S.A. | Setúbal | 32,8274 | - | 32,8274 | 32,8273 |
| Secil Unicon - S.G.P.S., Lda. | Lisboa | 50,0000 | - | 50,0000 | 49,9999 |
| ICV - Inertes de Cabo Verde, Lda. | Cabo Verde | 37,5000 | - | 37,5000 | 37,4999 |
| Ecoresíduos - Centro de Tratamento e Valorização de Resíduos,Lda. | Lisboa | 50,0000 | - | 50,0000 | 49,9999 |
| Chryso Portugal, S.A. | Lisboa | - | 40,0000 | 40,0000 | 39,9999 |
| Vermofeira-Extracção e Comércio de Areias, Lda. | Oeiras | - | 46,8299 | 46,8299 | 46,8298 |
| Astakos Domika Aluminouha | Atenas | 50,0000 | - | 50,0000 | 49,9999 |
| Nuno Mesquita Pires, SGPS, S.A. | Setúbal | - | 25,0000 | 25,0000 | 25,0000 |
| Ciments de Sibline | Libano | 21,2172 | - | 21,2172 | 21,2172 |

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira
Presidente

Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos
Vogal

Carlos Eduardo Coelho Alves
Vogal

Frederico José da Cunha de Mendonça e Meneses
Vogal

José Alfredo de Almeida Honório
Vogal

Gonçalo Allen Serras Pereira
Vogal

Francisco José de Melo e Castro Guedes
Vogal

Paulo Jorge Barreto de Carvalho Ventura
Vogal

Paulo Jorge Morais Costa
Técnico Oficial de Contas

Luís Manuel Todo Bom
Vogal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração da **SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.** relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas filiais e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados, SROC, Lda e apreciamos a Certificação Legal das Contas, em anexo, com a qual concordamos. Tomámos também conhecimento do teor do Relatório sobre a Fiscalização endereçado por aquela Sociedade ao Conselho de Administração nos termos do artº 451º do Código das Sociedades Comerciais.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço Consolidado, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados por naturezas e por funções, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório Consolidado de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das filiais incluídas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos.

SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório Consolidado de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Lisboa, 15 de Março de 2004

O Presidente do Conselho Fiscal

Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:

Abdul Nasser Abdul Sattar, R.O.C.

O Vogal

Dr. Rafael Caldeira Castel-Branco Valverde

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da **SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003 (que evidencia um total de €1,225,485 milhares, um total de interesses minoritários de €7,398 milhares e um total de capital próprio de €237,626 milhares, incluindo um resultado líquido de €40,073 milhares), as Demonstrações consolidadas dos resultados, por naturezas e por funções, e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração (i) a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de

SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.

segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, com base no exame efectuado, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2003, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

8 As demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foram objecto de revisão por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, relativamente às quais foi emitido com data de 10 de Março de 2003, uma Certificação

SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.

Legal das Contas e Relatório de Auditoria sem reservas e com uma ênfase. Esta ênfase não tem relevância na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas a 31 de Dezembro de 2003.

Lisboa, 15 de Março de 2004

Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Abdul Nasser Abdul Sattar, R.O.C.

Aos
Accionistas da
SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.

Relatório de Auditoria

1 Efectuámos a auditoria ao Balanço Consolidado da **SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.**, à data de 31 de Dezembro de 2003, bem como às Demonstrações Consolidadas dos Resultados, por natureza e por funções do exercício findo naquela data, e à Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e respectivo Anexo. Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa, competindo-nos como auditores a emissão de uma opinião sobre estas, baseada na nossa auditoria.

2 A nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que planeemos e executemos a auditoria por forma a obtermos segurança aceitável sobre se as referidas Demonstrações Financeiras Consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui o exame, numa base de teste, das evidências que suportam os valores e informações constantes das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Adicionalmente, uma auditoria inclui a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas efectuadas pela Administração bem como a apreciação da apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Em nosso entender a auditoria efectuada constitui base suficiente para a emissão da nossa opinião.

3 Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentam de forma apropriada, em todos os seus aspectos relevantes, a situação financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação da **SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.**, a 31 de Dezembro de 2003, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4 Sem afectar a nossa opinião, expressa no parágrafo 3 acima, salientamos que as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 foram objecto de auditoria por outra firma de auditoria, relativamente às quais foi emitido com data de 10 de Março de 2003, um Relatório de Auditoria sem reservas e com uma ênfase. Esta ênfase não tem relevância na apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas a 31 de Dezembro de 2003.

Lisboa, 15 de Março de 2004

EXTRACTO DA ACTA RELATIVA À APROVAÇÃO DAS CONTAS E APLICAÇÃO DE RESULTADOS

“No dia 16 de Abril de 2004, pelas 11 horas, reuniu em Lisboa, na sua sede social na Av. das Forças Armadas, nº 125, 13º C, a Assembleia Geral da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA, sociedade aberta [...]

[...]

Ninguém mais desejando usar da palavra, o Senhor Presidente submeteu à votação, e foram aprovados por unanimidade, o Relatório de Gestão, o Balanço e as Contas do exercício de 2003, bem como o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal. Foram depois submetidos à votação de forma independente, e também aprovados por unanimidade, os documentos de consolidação de contas relativos ao mesmo período.

Entrou-se então no terceiro ponto da ordem de trabalhos, tendo o Senhor Presidente procedido à leitura da proposta do Conselho de Administração e da proposta apresentada pela accionista Sodim, SGPS, S.A.

Começou por solicitar o uso da palavra o Senhor Eng. Carlos Vaz Pardal, presente em representação da accionista Sonaca – Sociedade Nacional de Canalizações, S.A. que sugeriu que se começasse por votar a proposta da accionista Sodim. Pediu também a palavra o Senhor Administrador Dr. Paulo Ventura que alertou para uma pequena divergência de cêntimos na proposta apresentada pela accionista e que propôs que fosse rectificadada.

Como ninguém mais desejou usar da palavra, o Senhor Presidente, acolhendo a sugestão apresentada, submeteu à votação a seguinte proposta da accionista Sodim já com a referida rectificação:

“Considerando que o Conselho de Administração da Semapa apresenta no seu relatório de gestão uma proposta de aplicação de resultados que não prevê a afectação de qualquer

montante à sua remuneração e que o desempenho que a sociedade tem vindo a ter o reclama, propõe-se que seja destinada uma parte dos resultados a remuneração dos membros do Conselho de Administração, a distribuir nos termos que venham a ser determinados pela Comissão de Remunerações, alterando o montante destinado a reserva livre proposto pelo Conselho, e tendo assim o resultado do exercício de 40.072.775,06€ a seguinte aplicação:

| | |
|---|-----------------------|
| <i>Dividendo às acções em circulação</i> | <i>11.833.244,50€</i> |
| <i>Reserva Legal</i> | <i>2.003.638,75€</i> |
| <i>Reserva Livre</i> | <i>24.235.891,81€</i> |
| <i>Remuneração aos membros do Conselho de Administração</i> | <i>2.000.000,00€”</i> |

Submetida à votação, a proposta foi aprovada com os votos favoráveis de todos os accionistas presentes, ficando assim prejudicada a proposta do Conselho de Administração.

[...]"

NOTA FINAL

No anexo relativo ao governo societário foram agora rectificadas dois lapsos detectados na versão disponibilizada aos accionistas antes da realização da assembleia geral. Estava em falta a listagem das funções desempenhadas noutras sociedades pelo Senhor Administrador Eng. Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses, que agora se inclui, e rectificou-se o valor das remunerações dos membros do conselho de administração que apresentava um diferença para menos de 99.800 € em relação ao valor das remunerações efectivamente auferidas.